

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**GABRIEL MALAGRIDA (1689-1761): EDUCADOR E MISSIONÁRIO
DA COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA PORTUGUESA**

VINICIUS FURLAN

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**GABRIEL MALAGRIDA (1689-1761): EDUCADOR E MISSIONÁRIO DA
COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA PORTUGUESA**

TESE apresentada por VINICIUS FURLAN,
ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual de
Maringá, como um dos requisitos para a
obtenção do título de Doutor em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo

**MARINGÁ
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Furlan, Vinicius

F985g Gabriel Malagrida(1689-1761): Educador e missionário da Companhia de Jesus na América Portuguesa/ Vinicius Furlan. -- Maringá, 2018.

157 f.

Orientador: Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Educação, 2018.

1. Educação. 2. História da Educação. 3. Companhia de Jesus. 4. Gabriel Malagrida. 5. Marquês de Pompal. 6. Antijesuitismo. I. Toledo, Cezar de Alencar Arnaut, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ED.371.981

Jane Lessa Monção CRB/9 1173

VINICIUS FURLAN

**GABRIEL MALAGRIDA (1689-1761): EDUCADOR E MISSIONÁRIO DA
COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA PORTUGUESA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) – UEM

Prof^a. Dr^a. Célia Cristina da Silva Tavares – UERJ – Rio
de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Cássia Regina Dias Pereira – UNESPAR
Paranavaí - PR

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa – UEM – Maringá - PR

Prof. Dr. José Carlos Gimenez – UEM – Maringá – PR

Maringá, 28 de Março 2018.

Dedico este trabalho aos profissionais da
Educação.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever esta página posso não me recordar de todos que contribuíram para a concretização desta tese, porque não foram apenas quatro anos de estudo e pesquisa no Doutorado, apesar de muito importante, este caminho teve início no percurso de minha vida acadêmica e, assim, todos que fazem parte de minha vida e que contribuíram para a concretização deste projeto se reconhecerão nestas linhas.

Assim sendo, AGRADEÇO:

A Deus, mesmo que pareça um agradecimento infundado, esse Ser que vive em minha fé, em minhas crenças e no qual me refugiei por diversos momentos para restaurar forças e continuar a caminhada.

Aos meus pais. Minha mãe, Maria José Tavares, uma grande guerreira, e que, hoje, mesmo sem entender tudo que faço sempre me apoiou. Ao meu pai Hilário Furlan (*in memoriam*), o primeiro a me ver como um professor da área de exatas, como dizia, a diferença que fui para a área de humanas, o senhor sempre será importante em minha vida.

À minha irmã, Viviani, que, ao seu modo, fez-se presente. Ao meu sobrinho Gabriel, que me faz seguir inspirado por sua vivacidade.

Aos amigos que fiz na UEM durante o mestrado e doutorado, em especial à Raquel e ao William, que se fizeram mais presentes.

Aos amigos que a vida me deu e o tempo confirmou nossa amizade, vocês não de se reconhecer neste agradecimento.

Ao padre Ilário Govoni (S.J.), à professora Clotilde Tavares, e ao Maurício, da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, que, apesar de não me conhecerem pessoalmente, contribuíram para minha pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Central da Marinha de Portugal, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, da Biblioteca Pública de Braga, da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Braga – Universidade Católica de Portugal – que contribuíram no processo de pesquisa das fontes.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, que possibilitou, por meio de bolsa de estudo, a realização do Estágio de Doutorado Sanduíche em Portugal.

Aos membros da banca de qualificação e defesa os professores Doutores: Célia Cristina da Silva Tavares, Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, Cássia Regina Dias Pereira, Célio Juvenal Costa e José Carlos Gimenez, por suas contribuições.

Ao Prof. Dr. António Maria Martins Melo da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Braga – Universidade Católica de Portuguesa, que, desde o mestrado, contribuiu com suas orientações e que aceitou me orientar durante o Estágio de Doutorado Sanduíche. Sua contribuição foi de grande valia para esta pesquisa e para minha formação.

Ao Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, a quem conheci no mestrado, já como orientador, e que continuou a acreditar em meu projeto, por vezes mais do que eu mesmo, e que foi fundamental nesses anos de minha formação. Sua capacidade de formar e seu conhecimento são ímpares, eu os levarei por toda a vida.

Ao Hugo e à Márcia, da Secretaria do PPE, sempre prontos a me auxiliar com competência e prontidão.

Enfim, encontrei muitas pessoas boas nesta caminhada, como escrevi impossível recordar-me de todas, às quais sou GRATO.

Apresento a vida de Malagrida, ou melhor, o seu jeito de viver e nem todo o Malagrida com seus próprios matizes, mas somente um dedo de Malagrida – como dizem.

(RODRIGUES, 2010, p. 47).

Post. Scriptum: Em todo caso, não te vais ver livre de mim, Gabriel Malagrida! Pelo menos enquanto não explicares como fizeste alguns dos teus milagres! E sobretudo terás de esclarecer com que artes te foram revelados muitos dos pormenores correctos que profetizaste sobre o terremoto do primeiro de Novembro de 1755. É que, raios!, nunca consegui deslindar algumas das tuas façanhas...

(VIEIRA, 2005, p. 480).

FURLAN, Vinicius. **GABRIEL MALAGRIDA (1689-1761): EDUCADOR E MISSIONÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA PORTUGUESA**. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, PR, 2018.

RESUMO

O século XVIII marcou o fim das atividades de mais de duzentos anos da Companhia de Jesus, umas das ordens religiosas que atuou no controle majoritário da educação em Portugal e seus domínios desde o século XVI até sua extinção no século XVIII. No final do reinado de D. João V e durante o reinado de D. José I, ocorreram em Portugal tentativas de mudanças na estrutura política, econômica, administrativa, cultural e educacional com o objetivo de que a sociedade portuguesa retomasse o seu desenvolvimento e posição de destaque no cenário mundial. E foi nesse contexto que um jesuíta se destacou por sua atuação na América Portuguesa e na Corte em Portugal, bem como no embate estabelecido, após os anos de 1750, com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro da Coroa e responsável pelas reformas modernizadoras do reino e pela expulsão da Companhia de Jesus de Portugal. De origem italiana, o padre Gabriel Malagrida dedicou mais de quarenta anos de sua vida às missões. Atuou no norte e nordeste da América Portuguesa e na sociedade portuguesa. Destacou-se por sua ação missionária inovadora, que aliava uma atuação de assistência aos pobres e a mulheres desamparadas, com objetivos religiosos e formativos. Sua atuação em colégios foi por curtos períodos e sua prática formativa ocorria por meio de seus sermões e escritos. Além da importante representatividade como missionário, prestou atendimento religioso a D. João V e D. Maria Ana de Áustria, o que lhe rendeu influências para a obtenção de recursos para a realização de suas obras na América Portuguesa. Com a ascensão de D. José I ao trono e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro, a situação se alterou, porque, efetivamente, foram iniciadas as reformas do Estado em Portugal e teve início o embate entre a Companhia de Jesus e o ministro josefino. Além do fato de ser jesuíta, o padre Gabriel Malagrida fez uma efetiva oposição às reformas e se envolveu em fatos, como a publicação de um opúsculo com uma explicação sobre o terremoto de 1755, contrário àquelas dada pela Coroa. Este trabalho de caráter bibliográfico tem como objetivo analisar a atuação do padre Gabriel Malagrida durante o contexto das reformas do reinado de D. José I nos aspectos religiosos, sociais e educativos, de acordo com o contexto histórico estabelecido com a prática do antijesuitismo do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, ou seja, de um lado, um padre jesuíta que defendia o projeto educativo de sua Ordem religiosa e em estreita relação Estado e Igreja e, do outro, o ministro josefino que julgava as práticas educativas da Companhia de Jesus como fator causador da estagnação e não desenvolvimento do Estado português e, com base nos ideais do Iluminismo, defendia que a Igreja deveria ser subjugada ao poder do Estado.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Companhia de Jesus. Gabriel Malagrida. Marquês de Pombal. Antijesuitismo.

FURLAN, Vinicius. **GABRIEL MALAGRIDA (1689-1761): EDUCADOR AND MISSIONARY OF THE COMPANY OF JESUS IN THE PORTUGUESE AMERICA.** 157f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Advisor: Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2018.

Abstract

The century XVIII stated the end of the activities of more than two hundred years of Company of Jesus, one of the religious orders that acted in the educational majority control in Portugal and its domination since century XVI until extinction in XVIII, At the end of Dom João V and during Dom José I reign, occurred in Portugal attempts of reforms in the politics, economy, administrative, cultural and educational structure; with the objective that the portuguese society recovered its development and a prominent position in the worldwide scenery. Inside this context, one jesuit as remarkable by his performance in Portuguese America and in the Portuguese Court, as well as in the opposition established after the 1750's years with the nomination of Sebastião José de Carvalho e Melo as Minister of the Crown, responsible by the kingdom modern reformatations and by the expulsion of Company of Jesus of Portugal. From italian origin, the Priest Gabriel Malagrida dedicated more than forty years to the missions. Acted in the north and northeast of Portuguese America, and made part of portuguese society. He was quite important by his innovator missionary activity, which allied welfare policy and took care of helpless women, introducing religious and formative goals. His performance in schools was for a short period and his pedagogical practice occurred through his sermons and writings. Besides the importance in representing as missionary; provided service to D. João V and to D. Maria Ana de Austria, which influences were profitable for the financial resources he got in order to the achievement of his works in Portuguese America. When D. José I ascended to the throne and nominated Sebastião José de Carvalho e Melo as minister, the situation changed, because the reformatations were effectively initiated of State in Portugal and the opposition between Company of Jesus and the josephino minister began. In spite of being a jesuit, the priest Gabriel Malagrida did an effective opposition to the changes, and was involved in facts, such as a publication of a tract containing an explanation about an earthquake that had happened in 1755; on the contrary of those ones, that were given by the Crown. This bibliographic essay has the main purpose of analysing Gabriel Malagrida performance, during the reformatations context in the period of D. José I reign about the religious, social and educative aspects according to the historical facts, that were determined with the practice of anti-jesuitism of the minister Sebastião José de Carvalho e Melo, that is, one side was a jesuit priest who defended the educative project from his religious order, in one strait relationship between State and Church, on the other side was the josephino minister, who used to judge the educative practices of Company of Jesus like a causer factor of stagnation and not the Portuguese State expansion, and supported the Church should be subjugated to the State command, based on the Illuminism convictions.

Keywords: Education. History of Education. Company of Jesus. Gabriel Malagrida. Marquês de Pombal. Anti-jesuitism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: OS REINADOS DE D. JOÃO V E D. JOSÉ I E A COMPANHIA DE JESUS.....	20
2.1. As reformas do ensino no reinado josefino.....	34
2.2. A estrutura, abrangência de poder e as ações da Companhia de Jesus.....	40
2.3. Sebastião José de Carvalho e Melo: a figura controversa do ministro reformador.....	46
2.4. O terremoto de 1755 e suas consequências.....	54
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIDA E OBRA DO PADRE GABRIEL MALAGRIDA.....	60
3.1. Biografia do padre Gabriel Malagrida.....	61
3.1.1. O estilo missionário e os sermões do padre Gabriel Malagrida.....	67
3.1.2. Padre Gabriel Malagrida e seus escritos.....	76
4. UM PROJETO EDUCATIVO: A IMPRENSA PORTUGUESA E A AÇÃO DO PADRE GABRIEL MALAGRIDA.....	94
4.1. A imprensa portuguesa: análise do período de 1750 a 1761 em dois periódicos.....	95
4.2. A estrutura dos periódicos: a Academia dos Humildes e Ignorantes e a Gazeta de Lisboa.....	98
4.2.1. As publicações da Academia dos Humildes e Ignorantes e da Gazeta de Lisboa.....	100
4.3. Padre Gabriel Malagrida e a educação.....	111
4.3.1. A atuação do padre Gabriel Malagrida na construção de seminários, casas de recolhimentos e colégios.....	113
4.3.2. Os escritos do padre Gabriel Malagrida: um projeto educativo.....	117
4.4. O padre Gabriel Malagrida: a literatura e o imaginário popular.....	136

5. CONCLUSÃO.....	142
6. REFERÊNCIAS.....	151

1. INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo analisar a ação missionária do padre Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus, durante o século XVIII, na América Portuguesa e em Portugal, em seus aspectos religiosos, sociais, formativos e educativos.

Desde sua fundação, na segunda metade do século XVI até a segunda metade do século XVIII, a Companhia de Jesus foi uma das ordens religiosas com maior representatividade em Portugal. Sua atuação tinha como destaque o controle majoritário da educação e o desenvolvimento de missões nos domínios portugueses. Esta condição durou até o final do reinado de D. João V, já que, após a ascensão de D. José I ao trono e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro, o futuro Marquês de Pombal, como ficou conhecido na historiografia, a situação se alterou devido a uma série de reformas que visavam, segundo os objetivos do reinado josefino, à retomada do desenvolvimento de Portugal.

Com objetivos definidos pelo ministro josefino, as reformas incluíam a centralização do poder na figura do rei e a eliminação de qualquer instituição que demonstrasse uma maior representatividade de poder na sociedade portuguesa. Foi nesse momento que se iniciaram os embates entre o governo português e a Companhia de Jesus, que teve como consequências a execução do padre Gabriel Malagrida, a expulsão da Ordem dos domínios portugueses no ano de 1759 e sua extinção em 1773, determinada pelo Papa Clemente XIV.

Pesquisar e estudar sobre a Companhia de Jesus representa uma ação desafiadora, assumida desde a pesquisa realizada na produção da dissertação do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa de Historiografia da Educação, defendida em março de 2013. Foi nessa época, sob a orientação do professor Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, que tivemos o primeiro contato efetivo com o tema da Companhia de Jesus, mais especificamente a respeito da vida e obra do padre José de Anchieta, quando analisamos suas peças teatrais escritas e encenadas durante o período em que viveu no Brasil no século XVI.

O contato com o tema, até então, fora pelas poucas informações contidas nos manuais de História da Educação e nos livros didáticos de História. Ao pesquisar sobre o padre José de Anchieta para a redação da dissertação, foi possível uma melhor compreensão da efetiva contribuição dos jesuítas para a organização da educação brasileira, além da representatividade que a Ordem dos Jesuítas tinha em terras brasileiras, na Europa e nos demais domínios portugueses. O fato é que a Companhia de Jesus foi a base para a estrutura educacional que temos na atualidade, daí sua importância na História da Educação brasileira.

Ao mesmo tempo em que a Ordem ocupou um lugar de destaque e se tornou uma das mais influentes nos lugares onde atuou, atraiu, com a mesma proporção, a ira de grupos contrários à sua estrutura e forma de ação. Assim, concomitante à fundação e início das atividades dos jesuítas, desenvolveu-se o antijesuitismo, em que sua maior ação ocorreu em Portugal no reinado de D. José I. As medidas implementadas pelo seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, voltaram-se, especialmente, contra o padre Gabriel Malagrida.

O projeto de tese sobre a vida e ação do padre Gabriel Malagrida tomou corpo não só ante a intenção de continuar as pesquisas sobre temas relacionados à dissertação, mas devido a não existência de pesquisas sobre a sua atividade missionária.

Ao iniciar efetivamente o doutorado, com as disciplinas e mais as orientações do professor Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, o projeto passou por adaptações e adequações, delimitando melhor a pesquisa e, com isso, sendo possível direcionar o processo de levantamento bibliográfico e de fontes.

Após o direcionamento do projeto para a efetiva ação educativa do padre Gabriel Malagrida, foi possível encontrar mais fontes e referências bibliográficas sobre o tema. Além disso, foi realizado contato com pesquisadores da área, especialistas em estudos sobre o padre Gabriel Malagrida, como o padre jesuíta Ilário Govoni, que traduziu e escreveu diversas obras de cunho biográfico, cartas, e traduziu um tratado escrito pelo próprio padre Gabriel Malagrida, intitulado **Vida e Império do Anticristo** (2013). Ainda nesse primeiro momento, foram realizadas pesquisas junto a arquivos e colégios do Norte e Nordeste do Brasil, porém sem muitos retornos. Apenas o Arquivo Público de Pernambuco fez uma devolutiva

positiva com o envio de três documentos, os demais locais consultados ou não retornaram a pesquisa, ou informaram que não tinham documentos ou dados sobre o tema, ou que não era possível localizar algo em seus guardados por não existir uma organização em seus arquivos. A pesquisa nos arquivos ou instituições deixou claro que falta apoio e incentivo ao desenvolvimento de estudos e para a preservação de nosso patrimônio histórico.

Esta pesquisa contou com o apoio da professora Clotilde Tavares, do cineasta Renato Barbieri, da responsável pela Biblioteca Pe. Armando Cardoso, S.J. – Itaici – a Cidinha, como se apresentou, da Lucinere Azevedo, da Fundação Antônio dos Santos Abranches, do Recife.

Ao chegar nesse ponto da pesquisa, emergiram novos problemas, embora as publicações no Brasil e fontes possíveis haviam sido localizadas, faltavam as publicações e fontes estrangeiras, e não disponíveis em livrarias. Nessa fase, contamos com o apoio de pessoas como o professor Dr. José Eduardo Franco, que enviou um de seus livros sobre o antijesuitismo pombalino, e Rodrigo Pinto de Andrade, que, durante uma de suas viagens para pesquisa em Lisboa, conseguiu três livros sobre temas relacionados. Com base no material obtido, foi preparado o texto para a qualificação e na sequência o projeto para o estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior.

O estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior, por um período de quatro meses, junto à Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – Portugal, foi desenvolvido sob a orientação do professor Dr. António Maria Martins Melo. A realização de pesquisas complementares sobre o tema e a busca de fontes sobre a imprensa portuguesa do período de 1750 a 1761 permitiram o acesso a outras fontes para a pesquisa.

O estágio em Braga teve início em maio de 2017 e foi desenvolvido com apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – Processo 88881.134331/2016-01, com o projeto de estágio intitulado **A imprensa portuguesa nos anos de 1750 a 1761: a ação do Padre Gabriel Malagrida**. Teve como objetivo levantar fontes para a realização de análise da atuação da imprensa no período que coincidiu com a ação do padre Gabriel Malagrida e

ascensão de D. José I ao trono português, em 1750, e foi delimitado até o ano de 1761 quando da execução do jesuíta.

Em Portugal, entramos em contato com professores pesquisadores da área, como os Doutores José Manuel Martins S.J. e José Carlos Miranda, da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais; o padre António Júlio Trigueiros, da Revista Brotéria; a Doutora Maria Margarida Miranda, da Universidade de Coimbra, e o Doutor José Eduardo Franco, da Universidade de Lisboa.

A pesquisa se estendeu por arquivos e bibliotecas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca Central da Marinha, Biblioteca da Ajuda, no *Archivium Romanum Societatis Iesu* – ARSI, disponível na sede da Revista Brotéria em Lisboa, na Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa. Em Braga, na Biblioteca do Centro Regional de Braga, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e na Biblioteca Pública da cidade. E ainda, por livrarias, feiras de livros e alfarrabistas.

O trabalho de pesquisa e desenvolvimento do projeto de estágio foi intenso, devido ao curto tempo e demanda de fontes a serem catalogadas, analisadas e adquiridas, bem como o deslocamento aos diversos arquivos, bibliotecas e universidades. O resultado foi positivo e o estágio cumpriu os objetivos propostos nas pesquisas e pela colaboração do professor Dr. António Maria Martins Melo.

A redação do projeto de tese passou por uma reestruturação devido à incorporação de novas fontes e a inclusão da análise sobre a imprensa portuguesa, sem desconsiderar, todavia, o objeto principal, que é a vida e a obra do padre Gabriel Malagrida e sua ação educativa.

O padre jesuíta chegou à América Portuguesa no ano de 1721, e só retornou em definitivo para Portugal no ano de 1754. Desenvolveu sua ação missionária na Região Nordeste do país de uma maneira inovadora: fazia suas viagens a pé e voltadas para o atendimento social dos pobres. Consequentemente, para além do atendimento em colégios e seminários, incluiu a criação de casas de recolhimento para mulheres desamparadas e de vida desregrada, atividade que foi aliada ao projeto formativo da Companhia de Jesus.

Para desenvolver sua obra, o padre não media esforços, dedicava-se exclusiva e exaustivamente na consecução de seus objetivos. Além de sua ação direta, o padre estabelecia relações com o intuito de conseguir colaborações e recursos financeiros para a edificação de suas obras: construção e manutenção de colégios, seminários e casas de recolhimentos, as quais fundou ou reconstruiu. O estabelecimento dessas relações foi possível devido à condição da Companhia de Jesus, respeitada ordem religiosa, assim como pela forma como o padre atuava, o que lhe rendeu muitos seguidores e fama de “santo”, visto que era considerado um taumaturgo.

O apoio mais importante que conseguiu foi dos monarcas portugueses D. João V e D. Maria Ana que, após tomarem conhecimento da obra do missionário, fizeram os Exercícios Espirituais e se tornaram benfeitores e apoiadores das obras do padre Gabriel Malagrida. O período de apoio durou até o final do reinado de D. João V, no ano de 1750, embora, com a morte do rei, a rainha continuasse com o auxílio às obras missionárias. Após sua morte, no ano 1754, e com D. José I já rei de Portugal, tendo como ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, a situação foi alterada.

Apesar das tentativas de ascender ao poder na corte portuguesa durante o reinado de D. João V, foi só no reinado de D. José I que Sebastião José de Carvalho e Melo chegou ao cargo de ministro. Sua nomeação para o ministério tinha como objetivos restaurar a economia portuguesa e estabilizar a política.

Antes de sua nomeação, ele tinha uma relação amistosa com os jesuítas, mantida por meio da troca de correspondências. Tal situação se alterou após a sua nomeação para o cargo de ministro de Portugal. De acordo com a forma de governo e as reformas estabelecidas para a recuperação e modernização do Estado português, com base no despotismo esclarecido, não havia espaço de poder para outra instituição que não fosse o Estado, já que, com essa política, todas as instituições deveriam ser submetidas ao controle do Estado, representado pela figura do rei. No caso português, o poder ficou concentrado nas mãos do ministro josefino, e um de seus alvos foi diretamente a Companhia de Jesus e seus membros, no sentido de anular o poder que a Ordem exercia, fosse sobre a sociedade, nas missões ou na corte portuguesa.

Durante as ações e reformas do ministro, houve divergências diretas entre ele e o padre Gabriel Malagrida relacionadas à administração da América Portuguesa, como o Tratado de Madrid ou Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, de 1750, a continuidade da obra missionária pelo padre, e divergências que ocorreram em Portugal, como a publicação de um opúsculo de autoria do jesuíta referente às causas do terremoto de 1755 em Lisboa e sobre o atentado ao rei no ano de 1758.

A explicação que foi apresentada pelo padre Gabriel Malagrida sobre as causas do terremoto fazia referências ao comportamento da sociedade portuguesa, em especial de Lisboa, que vivia em pecado segundo ele. Ao mesmo tempo, fazia uma crítica às reformas políticas implementadas, visto que o padre era contrário à forma de governo estabelecida pelo ministro. No atentado de 1758 contra D. José I, foi atribuída a autoria aos Távoras e o padre Gabriel Malagrida foi relacionado como mentor devido à sua relação com a Marquesa de Távora. Ele era seu confessor.

Teve início, então, a perseguição direta ao padre Gabriel Malagrida que, após ter sido proibido seu acesso à corte, no ano de 1754, foi desterrado e preso, depois julgado, condenado e executado em um Auto-de-Fé no ano de 1761.

Diante da ação do ministro contra a Companhia de Jesus e diretamente ao padre Gabriel Malagrida, ficam os seguintes questionamentos: qual a importância e a representatividade da ação missionária do padre que o tinham posto como alvo das ações antijesuíticas do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo? Quem foi este padre que fez com que o próprio ministro acompanhasse diretamente seu julgamento, condenação e execução? Por que o jesuíta perseguido foi o padre Gabriel Malagrida? Qual sua contribuição educativa?

Para o desenvolvimento da tese, foi necessário analisar sua contribuição para a formação de um ideário social e educativo no período em que atuou como missionário da Companhia de Jesus no nordeste da América Portuguesa e na Corte Portuguesa. O período delimitado para a pesquisa abarca desde o nascimento do padre, no ano de 1689, até sua execução em 1761. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e, para a discussão sobre a atuação do padre Gabriel Malagrida, foram levados em consideração: a ideologia de atuação da Companhia de Jesus e o contexto histórico do século XVIII.

Os estudos acadêmicos sobre o padre Gabriel Malagrida são poucos e, quando realizados, não abordam diretamente sua figura nem sua ação social e educativa como missionário no nordeste da América Portuguesa e na corte em Portugal. As abordagens são desenvolvidas em relação à sua santidade, sobre a supressão da Companhia de Jesus e o poder exercido pelo ministro Sebastião José Carvalho e Melo, assim como a organização e fundação dos conventos e casas para mulheres no Nordeste do Brasil, em seus aspectos de assistência social.

Em pesquisa realizada no Banco de Teses da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, não foram encontrados trabalhos que abordam a figura do padre Gabriel Malagrida relacionados a uma ação social educativa, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação. Os trabalhos encontrados são historiográficos, teológicos ou literários.

Para o desenvolvimento da pesquisa e atendimento aos objetivos propostos no projeto, o trabalho foi organizado em três partes. A primeira, intitulada **O contexto histórico de Portugal no século XVIII: os reinados de D. João V e D. José I e a Companhia de Jesus**, trata da contextualização histórica do período delimitado, do estabelecimento das relações entre a Companhia de Jesus nos reinados de D. João V e, posteriormente, de D. José I, bem como as reformas modernizadoras a partir da nomeação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. A trajetória histórica e política do ministro josefino, além de fatos como o terremoto de 1755 e suas consequências para a sociedade portuguesa serão abordados no contexto do objeto de estudo.

A segunda parte, intitulada **Contextualização histórica da vida e obra do padre Gabriel Malagrida** tem um caráter histórico e biográfico do jesuíta. É apresentada uma análise de suas biografias e de seu estilo missionário. Além disso, na continuidade da abordagem histórica, é feita a análise de seus escritos, o que inclui cartas e dois textos, o opúsculo sobre terremoto de 1755: **Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755**, e a obra da **Vida e Império do Anticristo**.

Na terceira parte, é abordado o aspecto educacional. Com o título: **Um projeto educativo: a imprensa portuguesa e a ação do padre Gabriel Malagrida**, são retomadas as análises das obras do jesuíta sob o aspecto

educacional de sua ação. A educação também é a categoria central para a análise de dois periódicos da imprensa portuguesa a **Academia dos Humildes e Ignorantes** e a **Gazeta de Lisboa**. Além da produção acadêmica sobre o padre Gabriel Malagrida, há uma literatura produzida com características de ficção, mas com um embasamento histórico da vida do jesuíta, que é apresentada no final desta parte.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: OS REINADOS DE D. JOÃO V E D. JOSÉ I E A COMPANHIA DE JESUS

O contexto histórico do século XVIII em Portugal, com destaque para os reinados do D. João V (1689-1750, rei desde 1707) e de D. José I (1714-1777, rei desde 1750), pode ser considerado como um período de transformações nas estruturas da sociedade portuguesa. Durante estes reinados, houve uma mudança na estrutura político-social portuguesa, o absolutismo foi transformado em despotismo esclarecido, influenciado pelo Iluminismo francês.

Mesmo com estas transformações, as influências exercidas pela Companhia de Jesus se mantiveram durante o reinado do D. João V e no início do reinado de D. José I até a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) como ministro.

Nesse período, destacamos a ação do padre Gabriel Malagrida (1689-1761), que atuou de forma influente, durante o reinado de D. João V, nas missões pela América Portuguesa e como confessor real e outras atividades diversas. Ele também vivenciou as transformações realizadas pelo ministro de D. José I, que, em relação à Companhia de Jesus, resultou em sua extinção no ano de 1773.

O reinado de D. João V pode ser caracterizado por dois períodos, no primeiro, Portugal se destacou na política europeia e mundial e, no segundo, predominou a estagnação. Já o reinado de D. José I foi marcado pelas ações do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, com a tentativa de reformar a estrutura portuguesa e modernizar o Estado com um sistema de administração baseado no despotismo esclarecido. Baseando o exercício de seu poder nas teorias de pensadores iluministas, propunha romper com a estrutura medieval, sem deixar que o poder do Estado se enfraquecesse (FALCON, 1986).

D. João V era visto como um monarca devoto e generoso, características consideradas ideais para a época e, ao mesmo tempo, criticado como carola e esbanjador de recursos da coroa, com ostentação e luxo para a manutenção e organização da corte portuguesa, ou seja, seu reinado foi marcado por admiradores e críticos em relação à sua administração que exerceu um controle absoluto e com decisões e ações centradas em suas mãos, "Procurou em primeiro lugar definir o que fazia dele um monarca absoluto [...] o absolutismo

joanino era de caráter prático [...] O rei soube rodear-se de indivíduos adequados às funções que desempenhavam.” (SILVA, 2009, p. 14-15).

Em seu reinado, havia poucas pessoas de confiança, sendo assim, o governo e as tomadas de decisões eram realizados pelo próprio monarca, que tinha controle e conhecimento administrativo e econômico. Para controlar as despesas, logo no início de seu reinado, mandou providenciar um livro de registros com as contas da corte. Esse registro, entretanto, não foi eficiente, já que as despesas da corte eram demasiadas e não havia uma administração coerente com a divisão dos recursos financeiros. Havia o investimento em cultura, mas, ao mesmo tempo, os gastos com a manutenção da condição de vida da família real eram considerados vultosos, como no caso de roupas para o monarca, utensílios de decoração para o palácio, em sua maior parte vindos de encomenda da França.

As pessoas de confiança de D. João V eram um secretário particular, Alexandre de Gusmão (1695-1753); um secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736); os religiosos João da Mota e Silva, o Cardeal da Mota (1685-1747) que, após sua morte foi substituído pelo Frei Gaspar da Encarnação (1685-1752). Outras figuras importantes nas tomadas de decisão eram do diplomata D. Luis da Cunha (1662-1749) e o Cardeal Nuno da Cunha e Ataíde (1664-1750), que ocupou o cargo de inquisidor (SILVA, 2009).

Podemos afirmar que D. João V realizou um governo marcado pelo absolutismo, uma vez que mantinha pessoas de confiança no corpo administrativo de seu governo e poucas vezes reuniu as Juntas e Conselhos do Estado para tomada de decisões. Sua interferência ocorreu até mesmo em decisões do Tribunal do Santo Ofício.

Um Conselho de Estado que pouco se reunia, juntas criadas ao sabor das questões a discutir, um secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, que em suas mãos reunia todos os papéis e que estabelecia a comunicação com os vários interlocutores do rei; depois mais tarde, secretarias de Estado subordinadas ao todo-poderoso cardeal da Mota, constantemente consultado pelo rei, que seguia praticamente sempre seus conselhos, transformando-os em decisões; um Conselho Ultramarino bem organizado e activo, mas que nas suas consultas enfrentava também os pareceres do cardeal; um secretário particular, Alexandre de Gusmão, que tinha mais iniciativa e conhecimentos

do que era habitual nesta posição; e uma nobreza que ocupava os principais cargos no reino e no ultramar e que respondia perante o rei sobre os actos de seus governos. Estas eram as características mais notórias das instituições existentes e das personagens ligadas à administração e ao governo.

[...]

[...] O rei definiu claramente sua política em relação ao Papado e às cortes europeias, esforçou-se para evitar guerras como aquela que herdara de seu pai, e lutou por recuperar o prestígio de Portugal no contexto europeu (SILVA, 2009, p. 330-331).

Foi com a estrutura acima descrita que o período do reinado de D. João V ficou marcado por um ambiente de fomentação à cultura portuguesa. No ano de 1713, ocorreu a organização da Biblioteca da Torre do Tombo e, em 1720, a criação da Academia Real da História Portuguesa, que tinha como objetivo escrever a história portuguesa. Como legado cultural, D. João V deixou uma extensa produção de obras literárias, a incorporação e a valorização do estilo barroco em suas construções, “Pode-se definir-se de brilhante o ambiente cultural português no tempo de D. João V.” (SERRÃO, 1974, p. 54).

Na economia, a base eram três campos distintos: o metropolitano – com a afirmação de uma economia interna; o ultramarino – pela manutenção da exploração colonial; e, o luso-europeu – na tentativa de abertura portuguesa para a economia internacional. Em meados do século XVII, havia uma economia complexa e ocorreu a tentativa de industrialização sem a criação de uma base, apenas foi uma forma de imposição do Estado. Somente no início do século XVIII, com a exploração do ouro brasileiro a partir de 1720, que houve um processo de recuperação econômica.

Sob o influxo do ouro brasileiro, a economia portuguesa viveu, então durante a primeira metade do século XVIII, uma fase de relativa prosperidade. O ouro do Brasil teve vários efeitos na economia do País. Em primeiro lugar, promoveu a dinamização da actividade mercantil externa [...], colonial [...] e interna [...]. Em segundo lugar, fez aumentar a riqueza privada [...]. Em terceiro lugar, conferiu ao País uma grande disponibilidade de meios de pagamento ao exterior [...] em proveito do reforço dos sectores económicos de maior vocação exportadora.

No clima de prosperidade assim gerado, o principal beneficiário foi o sector mercantil, dada a intensificação das trocas. Os subsectores agrícolas de vocação exportadora aproveitaram também e cresceram bastante. [...].

O único sector que terá aproveitado menos, ou que terá até, porventura, saído prejudicado, foi o da indústria [...] (SERRÃO, 1992, p. 72).

O período de prosperidade, devido à exploração do ouro brasileiro, durou aproximadamente até 1750, visto que, nos anos seguintes, o ouro se tornou menos abundante devido à estrutura de exploração. Outros setores também foram atingidos pela diminuição da produção do ouro. O comércio decaiu, a agricultura metropolitana e colonial apresentou estagnações e dificuldades diversas e a indústria não teve condições de atender nem ao menos às necessidades internas (SERRÃO, 1992).

Entre os anos de 1742 a 1750, a rainha D. Maria Ana (1683-1754) foi quem assumiu o controle da administração do reino, ante à condição de saúde do rei. Esse foi o período mais longo que a rainha respondeu pelos negócios do reino. O controle dos negócios do reino já havia sido delegado à rainha, pela primeira vez, no ano 1716 e outra vez no ano de 1717, devido à ausência de D. João V, que passara um período em viagem.

Muito embora não durasse, cada um deles, muito mais do que uma quinzena, é provável que para a rainha representasse um apreciável sinal de respeito do seu marido, e uma excelente maneira de relembrar as naturais faculdades da sua ascendência. [...] Seria por isso compreensível se de futuro, ao ausentar-se, o rei decidisse voltar a depor os negócios do reino nas mãos da rainha (MIRANDA; MIRANDA, 2014, p. 251).

A rainha sempre teve papel atuante na corte, descendia de uma família com importante representatividade política, a Casa de Habsburgo. Além disso, dedicava-se às questões relacionadas ao atendimento dos mais necessitados, acompanhava padres nas visitas aos doentes e no incentivo às missões jesuítas para a Índia e América Portuguesa.

No ano de 1742, por meio de um decreto, D. João V concedeu a D. Maria Ana a condição de regente e, “ao nomear a rainha, e não o filho, D. João V deu, portanto um claro sinal de que não o achava maduro para o lugar [...]” (MIRANDA; MIRANDA, 2014, p. 265). Sob esta situação, a rainha desempenhou seu período como regente auxiliada pelo Cardeal da Mota e pelo filho, o futuro D. José I. A atitude de D. João V foi com a intenção de manter sua participação no governo,

porque as decisões mais importantes seriam realizadas com seu consentimento, a nomeação de D. Maria Ana foi uma questão de legalidade.

Cabe destacar que, em um dos seus últimos atos, D. João V manteve sua característica de devoto e generoso e sua condição para tomada de decisões como monarca, visto ter atendido aos pedidos do padre Gabriel Malagrida, que havia se deslocado da América Portuguesa com a intenção de solicitar autorização do monarca para a fundação de casas de recolhimentos e seminários nas terras de missão.

O padre ficou em Portugal de 1749 a 1751, período em que iniciou amistosa relação com os monarcas e que lhe rendeu, além da autorização para as fundações, dada por D. João V no ano de 1750, uma ajuda financeira para cada nova fundação: “[...] concedia a Malagrida ampla faculdade de fundar em todo lugar seminários de meninos e recolhimentos femininos, que julgasse útil para seus vassallos e glórias divinas” (RODRIGUES, 2010, p. 305). Esta ajuda também beneficiou o Seminário da Bahia, fundado no ano de 1738.

Com este ato, o monarca demonstrou que reconhecia e valorizava a obra desenvolvida pelo padre Gabriel Malagrida. O reconhecimento legal dessa ação foi dado por D. José I, após a morte de seu pai, em um decreto de 18 de janeiro de 1751 e confirmado por meio das Instruções Régias, Públicas e Secretas destinadas ao governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769): “Os artigos 24º, 25º e 26º tratavam do P. Gabriel Malagrida e de suas representações. [...] de fundações de obras e das decisões reais até aquela data, o monarca ordenava o cumprimento do decreto de 18 de janeiro de 1751” (RODRIGUES, 2009, p. 226).

Apesar desse ato amistoso em relação ao padre jesuíta, o período josefino foi marcado por transformações na sociedade portuguesa que incluíram a Companhia de Jesus.

A partir do ano de 1749, o estado de saúde do monarca piorou e ele faleceu no ano de 1750. Apesar do acontecimento, D. Maria Ana cumpriu os protocolos e declarou D. José o novo rei.

[...] D. Maria Ana reconheceu no seu filho o novo monarca, transmitindo-lhe a autoridade que, pela longa doença de D. João V, tantos anos ela própria se vira obrigada a representar. D. José

passava então a ser o senhor do destino do reino, das suas províncias, ilhas, portos, armadas e exércitos; passava a ser o senhor de tudo o que neles existisse e de todos seus povos. (MIRANDA; MIRANDA, 2014, p. 278).

O reinado de D. José I foi marcado por uma característica própria. As pesquisas sobre os acontecimentos de seu reinado são sempre remetidas a uma estreita ligação ao seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Ele não é um dos monarcas que caiu no esquecimento da história portuguesa, porque, em seu período, ocorreram fatos marcantes tanto para a história mundial como para portuguesa, dos quais destacamos o terremoto de 1755 e a consequente reconstrução de Lisboa. Soma-se a isto o atentado que sofreu no ano de 1758, que culminou com os desdobramentos do Processo dos Távoras e a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, que contribuiu para a extinção da Ordem, e o Auto-de-Fé, de 1761, com a execução do padre Gabriel Malagrida (MONTEIRO, 2006).

A escolha de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro foi realizada devido ao apoio dos jesuítas e à aprovação de D. Maria Ana. Cabe destacar que D. José I organizou seu reinado e fez suas escolhas com um objetivo definido, “[...] essas escolhas revelam claramente a intenção de romper com a situação preexistente [...]. Os novos escolhidos para o governo eram diplomatas experientes, como, de resto, o foi a esmagadora maioria dos secretários de Estado [...]” (MONTEIRO, 2006, p. 51).

As realizações do reinado josefino sempre são evocadas pelas realizações do seu ministro, visto que Sebastião José de Carvalho e Melo sempre se fez presente junto ao rei e soube tirar proveito das situações que ocorreram ao longo de seu ministério. Ele se estabeleceu como referência de poder, utilizou fatos marcantes, como os citados acima, e criou uma narrativa própria e favorável a si mesmo (TAVARES, 2017). Embora reconhecido como uma figura histórica controversa, sua contribuição foi importante e constante na administração do reinado josefino.

D. José I, quando ascendeu ao trono português no ano de 1750, herdou uma estrutura econômica desgastada. O setor econômico só se restabeleceu devido às ações do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, com uma

economia voltada para a estrutura metropolitana e aliada à estrutura colonial, bem como a uma economia interna, gerando um crescimento econômico nacional.

Foram estes sentidos de actuação que permitiram à economia portuguesa enfrentar com algum êxito a conjuntura crítica das décadas de 1750, 1760 e 1770, aliás complicada por uma conjuntura internacional também pouco favorável, e estar em boa posição para aproveitar as novas condições do final do século XVIII. Neste período, assistiu-se então a uma nova fase de crescimento, desta vez um crescimento mais auto-sustentado e mais equilibrado, envolvendo os diversos sectores da economia, agora mais integrados e melhor articulados (SERRÃO, 1992, p. 73).

Como na economia, os aspectos religiosos também foram alterados. Com a instalação do novo regime político-social, a Igreja, que era autônoma e considerada como polo político e articulador dos costumes sociais em praticamente todos os setores, não condizia com o poder único e centralizado, em que o Estado era o centro e, neste caso, inclui-se a Companhia de Jesus e seus membros, como o padre Gabriel Malagrida. Durante o reinado de D. João V e até a morte de D. Maria Ana, ele tinha livre acesso ao paço real, liberdade que, de modo mais controlado, seguiu no início do reinado de D. José I.

A Igreja, como detentora de um governo autônomo e de regulamentação própria, com direito à imunidade social e econômica, com a proteção de autoridades temporais, com uma jurisdição privilegiada, administradora de questões comportamentais sustentadas pelo padroado, era considerada uma instituição representativa da estrutura do poder e, por sua constituição, não era subjugada ao Estado. “Claro que esta situação privilegiada da Igreja era vista com preocupação pela coroa, que tentava atenuá-la de diversas formas.” (HESPANHA, 1992, p. 287). Era necessário que o poder da Igreja fosse subjugado ao poder do Estado.

No ano de 1716, foi criado o Patriarcado de Lisboa pelo Papa Clemente XI (1649-1721, Papa desde 1700), que possibilitou a formação de uma administração de Igrejas nacionais, em que o poder ficava centrado no bispo e em sua diocese. “No entanto, na Europa, o grande investimento joanino em matéria diplomática foi a conquista da paridade de tratamento com as outras grandes

potências católicas no seu relacionamento com a Santa Sé [...]” (MONTEIRO, 2000, p. 136).

O processo de administração e nacionalização das Igrejas não se restringiu somente ao reinado de D. João V. No reinado de D. José I, por meio das ações do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, a ação de controle do Estado sobre as ações da Igreja se intensificou.

[...] a actuação pombalina, a tendência que marcámos para o início do período parece tender a uma inversão. Não se procura nem o equilíbrio do poder do rei com o dos bispos, nem muito menos a sua aliança, mas sim a subordinação dos segundos ao primeiro, à sombra das esferas de poder (HESPANHA, 1992, p. 298).

Ante o contexto de poder centrado no Estado e na figura do rei, nem mesmo a Igreja tinha autonomia, e suas ações, ao longo do tempo, ou seja, da passagem do reinado de D. João V para o de D. José I, sofreu alterações e restrições. Além dos aspectos religiosos, em um processo conjunto, a educação sofreu modificações em sua forma de administração e organização, em particular relacionada à Companhia de Jesus, que detinha boa parte do controle e da execução da ação educativa.

Assim, tais medidas não foram tão drásticas durante o reinado de D. João V, visto que os padres da Companhia de Jesus tinham prestígio e influência junto aos assuntos e decisões da Coroa portuguesa em diversos setores. Influência que não se restringia somente aos campos religioso e educacional, visto que eles atuavam como confessores reais e, além disso, tinham a proteção e a admiração da rainha D. Maria Ana.

Já no reinado de D. José I, com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para ministro do Estado português e após a morte da rainha D. Maria Ana, a Igreja em geral, inclusive a Companhia de Jesus, passou por alterações nas relações com as estruturas de poder. Perdeu influência e realizações nas áreas políticas, administrativas e econômicas, já que não contava mais com a proteção dos monarcas e, na visão do novo ministro, era um empecilho para a efetivação do novo modelo de organização. O controle até então exercido pelos jesuítas foi limitado, a estrutura da administração no

contexto reformador foi centralizada na figura do monarca, impedindo a Companhia de Jesus de atuar em setores da sociedade que antes tinha poder e influências.

A base para as transformações ocorridas em Portugal foi o Iluminismo, movimento que se alastrara por toda a Europa. Este movimento “[...] nasceu da filosofia e das ciências naturais como uma nova explicação para o mundo, a natureza, o homem e a história, explicação essa que abalou os alicerces da ordem estabelecida até então [...]” (CARRATO, 1980, p. 7).

No caso de Portugal, o movimento iluminista teve início no ano de 1640, período da Restauração, e durou até 1820, período da Revolução Liberal. “Foi o Portugal restaurado, no empenho de romper todos os laços que o haviam prendido à Espanha, que adotou as novas ideias vindas dos vários pontos da Europa, como [...] atitude de prevenção e sobrevivência [...]” (CARRATO, 1980, 10), sendo que seu desenvolvimento ocorreu com características particulares, por se manter ligado à Igreja, denominado de Iluminismo Católico. Ao final do reinado de D. João V, Portugal encontrava-se em estado de estagnação e crise política, econômica e cultural. Diante desse contexto, ao ascender ao trono, D. José I iniciou reformas, com o auxílio de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, com a intenção de retomar o desenvolvimento do Estado português nas áreas de indústria e comércio. Para a efetivação e retomada do desenvolvimento, as reformas tiveram início nas áreas política, econômica, social e cultural.

No campo político, o governo empreende o reforço da máquina do Estado [...]. No campo econômico [...] uma ação mercantilista, Carvalho e Melo ataca medidas de combate ao luxo, o principal causador da evasão do ouro do país, cria as companhias monopolistas de comércio [...] rigidamente protecionistas, e fomenta novas indústrias e técnicas, para estimular o consumo interno e evitar a compra no estrangeiro, equilibrando, assim, a balança de pagamentos. No campo social, inicia o enquadramento da nobreza em novo papel de classe ativa e não ociosa, cuidando de diminuir-lhe os poderes excessivos, enquanto promove a nova classe burguesa dos grandes mercadores, aos quais cumula de privilégios, inclusive os da nobreza; e, finalmente, no campo cultural, leva efeito as reformas do ensino, dentro de uma constante laicista, no sentido de reduzir o poder eclesiástico no campo da educação e da censura do pensamento, por uma secularização gradativa, que parte dos pressupostos regalistas de reforço do poder do monarca em face da Santa Sé, mesmo em certos assuntos eclesiásticos nacionais, tais como a nomeação de

bispos, provimento de benefícios e ação da Inquisição. E, pela primeira vez, ousa tirar da Igreja (legitur Companhia de Jesus) o controle do ensino público (CARRATO, 1980, p. 23-24).

Foi por meio das reformas em diferentes instâncias que se instituiu a ação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo aliada a um novo discurso. Em nome do poder do Estado, acrescentava a justificativa de que o controle educativo, em sua maioria, exercido pelos jesuítas, era um dos motivos da estagnação do desenvolvimento de Portugal.

Nesse contexto, os Jesuítas são vistos como anti-heróis. Eles são os grandes derrotados do século, ficando com a imagem manchada por uma leitura que fazia dos seus padres os maus da história. Na verdade, sedimentou-se a ideia de que a Grande Ruptura do século XVIII iria permitir inaugurar uma época nunca vista antes. Na propaganda antijesuítica, porém, essa ruptura só seria viável removendo o grande obstáculo que os Jesuítas e o seu ensino escolástico representavam. Políticos e intelectuais da Ilustração investiram grandes recursos em propaganda e em medidas persecutórias para os eliminar, deitando o seu legado para o caixote do lixo da história (FRANCO; FIOLETTI, 2016, p. 105).

Para entendermos como a Companhia de Jesus se estabeleceu como uma das Ordens que mantiveram o controle educacional em Portugal e em seus domínios, devemos retornar ao contexto histórico do século XVI, quando a ordem assumiu o controle do Colégio das Artes “[...] o Colégio é entregue à Companhia de Jesus (1555), que pouco depois virá ter o monopólio do ensino [...]” (GRÁCIO, 1988, p. 26).

Ao atuar na corte portuguesa e, posteriormente, em seus domínios, como no caso da América Portuguesa, os jesuítas se estruturaram de tal modo que, em pouco tempo, haviam estabelecido o que podemos chamar de conceito de educação escolar em Portugal, porque, da segunda metade do século XVI à segunda metade do século XVIII, o referencial de educação em Portugal era o ensino jesuíta.

Na segunda metade do século XVI, a Companhia de Jesus e a monarquia portuguesa estabeleceram uma aliança para a fomentação de um ideário educacional ligado à formação cristã. Além da formação no campo da educação havia a intenção de centralizar o poder.

A Companhia de Jesus, pelo apostolado e pelo ensino, a Inquisição, os índices expurgatórios da literatura suspeita, vão ser os instrumentos políticos-religiosos da preservação da unidade católica do reino, sendo os ideais renascentistas de autonomia mental e inspiração evangélica de reflexões e vivências cristãs [...]. De qualquer maneira, a acção conjugada daquelas três instituições tem como efeito o reforço da centralização cultural e política [...] (GRÁCIO, 1988, p. 27).

Até o final do século XVI, a Companhia de Jesus se consolidara cada vez mais como a instituição majoritária da educação e, desta forma, falar em educação, ou em um ideário educacional significava se reportar ao ensino jesuítico, explicitado na IV parte das **Constituições** de 1559 e de seus métodos, estabelecidos na **Ratio Studiorum** de 1599.

Havia na estrutura da Ordem uma organização que ia além dos documentos reguladores, porque, de acordo com organização estabelecida por Inácio de Loyola (1491-1556), ser jesuíta era ser missionário e seguir fielmente os votos feitos ao ingressar na Ordem (CONSTITUIÇÕES... e NORMAS..., 2004). Foi por isto que, ao instituir um ideal de educação que, durante o século XVI, mostrou-se eficaz e permaneceu com sólida atuação por mais de duzentos anos, os jesuítas tinham convicção da importância do ensino. Por sua longevidade, podemos considerar o seu modelo de educação como o conceito do que era educação em Portugal.

De facto a Companhia de Jesus apresenta-se-nos, no campo da Pedagogia, como possuidora de uma consciência que nunca se impusera com tanta convicção: a da importância social da educação e do ensino. Seria o sonho dos jesuítas que todas as crianças se sentassem nos bancos das suas escolas e que a orientação do seu ensino as modelasse de tal feição que uma por uma constituísse um esteio do pensamento filosófico que defendiam. A sociedade oscilava na perturbação crítica das contestações religiosas do século, e a Companhia de Jesus procurava bloqueá-la e defendê-la das heresias, explorando as virtualidades de uma arma que nunca se previra tão capaz de provocar transformações sociais: o ensino. (CARVALHO, 2001, p. 329).

A Companhia de Jesus tinha um projeto sobre o qual se formou um conceito de ensino, a pedagogia jesuítica, que, embora não fosse a única Ordem religiosa que atuava no campo do ensino, era majoritária.

Desde a sua fundação, a Companhia de Jesus teve defensores e contrários, e o aumento deles seguiu na mesma proporção. Em pouco tempo, ela se estabeleceu como uma das Ordens mais influentes, seja na educação, seja na atuação junto à corte portuguesa como educadores ou confessores, o que lhes rendeu a possibilidade de participar, em muitos casos, de tomadas de decisões.

Contudo, no século XVII, duas novas Ordens, além das existentes, começaram a atuar no ensino. Em um primeiro momento, a atuação dessas Ordens se assemelhava e elas não interferiam no controle exercido pela Companhia de Jesus, contudo, isto não pode ser afirmado no século XVIII.

Uma delas é a Ordem dos Clérigos de S. Caetano, cujos membros se tornaram conhecidos por teatinos, estabelecida entre nós em 1648. A sua atividade no ensino foi de pouca monta, mas a instituição tornou-se muito relevante na vida mental dos portugueses pelas intervenções que nela tiveram alguns dos seus componentes [...]. A outra foi denominada Congregação do Oratório de S. Filipe Nery, cujos padres, os oratorianos, popularmente conhecidos por néris, vieram ter papel preponderante no ensino, durante o século XVIII, participando a fundo nas reformas pedagógicas do marquês de Pombal [...]. Foram os néris que passaram a ocupar, como Ordem religiosa, no ensino nacional, o lugar de relevo, embora mais modesto, que anteriormente fora ocupado pela Companhia de Jesus. (CARVALHO, 2001, p. 384).

Mesmo com a criação das duas novas Ordens, a Companhia de Jesus se esforçava para se manter no controle. Embora não fosse como antes, ou seja, agora havia outras duas Ordens que, de certo modo, começavam a almejar espaços maiores na atuação com o ensino, ela tentava fazer valer sua História e legado.

Em pleno século XVIII, a Companhia de Jesus detinha uma rede de instituições e missões que cobria todos os quatro grandes continentes habitados. Em dois séculos, os Jesuítas exploraram os territórios mais extremos do planeta, chegaram a regiões elevadas dos Himalaias, descobriram tribos ameríndias e penetraram nos interiores inóspitos das selvas africanas e americanas, navegando pelos labirintos de rios, merecendo especial destaque as missões no interior do Amazonas (FRANCO; FIOLEAIS, 2016, p. 104).

E foi por ser uma Ordem com significativa ação e representatividade que houve uma reação dos jesuítas para manutenção e preservação de seus ideais e métodos de ensino, manutenção possível até o início do reinado de D. José I. A partir de 1750 as relações entre a coroa portuguesa, na pessoa do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, e a Companhia de Jesus começaram a se desgastar, vista que o ministro não realizava todas as transformações sozinho e sem o consentimento do rei. É importante reconhecer, todavia, que o planejamento e o encaminhamento foram conduzidos diretamente por ele, como se o rei apenas tivesse figurado nas tomadas de decisões, porque, quando se fala do reinado de D. José I, em se tratando das realizações e feitos desse período, fala-se mais do ministro do que do próprio rei (MONTEIRO, 2006).

Diante da situação que se instalou durante o reinado josefino e da administração de seu ministro, foi se estabelecendo um enfrentamento. De um lado, a Companhia de Jesus que, desde a segunda metade do século XVI, atuava majoritariamente na formação de boa parte da sociedade portuguesa, incluindo nobres e membros da corte, e também como confessores reais. De outro, os ideais reformistas do ministro de D. José I com base no Iluminismo, ainda que seria caracterizado como português e católico, já que suas reformas, de certo modo, realizaram apenas a manutenção de um sistema de poder, em que o controle do ensino foi substituído.

A ação reativa da Companhia de Jesus em defender seu legado educacional ocorreu devido à estrutura que seu projeto educativo tinha. Em sua pedagogia havia documentos que regulavam sua ação, a administração colégios e universidades, somada a atuação de mais de duzentos anos. Um legado que contribuiu para a formação desde o cidadão simples da sociedade portuguesa, aos membros da corte (CARVALHO, 2001).

Mesmo após a expulsão dos jesuítas e o fim do controle que exerciam no ensino, não houve grandes mudanças no conceito de educação e na prática do ensino na sociedade portuguesa, mas, de imediato, o ministro tomou suas decisões.

[...] com a expulsão da Companhia de Jesus, iria criar-se uma situação extremamente embaraçosa no ensino, visto este encontrar-se, em grande parte, nas mãos dos jesuítas. Era

preciso, e urgente, dar-se remédio a tão grave situação, o que forçou Pombal a pensar no assunto.

Cinco meses após a determinação da expulsão da Companhia, expulsão que aliás não foi imediatamente executada, manda Pombal publicar um alvará, com data de 28 de Junho de 1759, que constitui a primeira providência no sentido de dar remédio à calamitosa situação escolar em que o país se encontrava. Trata-se de um documento de mais elevada importância para a história do ensino em Portugal por ser com ele que se põe termo de duzentos anos de actividade pedagógica ininterrupta da Companhia de Jesus [...]. (CARVALHO, 2001, p. 429).

Mesmo com um documento de suma importância para a História da Educação de Portugal e o sentido de ensino, marcado por tanto tempo pela pedagogia jesuíta, a publicação desse documento figurou apenas como uma regulamentação legal, não determinou efeitos que mudassem o conceito de educação e nem propôs novos métodos ou grandes inovações para revolucionar a formação da sociedade portuguesa. No documento consta a determinação da substituição das características do ensino até então em vigor, pois o:

[...] alvará leva-nos a concluir que ele não estrutura, realmente reforma do grau escolar a que se destina, que é o das chamadas Escolas Menores, assim denominadas em oposição aos estudos superiores. O que nele se apresenta, se preceitua e se impõe, é uma diferente metodologia para aquele grau de ensino. Repudia-se abertamente, e em termos arrasadores, o método de ensino jesuítico e os compêndios que a Companhia usava, e exigem-se outros métodos e outros compêndios, o que não nos parece que só por si mereça a designação de uma reforma dos estudos. [...]

Não se trata, portando de uma reforma, embora o próprio termo seja empregado no alvará, mas na substituição de um método, substituição que aliás não irá ser feita por um método novo, mas pelo método já usado há duzentos anos, com actualizações consideradas necessárias. (CARVALHO, 2001, p. 429-430).

O fato é que as reformas educacionais não foram efetivas, houve a troca de comando no sistema ensino e, para auxiliar tal reforma, um dos colaboradores foi um ex-aluno de colégios jesuítas, Luís António Verney (1713-1792). No momento de tais mudanças, ele atuou como oposição ao método em que se formou, “[...] frequentou o Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, onde cursou Gramática, Latinidade, Retórica e talvez a Aula de Esfera, dos sete aos catorze anos de idade [...]”. (CARVALHO, 2001, p. 406).

As reformas foram implantadas, assim como o entrave entre o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e a Companhia de Jesus também se estabeleceu, em particular com o padre Gabriel Malagrida, que cumpriu e levou os ideais da Ordem até o final de sua vida, com sua obra e no exercício de um ideário educacional.

Duzentos anos de atuação significativa no ensino de Portugal e seus domínios, como no caso da América Portuguesa, foram substituídos por uma estrutura que havia bebido nos próprios ensinamentos da Companhia de Jesus e que manteve o caráter religioso, mas com uma diferença, os que assumiram o ensino estavam subjugados ao controle do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

2.1. As reformas do ensino no reinado josefino

Para a retomada do desenvolvimento na sociedade portuguesa do século XVIII, segundo o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, havia a necessidade de formar um indivíduo capaz de atuar de acordo com as intenções reformadoras, ou seja, com capacidade para servir o Estado. Assim, era necessário o redirecionamento dos objetivos educativos e, conseqüentemente, acabar com a ação da Companhia de Jesus e seus membros.

A formação deveria preparar uma mão de obra qualificada, indivíduos em condições de atuarem no comércio e na administração, de acordo com as novas condições sociais, e a aristocracia receberia uma preparação para comandar. Haveria o ensino da língua vernácula e a propagação das bases iluministas, o uso da razão, a observação e a experimentação.

A proposta educacional direcionada para atender às necessidades práticas do Estado substituiu ao grande número de escolas jesuíticas e fixou um novo método de ensino fundamentado na utilidade da escola. Com o objetivo de padronizar e selecionar o conteúdo dos estudos e garantir a divulgação de uma literatura adequada ao seu projeto de modernização da instrução pública, que era oposto ao projeto educacional jesuítico, Pombal criou a Real Mesa Censória (1768), a Imprensa Régia, deu início e concretizou a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra. (PEREIRA, 2015, p. 29).

As reformas abrangeram do ensino elementar ao superior, a criação do ensino secundário e de órgãos para a fiscalização da produção literária e a efetivação do combate ao monopólio educacional jesuíta. Apesar do combate e quebra do monopólio de uma Ordem religiosa no controle educacional, houve a manutenção da participação de religiosos na condução das reformas, o que deu uma característica particular ao Iluminismo português.

[...] que consistiu na sua dimensão religiosa, fato que o diferiu do iluminismo francês e do inglês [...] Devido a essa convivência, não se consumou em solo lusitano a principal reforma do movimento iluminista, que era a separação total entre Igreja e Estado. (PEREIRA, 2015, p. 33).

O que ocorreu em Portugal foi a substituição da Companhia de Jesus por outras Ordens, como os oratorianos e os teatinos. A justificativa para tal alteração era o projeto educativo dessas Ordens, que atendia às necessidades do projeto proposto pelo ministro josefino. Podemos destacar como umas das primeiras ações reformadoras da educação a criação da Aula do Comércio, cujo objetivo era formar indivíduos com a capacidade de atuar nas áreas de finanças e ocupar cargos no Estado na área da administração. Com esta atitude, o ministro seguia a orientação do Iluminismo mercantil e burguês (CARRATO, 1980).

Outra ação foi a reforma dos Estudos Menores, que teve início com o Decreto do Alvará Régio, de 28 de junho de 1759, expedido por D. José I, que determinou a substituição do método de ensino jesuíta. Tal orientação, na prática, não ocorreu como um todo, como já mencionado, e estabeleceu que o novo método deveria ter por base as práticas educacionais executadas na Europa, ou seja, baseadas no Iluminismo.

Em seguida, houve a nomeação de um Diretor de Estudos indicado pelo rei, que tinha a função administrativa e fiscalizadora do processo educativo e do desempenho da atuação dos professores. Foram criadas aulas de Gramática Latina, em Lisboa; de Língua Grega, em Lisboa, Coimbra, Évora e no Porto; o controle das comarcas e a cadeira de Retórica, em Lisboa, Évora, Coimbra no Porto e também nas vilas (CARRATO, 1980).

O primeiro diretor de estudos foi nomeado “pela Carta Régia de 06 de julho de 1759, o eclesiástico D. Tomás de Almeida, Principal da Igreja de Lisboa [...]

pelo prazo de três anos, com a finalidade de executar as disposições da reforma decretada [...]” (CARRATO, 1980, p. 35). A nomeação foi um ato político e significou a secularização do ensino.

Em relação à contratação de novos professores, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo enviou uma carta ao diretor de estudos com a indicação de vários nomes, entre eles religiosos oratorianos e outros que tinham uma ligação direta com o ministro, demonstrando a intenção que havia em controlar os encaminhamentos das reformas. Como a indicação do ministro não supriu a demanda das aulas, o diretor geral de estudos abriu um edital de seleção para suprir as necessidades para a formação de um corpo docente. Outra questão foi a seleção de compêndios e livros adequados à nova estrutura educacional. A solução foi a indicação da gramática latina, de autoria dos Oratorianos, e da Ortografia, de autoria de Luís António Verney.

Além da educação para a formação de um indivíduo capaz de atuar de forma a servir o Estado, havia a necessidade de uma educação destinada aos nobres e fidalgos. Assim, foi criado o Colégio dos Nobres, pelo Ato Régio, de 07 de março de 1761, mas seu funcionamento só teve início no ano de 1766.

[...] o Colégio dos Nobres destinava-se ao ensino dos jovens fidalgos, em regime de internato. Ele tinha uma finalidade disciplinadora, ao mesmo tempo em que habilitava os meninos naquelas ciências úteis às suas futuras carreiras de dirigentes do país. Era uma espécie de colégio ou liceu atual. Entrava-se, sabendo ler e escrever e saía-se apto para a Universidade. O curso pleno deveria constar de três áreas distintas: Parte literária [...] Parte científica [...] Desenvolvimento físico [...]
Quando se deu a abertura solene das aulas, 19 de março de 1766, foram matriculados 20 alunos, embora o número de vagas fosse de 100. Com efeito, as matrículas nunca ultrapassaram, no período de 1766 a 1772, uns punhados de fidalguinhos internos, nesses sete anos de atividades, o Colégio dos Nobres laureou apenas 45 alunos [...] (CARRATO, 1980, p. 44).

O insucesso da ação educacional do Colégio dos Nobres pode ser imputado aos problemas financeiros, falta de habilidade administrativa da direção do colégio, o mau comportamento dos alunos e o desgaste dos professores. Além disso, havia a necessidade de se cumprir o papel de substituir um modelo educacional que fora constituído desde meados do século XVI.

As reformas não foram somente nos Estudos Menores, houve a do ensino superior, na Universidade de Coimbra, que se iniciou pela reorganização do ensino de Medicina e continuou nos cursos de Teologia e Direito, com a criação da nova Faculdade de Matemática e da Faculdade de Filosofia. Como parte da reforma, houve a instalação de laboratórios para aulas práticas, visando ao atendimento da nova organização dos estudos que previa a prática por meio da observação e da experimentação.

Na Universidade de Coimbra, as mudanças foram efetivadas por meio da Carta de 28 de agosto de 1772, que tinha como objetivo formar indivíduos com condições de atuarem de acordo com o novo contexto de sociedade que se estabelecia. Para tanto, visava à superação dos antigos paradigmas educacionais jesuítas e à apropriação dos novos conhecimentos científicos e inovações tecnológicas que estavam surgindo (PEREIRA, 2015).

As reformas e transformações que ocorreram em Portugal na segunda metade do século XVIII seguiram o curso da História. Havia o embate entre dois modelos de sociedade, um tradicional e aristocrata e outro moderno com alguma base no Iluminismo.

Cada época tem uma ideia matriz que também pode ser denominada motriz, pois ela produz a força necessária para mover as engrenagens e as expressões que se articulam para elaborar a perspectiva histórica de cada etapa do desenvolvimento social. O modo de percepção da realidade se integra na categoria da totalidade, da qual emerge a contradição.

As mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais ocorridas na Europa provocaram um movimento contraditório nas relações entre defensores de um novo projeto de sociedade ancorado na razão e na ciência (PEREIRA, 2015, p. 19).

O ensino foi um dos principais fatores da modernização em Portugal no século XVIII, senão o principal objetivo das reformas. Controlado pelos padres jesuítas desde meados do século XVI até a segunda metade do século XVIII, teve sua organização questionada. O questionamento foi no aspecto do método de ensino desenvolvido pelos padres, porque, de acordo com o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, a formação dada nos colégios jesuíticos era retrógrada e não atendia às necessidades de uma sociedade moderna. Miranda (2009) afirma, todavia que o ensino jesuítico tinha como base aspectos formativos nas áreas de

Humanidades, Filosofia, Teologia, Matemática, Gramática e Retórica, o que contribuía para uma sólida formação de seus alunos.

O problema, naquele momento, era que, com um modelo de ensino consolidado e respeitado pela sociedade portuguesa e que mantinha uma tradição católica, a Companhia de Jesus representava uma estrutura de poder com seu método de ensino disciplinador, que seguia as normas da ***Ratio Studiorum*** de 1599, seu código pedagógico. Esse poder da Companhia de Jesus representava um obstáculo para a realização das reformas. Assim, a estratégia utilizada por Sebastião José de Carvalho e Melo foi a propaganda contrária aos jesuítas, alimentando um embate de poder entre os padres, que defendiam a manutenção de seu legado de mais de duzentos anos, e o ministro josefino com suas ideias reformadoras.

O predomínio da educação jesuítica foi quebrado no ano de 1759, com a expulsão dos membros da Ordem dos domínios portugueses. Dessa forma, teve início a reforma e a reorganização do ensino em Portugal. Apesar de todo esse processo, não houve uma transformação total na relação entre Estado e Igreja, “A característica peculiar da reforma modernizadora portuguesa centra-se no fato de que a religião permaneceu como auxiliar do processo de mudança, somente a ordem jesuíta foi excluída [...]”. (PEREIRA, 2015, p. 20).

Fica evidente que as reformas da sociedade, em sua totalidade, foram marcadas pela contradição. O ensino, controlado em sua maioria pelos jesuítas, que era considerado como o fator que contribuía para o não desenvolvimento de Portugal, foi retirado do controle da Companhia de Jesus e entregue ao controle de outras Ordens religiosas, como os oratorianos e os teatinos, que simpatizavam com os ideais iluministas, mas mantinham a tradição católica.

Em Portugal, atendendo à peculiaridade da tradição católica do reino, o movimento reformador contou com a colaboração de pensadores católicos, que debatiam a educação inspirados pelas ideias iluministas. O **Verdadeiro Método de Estudar** (1746) de Luís António Verney, **Cartas para a Educação da Mocidade** (1760) de António Ribeiro Sanches, **Testamento Político** (1747) de Luís da Cunha, **Plano de Estudos para a Reforma da Ordem Franciscana** (1769) de Dom Frei Manuel do Cenáculo, foram algumas das obras que subsidiaram as mudanças políticas pedagógicas principalmente no período pombalino (PEREIRA, 2015, p. 20-21, grifo do autor).

Com essas reformas, houve o embate entre o tradicional e o moderno. O tradicional representado pela Companhia de Jesus e seu legado educacional, o moderno pelo reinado de D. José I e a administração do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

Em Portugal, na segunda metade do século XVIII, ocorreu com mais intensidade a disputa entre dois projetos de sociedade, um de herança jesuítica e de parte da aristocracia, que primava pela conservação dos privilégios da tradição. Eram chamados de “antigos” pelos pensadores iluministas. O outro, posto em prática pelo primeiro ministro de D. José I, Marquês de Pombal, visava a modernização da sociedade portuguesa.

[...]

A característica peculiar da reforma modernizadora portuguesa centra-se no fato de que a religião permaneceu como auxiliar do processo de mudança, somente a ordem jesuíta foi excluída dele [...] (PEREIRA, 2015, p. 19-20).

Com estas mudanças, teve início a ação do ministro português para afastar e retirar o controle educacional da Companhia de Jesus e limitar o poder que era exercido por seus membros junto à corte e à sociedade portuguesa. A intenção era a de que houvesse um grupo, ou no caso uma Ordem que congregasse os mesmos interesses das reformas, mas que, acima de tudo, fosse subjugada ao poder real.

[...] Pombal constituirá estes novos teorizadores da pedagogia e da didática iluminista como seus ideólogos, retirando deles os fundamentos pedagógico-científicos para armar seu antijesuitismo educativo e adotando as suas obras para consagrar uma viragem pedagógica, operada através de uma política de expurgação da tradição pedagógica, científica e cultural desenvolvida em Portugal pela Companhia de Jesus [...]. (FRANCO; FIOLHAIS, 2016, p. 108).

Nesse embate, o padre Gabriel Malagrida figurou como uma personagem para a demonstração da capacidade, influência, objetivos e da ação utilizada pelo ministro para realizar essas transformações. Sua execução pode ser considerada como a materialização do exercício desse poder, o fim do controle estabelecido pela Companhia de Jesus em Portugal e a efetivação das reformas no ensino.

2.2. A estrutura, abrangência de poder e ações da Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus foi idealizada por Inácio de Loyola após seu processo de conversão, registrada nos **Exercícios Espirituais**, base da doutrina religiosa da Ordem. O processo de estruturação e organização da futura Ordem foi iniciado em 1521, ano de sua conversão, até 1540, quando o Papa Paulo III (1468-1549, Papa desde 1534) reconheceu a Ordem por meio da Bula *Regimini Militantes Ecclesiae* (DANIEL-ROPS, 1969).

Os primeiros membros se aproximaram devido à prática dos **Exercícios Espirituais**, que eram aplicados por Inácio de Loyola durante o período em que retomou os estudos. No dia 15 de agosto de 1534, esses membros se reuniram na Capela de Nossa Senhora, na colina de Montmartre, em Paris, onde realizaram os primeiros votos: de castidade, pobreza, de peregrinação a Jerusalém, de administrar os sacramentos da confissão e comunhão, pregação e celebração de missas. Devido ao contexto histórico da época e às condições de saúde de Inácio de Loyola, o voto de peregrinação à Terra Santa não foi possível, por isso, fizeram o voto de servir a Deus e à Igreja (LEITE, 1938).

A nova Ordem tinha como ideologia uma estrutura religiosa que inovou com sua linguagem e modo de agir de seus membros, sempre para “a maior glória de Deus”. Um diferencial foi o de que não ficariam enclausurados em mosteiros, a pregação e o serviço seriam realizados onde houvesse a necessidade de se levar a palavra de Deus e realizar conversões com a realização de missões.

Fazer a missão é cumprir a vontade expressa de Cristo, o qual na sua última aparição aos apóstolos na Galileia, lhes manifestaram mais uma vez a sua vontade: <<Ide! Fazei discípulos de todas as nações.>> (Mat., XVIII, 19) Para uma companhia que ia levar o nome de Jesus não poderia haver actividade mais santa que o cumprimento da ordem derradeira dada por Cristo (CHÂTELLIER, 1995, p. 23).

De acordo com o conceito de missão estabelecido por Inácio de Loyola para a Ordem, sua realização tinha que ser de acordo com regras estabelecidas e que atendessem aos ideais religiosos. Os missionários deveriam aplicar os

Exercícios Espirituais, auxiliar os pobres, manter-se em oração, receber confissões, intermediar reconciliações e fazer pregações para que ocorresse a renovação dos preceitos religiosos. Para o fundador da Ordem e seus membros, missão “[...] era a obra santa por excelência à qual os membros da Companhia de Jesus se deveriam consagrar com exclusividade. Mas, para ser eficaz, deveria processar-se segundo regras precisas” (CHÂTELLIER, 1995, p. 24).

A intenção do fundador da Companhia de Jesus era de agir para “a maior glória de Deus” e, com isto, converter o maior número de pessoas. Para tanto, foi necessário estabelecer que somente os mais preparados e com autorização do Superior da Ordem saíam em missão. A conversão, a pregação e a ação catequética deveriam estar aliadas à globalidade, ou seja, os missionários tinham que estar preparados para agir de acordo com as necessidades dos locais aos quais fossem enviados e com as transformações do contexto histórico da época.

A conjuntura social da transição do período feudal para a modernidade transformara Inácio de Loyola e seus primeiros discípulos em guerreiros da fé, que tinham como meta salvar o povo cristão do abandono espiritual em que viviam. Imagem que se amoldava aos interesses da belicosa coroa lusitana, preocupada com o domínio das vastas terras coloniais e do controle social na metrópole e nas terras além-mar [...] (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 90).

Graças a esta nova forma de agir, já em 1539, foram convidados por D. João III (1502-1557, rei desde 1521), para atuarem nas terras sob o domínio português. Devido à preocupação com a falta de uma organização religiosa que estivesse de acordo com os preceitos cristãos nas novas terras, “[...] solicitou, em agosto de 1539, a D. Pedro Mascarenhas, embaixador de Portugal em Roma, a presença jesuítica em suas terras, tornando-se um de seus maiores benfeitores [...]” (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 92).

Para garantir sua atuação, a Ordem recebeu apoio financeiro e condições para que seus membros se estabelecessem nas terras onde realizariam missões. A boa relação entre a Companhia de Jesus e seus membros com a Coroa Portuguesa durou até o século XVIII. Durante esse período, várias missões foram enviadas à América Portuguesa para atendimento das necessidades do projeto colonizador.

Mediante solicitação do rei de Portugal, os membros deliberaram sobre o futuro da Ordem. Houve o entendimento da necessidade de um geral para comandar, de um documento legislador e de outras ações para a realização e efetivação dos ministérios propostos. Inácio de Loyola foi indicado como superior da Ordem e passou a ser Geral em 1541. Iniciou a redação das Fórmulas do Instituto, que serviram de base para a redação das **Constituições** de 1559, que tinham uma característica documental e de orientação espiritual (GARCÍA-VILLOSLADA, 1991). Enquanto Inácio de Loyola tratava da organização legislativa e das ações práticas, outros membros saíram em missão para várias partes como Índia, Alemanha, França, China, América Portuguesa.

A atuação de membros da Companhia de Jesus nas terras sob o domínio português foi com a responsabilidade e objetivo de educar os colonos e catequizar os indígenas. Durante esse período, foi edificada uma ação missionária que se tornou a base do sistema educacional, especialmente na América Portuguesa.

A partir do início dessa atividade, a Companhia de Jesus se tornou um dos principais aliados da Coroa Portuguesa e, para a efetivação dessa aliança, houve “o apoio imediato [...] consubstanciado pelo suporte material e financeiro para as despesas dos religiosos e a manutenção em solo português, marcando o início de uma política amistosa do poder real com os jesuítas [...]” (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 92).

O auxílio a ordens religiosas era uma prática comum da Coroa Portuguesa e, por meio do recebimento desse auxílio, garantia-se uma autonomia das instituições eclesásticas e, conseqüentemente, o estabelecimento de poder, além da manutenção da estrutura material e das práticas dos rituais.

A Companhia de Jesus se beneficiou do auxílio da Coroa Portuguesa para obter estabilidade e crescimento, que consistia em uma forma de expandir o processo missionário por meio da utilização dos privilégios temporais, que se materializou na construção de diversos colégios, com uma estrutura educacional religiosa.

Os inicianos aprenderam na interação com o temporal muito mais do que praticar obras de misericórdia espiritual [...] Enquanto administradores e gestores de bens temporais, deram ensejo à

construção de uma empresa com recursos consideráveis e cobiçados por muitos.

Os mecanismos utilizados para a efetivação de conquistas não foram distintos daqueles que já existiam e eram praticados pelos religiosos de diversas ordens. [...] Trabalhava-se com ardor para alcançar a confiança e a credibilidade dos reis [...]. Reconhecimento que era normalmente convertido em privilégios e regalias (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 105).

Os benefícios conseguidos pela Companhia de Jesus possibilitavam uma posição privilegiada em relação às outras Ordens e, ao mesmo tempo em que se acumulavam bens materiais, receberam críticas em relação à sobreposição dos interesses temporais aos espirituais, porque esse acúmulo era visto como um excesso. Os membros da Ordem justificavam que essa condição material era necessária para a manutenção, realização e ampliação das obras missionárias, uma vez que havia a necessidade de atender a pessoas sem recursos financeiros e atuar em missões onde fosse necessário.

Ao longo do tempo, a Companhia de Jesus alcançou uma condição de destaque e de influência na Corte Portuguesa, fosse na atuação junto aos membros da corte e da sociedade portuguesa, fosse nas missões aliadas ao projeto colonizador português. No caso da América Portuguesa, seu trabalho missionário iniciou-se no ano de 1549, com a instalação do Governo Geral de Tomé de Souza (1503-1579), e durou até a segunda metade do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses.

Ao chegar à terra dos brasis, algumas práticas dos membros da Companhia de Jesus se modificaram segundo a necessidade da integração colonial. A realidade da colônia era totalmente distinta daquela existente em Portugal. Na América Portuguesa não era possível obter rendas de mosteiros ou terras coutadas, condição que exigia um empenho maior quanto à criação de formas alternativas de obtenção de bens para a manutenção dos religiosos. Os missionários designados para a América Portuguesa ficavam praticamente isolados do seu contexto europeu, sendo obrigados, pelas circunstâncias que o meio se revelou, a se incorporarem e a interagirem junto aos novos valores culturais e às estruturas políticas e econômicas coloniais.

O favorecimento dos jesuítas nas terras brasileiras começou logo após a instalação do Governo Geral por Tomé de Souza em 1549. A carência de alimentos fez que os religiosos reivindicassem e obtivessem terras para se manterem, tendo alcançado, posteriormente, outros privilégios (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 151).

Como na Corte em Portugal, os jesuítas também estabeleceram uma estrutura favorável para a realização das missões na América Portuguesa e, com o passar do tempo, obtiveram a mesma condição de poder, influência e tomada de decisões.

Uma das áreas em que podemos perceber a efetivação dos objetivos da Companhia de Jesus foi na educação, que, mesmo não sendo estabelecida como meta inicial, foi por meio da ação educativa que o ideário jesuíta atingiu expressivo número de pessoas e funcionou como uma forma de restauração do homem cristão, “O apostolado da educação em toda a sua amplitude deve ser tido como de grande importância entre os ministérios da Companhia para promover sua atual missão [...]” (CONSTITUIÇÕES..., III, 2004, p. 328, art. 277, § 1).

O propósito educacional era formar sacerdotes preparados para a ação missionária e realizar formação sólida para os estudantes, para que influenciassem seus pais e o meio em que viviam. Deste modo, contribuiu para a institucionalização da educação gratuita na Europa e nas localidades em que havia missões.

[...] em 1626 já haviam subido a 444, em 1710 a 610, e em 1749 a 669 além de 176 seminários. Em 1773, [...] a Ordem mantinha na Europa 546 colégios e 148 seminários e, fora da Europa, nas províncias missionárias, 123 colégios e 48 seminários, ao todo 865 estabelecimentos de ensino. [...] (FRANCA, 1952, p. 24).

Com a fundação de colégios e instituições de formação, a Companhia de Jesus estabeleceu significativa ação educativa em Portugal e na América Portuguesa, com uma atividade que era desenvolvida em todas as camadas sociais. Assim se posicionavam: “Ressalvada a nossa opção preferencial pelos pobres, não se deve descuidar da educação daqueles alunos dos quais se pode esperar maior aproveitamento [...] seja qual for sua condição social” (CONSTITUIÇÕES, III, 2004, p. 328 art. 278).

O modelo educacional instituído nos colégios da Companhia de Jesus aceitava escolásticos e leigos e, mesmo havendo preferência pelo atendimento daqueles com menos recursos financeiros, recebia alunos que pagavam pela instrução e formação nos colégios jesuítas. Essa ação contribuiu para o

atendimento educacional da sociedade de modo geral: “Em cidades onde os colégios inscreviam 200 ou mais alunos, não é razoável pensar que fossem todos filhos da nobreza, ou membros da corte, [...] a experiência jesuítica [...] era também [...] uma experiência de democratização do ensino” (MIRANDA, 2009, p. 24).

As ações contrárias à Companhia de Jesus se iniciaram juntamente com sua criação, já que, logo de início, havia um questionamento sobre a origem de seus membros fundadores. Assim, ao mesmo tempo em que Inácio de Loyola instituiu a Companhia de Jesus, também foi instituído o antijesuitismo.

O antijesuitismo, a nível internacional, constitui um fenómeno e um movimento religioso, cultural e sociopolítico, tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus. Ele nasce logo na oposição e no processo de crítica ao grupo fundador de ordem dos Jesuítas liderado pelo espanhol de origem basca, Inácio de Loyola [...].

[...] A crítica aos jesuítas conhece seus inícios logo nas censuras, nas suspeitas e nos requisitórios que puseram em causa o modo de vida do Fundador e dos seus companheiros e o seu modo de actuar em termos pastorais.

Na realidade, o fenómeno do antijesuitismo [...] é um fenómeno que acompanha a expansão dos Jesuítas por toda a Europa e, mais ainda, por todo o mundo [...] podemos, pois, classificar o antijesuitismo como um fenómeno originário, universal e quase permanente [...] (FRANCO, 2006, p. 19-20).

O antijesuitismo se formou como um movimento que acompanhou a Ordem até sua supressão, sendo que “[...] o mito dos jesuítas se formou na relação intrínseca entre uma determinada acção político-ideológica, cultural ou institucional e a sua codificação literária [...]” (FRANCO, 2006, p. 32), que construiu uma visão negativa sobre a Companhia de Jesus. Além da crítica aos seus membros, havia o questionamento à condição que foi atingida em tão curto prazo em relação à sua abrangência, modo de acção e influência nas tomadas de decisão junto às estruturas de poder às quais era vinculada.

Em pouco tempo de atuação, pelo modo de organização, com uma rígida disciplina, e uma forma de atuação e linguagem inovadora, a Ordem alcançou um *status* tanto em seu modo de agir quanto na abrangência de sua acção missionária e acumulação de bens materiais e influência sobre poder.

Com a ascensão de D. José I ao trono e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, foram implementadas reformas políticas que contribuíram para a prática efetiva e direta do antijesuitismo. Rapidamente, em sua atuação como ministro, ele estabeleceu domínio e poder nas tomadas de decisão dos assuntos políticos e administrativos da corte portuguesa, baseadas no despotismo esclarecido, e, em alguns casos, sua ação extrapolava sua área de atuação em relação a outros ministérios e até mesmo no que diz respeito aos assuntos que deveriam ser deliberados pelo monarca (FRANCO, 2006).

2.3. Sebastião José de Carvalho e Melo: a figura controversa do ministro reformador

Nascido em treze de maio de 1699 em Lisboa, Sebastião José de Carvalho e Melo pode ter sua vida dividida em períodos. Até o ano de 1738, não há registros de atividades políticas ou administrativas, de 1738 a 1744, exerceu função diplomática na corte de Londres, e de 1745 a 1749, em Viena, onde teve contato com as ideias do despotismo esclarecido (O'NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001a).

A partir de 1750, em Portugal, passou a ocupar o cargo de ministro responsável pela Secretaria do Exterior e da Guerra de Negócios Estrangeiros e Guerra e, em 1756, assumiu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Interinos do Reino, o que equivalia ao cargo de Primeiro Ministro na Corte Portuguesa. Em 1759, recebeu o título de Conde de Oeiras de D. José I, em reconhecimento à sua atuação no restabelecimento da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755. Em 1769, tornou-se o primeiro Marquês de Pombal e, após a morte de D. José I, no ano de 1777, foi afastado do cargo e viveu exilado na Ilha de Pombal até sua morte em oito de maio de 1782 (SAVIANI, 2008).

Os períodos em que exerceu funções políticas em Londres e Viena serviram como uma preparação para suas ações como ministro. Foi nessa época que teve contato com as ideias de reforma que foram realizadas pela imperatriz Maria Teresa Valburga Amália Cristina da Áustria (1717-1780, rainha desde de 1740), com o fortalecimento do Estado e a diminuição do poder da Igreja, modelo político do despotismo esclarecido (SAVIANI, 2008).

Contudo, a aversão e a perseguição que o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo estabeleceu contra os jesuítas foram precedidas de um período em que havia uma relação de cordialidade, e que foi marcado pela troca de correspondências. Ao todo, foram 115 cartas escritas entre quinze de dezembro de 1743 a trinta e um de maio de 1751, demonstrando ter havido intimidade e confiabilidade na troca de informações (LOPES, 1999).

Os assuntos nas cartas, em sua maioria, eram sobre intermediações diplomáticas feitas por Sebastião José de Carvalho e Melo. Como exemplo dessas ações, citamos trechos das cartas. O primeiro trata-se de uma carta do Padre João Baptista Carbone (1694-1750) a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 02 de dezembro de 1744, enviada de Lisboa.

O negócio da suspensão está de sorte adiantado, que entendo não pode faltar. Hontem pela manhã me derão o seu parecer dous bons Theologos (posto que de palavra) depois haverem considerado a representação de Vossa Senhoria, e os pareceres dos ministros; e se conformão com os que favorecem a dita suspensão. Hontem a noute ficou o negócio na mão da pessoa amiga no Paço, que ainda não tinha visto os ditos pareceres: esta manhã hei-de combinar no mesmo Paço com a dita pessoa; e quando não esteja tomada a ultima resolução espero que se tomará [...] (CARBONE, 1999a, p. 56).

Outro exemplo é da carta de Sebastião José de Carvalho e Melo ao Padre João Baptista Carbone, de 05 de setembro de 1745, enviada de Viena, Áustria.

Pelo que exponho na mesma relação, de que assim fallo, como a escrever para a nossa Corte, e pella carta, que como suplemento della emcaminhei a Vossa Reverendissima, lhe serão manifestos os extraordinarios abrolhos, que se escondiam no interior da negociação, de que fui encarregado. Aquelles embaraços, que já sabemos, e os que estes fazem verosimel, que ainda ignoramos, confesso a Vossa Reverendissima que não deixaram, nem deixam ainda, de me afligir pela reflexão, que faço do que neles podia nascer (MELO, 1999a, p. 82).

A maior quantidade de cartas trocadas foi com o padre João Baptista Carbone, um total de sessenta e quatro cartas enviadas por Sebastião José de Carvalho e Melo e trinta e uma respostas. Observou Lopes (1999, p. 21) a

respeito desta troca de correspondência: “Em todo nosso percurso de investigação, não conseguimos descobrir qualquer prova documental, para explicar esta amizade, e profunda intimidade entre este jesuíta e Sebastião José”. Constatou, todavia, que o padre tinha significativo reconhecimento e admiração na Corte Portuguesa pelo seu exemplo de vida e espiritualidade, por seu vasto conhecimento e por sua atuação como tutor da princesa Maria Bárbara de Bragança (1711-1758).

A relação com os jesuítas pode ter se estabelecido por meio de uma amizade mútua, ou com a intenção de obter benefícios. É sabido, entretanto, que Sebastião José de Carvalho e Melo “[...] se valeu do poder e influência destes para alcançar os seus intentos políticos” (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 141) e, após atingir seus objetivos e ascender ao poder como ministro, a relação amistosa que havia entre eles não continuou.

O teor das cartas tratava sobre questões pessoais, solicitação de auxílio financeiro para sua manutenção em suas ações diplomáticas e assuntos gerais e políticos.

Com a leitura destas cartas se dirimem as velhas dúvidas da polémica afirmação da existência de uma relação de amizade filial entre este político e os Jesuítas. Fica claramente comprovado que antes de Pombal ascender ao poder havia de facto uma relação de discipulado e de admiração profunda da sua parte para com os seus correspondentes, assim como se infere a influência que alguns desses religiosos exerceram, a seu pedido, para que esse diplomata acesse ao cargo de ministro do reino. Nomeadamente através das boas informações dadas à rainha, D. Mariana de Áustria sobre os méritos e qualidades do embaixador português em Viena (FRANCO, 2006, p. 386).

Além do bom relacionamento com o padre João Baptista Carbone, outros dois padres auxiliaram Sebastião José de Carvalho e Melo para que seus objetivos fossem atingidos, trata-se dos padres José Moreira e José Ritter. Eles ocupavam cargos de confesores na corte, o padre José Moreira “[...] era confessor do príncipe que viria a ser D. José I desde 1740 e continuou a sê-lo até 1757. [...] o Pe. José Ritter, [...] era confessor da Rainha-mãe, D. Mariana de Áustria, cujos conselhos o neomonarca, seu filho, muito considerava [...]” (FRANCO, 2006, p. 387).

Os finais das cartas sempre eram com despedidas cordiais e de resignação, de ambas as partes, como na carta de vinte e nove de julho de 1746, enviado pelo padre João Baptista Carbone a Sebastião José de Carvalho e Melo que termina: “Servo e amigo mais obrigado e venerador” (CARBONE, 1999b, p. 209); e a carta de Sebastião José de Carvalho e Melo ao padre João Baptista Carbone de trinta de outubro de 1745: “Mais fiel amigo e mais obrigado de Vossa Reverendíssima” (MELO, 1999b, p. 112).

Assim, a forma amistosa se repetia de ambas as partes, e não somente com o padre João Baptista Carbone, mas com outros também. As finalizações eram com os adjetivos de servo, venerador, amigo, o menor criado, fiel e com o desejo de bênçãos de Deus e anos de vida.

[...] O estudo de algumas cartas entre os jesuítas e Sebastião José de Carvalho revela que este possuía um contato estreito com membros da Companhia de Jesus [...].
Parte das correspondências trocadas com religiosos refere-se a aspectos pessoais de ordem geral, que envolvem assuntos de cunho político e diplomático [...]. (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 141).

Sebastião José de Carvalho e Melo soube aproveitar-se dessas relações, visto que uma de suas características era a habilidade de fazer articulações para a realização de seus objetivos, como no caso de seu segundo casamento, que foi intermediado pelo padre José Ritter, com uma nobre austríaca, D. Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, a Condessa de Daun (1724-1788). Além disso, os jesuítas viam nas atitudes, propostas e projetos informados por meio das cartas que Sebastião José de Carvalho e Melo podia ser considerado apto para atuar junto à Corte Portuguesa.

A ascensão ao cargo na Corte Portuguesa não ocorreu somente por influência dos jesuítas, outras influências contribuíram para que o objetivo de assumir o cargo fosse alcançado. Houve várias indicações:

[...] o influente Cardeal da Mota [...] o parecer de D. Luís da Cunha [...] além dos Jesuítas, os pedidos do seu padraço, o doutor Francisco Luís da Cunha de Ataíde [...] do seu tio Paulo de Carvalho, do cardeal João da Mota e Silva e dos cardeais Nuno da Cunha de Ataíde e Tomás de Almeida. No fundo, Carvalho e Melo conseguiu concentrar uma série de apoios importantes, em

que os Jesuítas foram uma das peças de influência estratégica tida em consideração para conseguir o cargo almejado. Com efeito, quando D. José I sucede a seu pai no trono de Portugal, havia a necessidade urgente de renovar o governo, em ordem a tirar o país de uma certa letargia e esgotamento que os últimos anos de reinado joanino tinham deixado [...] (FRANCO, 2006, p. 388-389).

A ação estratégica articulada por Sebastião José de Carvalho e Melo coincidiu com a necessidade de D. José I, quando de sua ascensão ao trono, de rever a situação política, administrativa e econômica que havia se instalado durante o reinado do D. João V. Além disso, havia o bom relacionamento com os membros da Companhia de Jesus, favoráveis às suas intenções de ascensão política.

A troca de correspondências com os jesuítas durou até o ano de 1750, como consta em Lopes (1999). A última carta recebida do padre João Baptista Carbone foi em oito de junho de 1749, e a resposta enviada, em doze de janeiro de 1750. Ainda em vinte e quatro de setembro de 1750, Sebastião José recebeu uma carta do padre Manuel de Azevedo, sucedida do envio das Instruções Régias e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça (1700-1769), em trinta e um de maio de 1751, tendo como remetente Diogo de Mendonça Côrte Real (1658-1736), com indicação da interferência de Sebastião José de Carvalho e Melo, já no cargo de ministro (LOPES, 1999).

A volta de Sebastião José de Carvalho e Melo para a Corte de Lisboa foi mencionada na carta do padre João Baptista Carbone, de oito de junho de 1749, e na carta do Padre Manoel de Azevedo, de vinte e quatro de setembro de 1750, com os cumprimentos pela sua nomeação como ministro português. Na mesma carta, o padre pedia proteção para a continuidade de suas obras.

Quando chegou ao cargo de ministro e ante a intenção das reformas político-administrativas no Estado Português pautadas no ideário iluminista, a Companhia de Jesus não se enquadrava na nova estrutura. “A secularização foi o resultado prático dessa transformação, [...] além de afirmar a necessidade de se submeter as Igrejas aos interesses dos Estados” (TAVARES, 1995, p. 84). Não era possível manter dois polos de poder discordantes e, nesse caso, a Ordem foi subjugada e posteriormente suprimida pela ação do ministro.

Para o estabelecimento da estrutura de poder, o ministro iniciou a campanha do antijesuitismo com ações efetivas, que fizeram com que a Ordem passasse a ser vista como um mal para a reestruturação e desenvolvimento da sociedade portuguesa. Foi construída uma ideologia de que a Companhia de Jesus era quem impedia que o desenvolvimento ocorresse. Afirmava-se que o poder e domínio estabelecidos eram tão efetivos que não havia perspectiva de mudança se as estruturas não fossem superadas, e, por meio de acordos, instruções e implementações de mudanças político-administrativas, o então ministro iniciou sua campanha de desenvolvimento do Estado português e, conseqüentemente, a desarticulação do poder da Companhia de Jesus.

No dia treze de janeiro 1750, foi assinado o Tratado de Madrid ou Tratado de Limites entre Portugal e Espanha com o objetivo de resolver adversidades em relação à posse de terras.

[...] desencadearam um clima de suspeita e de conflitualidade entre o governo de D. José I e a Companhia de Jesus. Em um conjunto com outros factores que se foram sucessivamente acumulando num curto espaço de tempo, estes problemas constituíram os motivos factológicos e pretextuais que justificaram a campanha antijesuítica sistemática, entretanto orquestrada pelo Marquês de Pombal.

[...]

Através do novo tratado, os portugueses ficavam com as fronteiras fluviais do oeste brasileiro reconhecidas pelos espanhóis [...] Era assim reconhecido o domínio efectivo de Portugal sobre a região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso. Em contrapartida era cedida à Espanha a tão cobiçada Colónia de Sacramento e as terras imediatamente a norte do Rio da Prata [...]. (FRANCO, 2006, p. 401).

A definição desse tratado concedeu o direito a Portugal de ficar com o controle da região dos Sete Povos das Missões que, com o estabelecimento e tomada de posse pelas Coroas, causou descontentamento entre indígenas e parte dos missionários jesuítas que atuavam na região.

O descontentamento, e conseqüente desacordo, dos índios e dos missionários jesuítas, presente no terreno, em relação a estas cláusulas do Tratado não se fez esperar. Embora o Geral dos Jesuítas, que era então o padre Francisco Retz (1730-1750), tenha ordenado expressamente aos missionários o cumprimento integral das determinações de acordo entre as duas coroas e

obediência estrita aos comissários régios durante o processo de sua aplicação, alguns jesuítas acabaram por resistir e outros ousaram manifestar o seu protesto público [...].

[...] contribuindo ainda mais para acicatar a crescente má disposição de Carvalho e Melo contra os Padres da Companhia (FRANCO, 2006, p. 404).

O comércio que era praticado na região, o domínio temporal exercido e a questão da liberdade dos indígenas eram coordenados pelos jesuítas e, com a assinatura do Tratado de 1750, “ergue-se a bandeira da defesa da liberdade dos índios, que acabaria por auxiliar na desarticulação do edifício jesuítico construído durante anos pelos religiosos” (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 201).

Por meio das **Instruções Régias, Públicas e Secretas**, de 30 e 31 de maio 1751, houve o questionamento da posse e administração de bens materiais da Ordem, bem como sobre a liberdade dos indígenas que viviam em missões estabelecidas pelos jesuítas.

Em 1751, quando era ministro dos Negócios Exteriores e da Guerra, Pombal emitiu duas instruções secretas dirigidas contra os religiosos e eclesiásticos em geral. A primeira instrução versava sobre os bens eclesiásticos [...]. Na segunda, diante do poder dos eclesiásticos no domínio temporal dos aldeamentos, ordenou aos governadores que se informassem e tratassem com os bispos acerca da conveniência de que os eclesiásticos ficassem apenas com o domínio espiritual [...]. Enquanto a primeira instrução abolia a ordem jurídica, a segunda dava um passo decisivo para a supressão do regime missionário [...] (MONDONI, 2014, p. 22).

As Instruções foram dirigidas ao então Governador-Geral Francisco Xavier de Mendonça com o objetivo de fortalecer sua autoridade e de centralizar o poder em suas mãos. Vale destacar que as demarcações de terras no norte da América Portuguesa só foram definidas com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, no ano de 1755, com sede em Lisboa, com o objetivo de controlar e estimular o comércio, até então comandado e controlado por mercadores diversos e com a interferência da Companhia de Jesus, uma vez que a Ordem desenvolvia atividades comerciais exploratórias diversas na região (DE ASSUNÇÃO, 2004).

Por meio dessas ações, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo tinha como objetivo formar um novo Estado, ou seja, reestruturar o Estado

Português nos setores da indústria, cultura, arte, religião, instrução, comércio, nas relações políticas, na estabilidade e aumento do tesouro nacional, sendo necessário que as instituições políticas, sociais e religiosas ficassem subordinadas ao poder centralizado, na figura do rei. Sob esta perspectiva, “os jesuítas são o rosto mais emblemático da resistência e dos obstáculos que o poder absolutista teve que remover para implantar plenamente seu programa político.” (FRANCO, 2006, p. 332), por representarem o poder contrário àquele que o ministro queria implantar, ou seja, um Estado fortalecido na figura do Rei.

No caso de Portugal, o comando se concentrou nas mãos do próprio ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. A nobreza também foi subjugada ao poder do Estado, e o comércio e a indústria foram incentivados, tudo com o fortalecimento e centralização do poder do Estado, características do despotismo esclarecido e da prática do regalismo.

[...] uma das características mais saliente do regalismo pombalino: a preocupação permanente que perpassa no seu discurso político e legislativo de equiparação de Portugal à Europa em todos os domínios da política, mormente na área da política religiosa. É neste escopo de equiparação com modelos europeus, que Pombal e o grupo de intelectuais iluministas [...] deram suporte ideológico à ação deste ministro [...] Esta noção iluminista estrutura a utopia de recuperação de uma idade de ouro portuguesa situada no passado renascentista da época dos Descobrimentos. Pretendia-se, pois, recuperar esta idade, dourada, mas também completar e plenificar a sua glória. [...] Este aspecto do programa era dado como condição *sine qua non* para o bom sucesso das reformas do presente (FRANCO, 2006, p. 335).

Um dos momentos que o ministro soube usar a seu favor, demonstrando sua habilidade político-administrativa, foi na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Sua atuação é caracterizada por Saviani (2008, p. 81): “Tomando medidas imediatas de reconstrução da cidade, Pombal foi firmando-se perante a nação. Granjeava apoios e concentrava o poder para pôr em ação seu projeto modernizador [...]”. Ao mesmo tempo em que o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo atuou na administração da reconstrução da cidade de Lisboa, teve que lidar com questões religiosas ligadas à publicação de um texto escrito pelo padre Gabriel Malagrida no ano de 1756.

2.4. O Terremoto de 1755 e suas consequências

O terremoto do dia 1º de novembro 1755 foi um dos mais marcantes para a história de Portugal, deixou Lisboa e seus arredores destruídos, com muitos mortos e feridos, e a necessidade da reconstrução da estrutura material, auxílio aos desabrigados e feridos e necessidade de uma administração capaz de conduzir todo o processo de reconstrução.

Além da necessidade de uma ação de grande porte para a reconstrução de Lisboa, fato importante da História de Portugal, o terremoto contribuiu para a construção de outro importante fato histórico, a consolidação do poder do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Com a mesma intensidade que se via pelas ruas de Lisboa toda a destruição causada pelos abalos, incêndios e suas consequências, viu-se a obstinação do ministro josefino nas tomadas de decisões para a reconstrução da cidade e seus arredores, ação que lhe rendeu poder e o tornou o importante personagem do reinado josefino (TAVARES, 2017).

O ministro, até então, exercia suas funções de acordo com aquilo que lhe era permitido e possível, mas, diante da situação de catástrofe, soube se valer dela para pôr em prática uma ação rápida e com astúcia. Em meio ao caos, ele não desperdiçou tempo e já iniciou a organização de frentes para o atendimento aos necessitados e a reconstrução de Lisboa. Ele soube conduzir todo o processo de reconstrução e de atendimento aos necessitados, e “essa era a condição preliminar de seu projeto de cunho mercantilista que implicava, pelo aproveitamento racional da riqueza propiciada pelo ouro do Brasil, a instalação de indústrias e a dinamização do comércio” (SAVIANI, 2008, p. 81). O ministro, mesmo com as condições da sociedade portuguesa após o terremoto, justificado como um fenômeno natural, aproveitou a situação para implementar seu projeto modernizador.

Em contrapartida, havia uma visão religiosa para o acontecimento do terremoto que contrariava a explicação da tragédia como causa natural. Esta visão veio a público por meio do opúsculo escrito pelo padre Gabriel Malagrida, publicado no ano de 1756, com a devida autorização dos superiores eclesiásticos, intitulada **Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755**. Em sua versão, o padre contrariava

o ministro, divulgador da ideia de que o terremoto foi desencadeado por causas naturais. Para ele, o fenômeno ocorreu devido ao comportamento da sociedade portuguesa, mais especificamente de Lisboa, que vivia em pecado, e o terremoto teria sido um aviso para que a sociedade repensasse seu modo de vida.

O ponto de vista do padre Gabriel Malagrida tinha o objetivo de reafirmar sua visão teológica e, de certo modo, criticar a política realizada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, inclusive o afastamento da Companhia de Jesus do poder. A explicação do padre era condizente com o pensamento da sociedade portuguesa sobre o senso religioso que vigorou durante o reinado de D. João V. Neste sentido, “[...] Malagrida ao defender tal tese não apresentava apenas sua visão religiosa apocalíptica do desastre, mas também representava uma corrente forte de crenças que predominava sobre o imaginário de muitos na época [...]” (SILVA, 2015, p. 2).

O padre Gabriel Malagrida não podia ser considerado um inimigo pessoal do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, ele apenas era um efetivo membro da Companhia de Jesus que defendia, acreditava e vivia sobre os preceitos instituídos pela Ordem. O fato é que a relação do ministro com a própria Companhia de Jesus e, conseqüentemente, com seus membros estava um tanto conturbada desde que os jesuítas questionaram a imposição do Tratado de Limites.

O braço-de-ferro com os jesuítas – cuja causa próxima é (com toda a probabilidade e apesar de toda a polémica) a resistência da Companhia de Jesus em cumprir com o tratado de 1750, que delimitava as fronteiras entre os impérios português e espanhol no Sul do Brasil – deixou Malagrida numa posição mais complicada, que ele agravou com sua mania impertinente de profetizar coisas e atrair histórias de milagre. [...] (TAVARES, 2017, p. 140).

O padre, que já contava na corte portuguesa com a fama de um fervoroso religioso, assemelhando-se a um santo, ao divulgar seu opúsculo teve a intenção de esclarecer a sociedade portuguesa, de acordo com seus preceitos religiosos e educativos, sobre os fatos que desencadearam o terremoto.

O texto, escrito como um sermão, cumpria o caráter pedagógico educativo das diversas ações que o padre realizou. Embora não descartasse as causas

naturais, sua tese defendia a necessidade de uma mudança de comportamento, em especial dos moradores de Lisboa, uma vez que, em outras localidades, onde o comprometimento com a religião era mantido, os estragos não foram tão devastadores.

Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas, e Palácios, os assoladores de tantos Templos, e Conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são Cometas, não são estrelas, não são vapores, ou exalações, não são Fenômenos, não são contingências, ou causas naturais; mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados. (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4, atualização ortográfica)¹.

Ao justificar o terremoto como causa religiosa aliada ao comportamento da sociedade portuguesa de modo geral e, por decorrência, às mudanças políticas e administrativas realizadas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o padre Gabriel Malagrida fazia uma crítica no sentido de que monarquia e religião deveriam estar ligadas na estrutura de poder de uma sociedade.

Com a divulgação do texto, a reação do ministro foi ordenar o recolhimento imediato dos exemplares e impedir uma nova circulação dos mesmos. Em relação ao padre Gabriel Malagrida, o ministro “[...] apresentou queixas junto ao Legato Apostólico para que Malagrida fosse impedido de dar Exercícios e fosse enviado como extraditado fora de Lisboa.” (RODRIGUES, 2010, p. 379). Com a intenção de evitar problemas, “o Legato Apostólico, desejando evitar maiores males, acenou ao Provincial para retirar Malagrida dos exercícios e enviá-lo para fora de Lisboa.” (RODRIGUES, 2010, p. 379), sendo, em seguida, encaminhado para o desterro em Setúbal.

Em relação ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o terremoto serviu para a efetivação de suas reformas na sociedade portuguesa, já que o

¹ Sabe pois, oh Lisboa, que os unicos destruidores de tantas casas, e Palacios, os assoladores de tantos Templos, e Conventos, homicidas de seus habitantes, os incendios devoradores de tantos thesouros, os que trazem ainda taõ inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são Cometas, não são Estrellas, não são vapores, ou exhalacoes, não são Fenomenos, não são contingencias, ou causas naturaes,; mas são unicamente os nossos intoleraveis pecados. (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4).

abalo causado também atingiu as estruturas política, social e cultural e, de certo modo, possibilitou um resgate da boa fase da sociedade portuguesa. “O terremoto não só permitiu a ascensão política de Pombal no governo português, como foi a força motriz que possibilitou que significativas mudanças sociais, políticas e econômicas fossem colocadas em prática.” (SILVA, 2015, p. 14).

Em relação às questões religiosas, com o reconhecimento e ascensão política do ministro de D. José I, houve restrições das ações e influências exercidas pela Companhia de Jesus e seus membros na sociedade e Corte portuguesa, como no caso da atuação do padre Gabriel Malagrida. A perseguição e a prática do antijesuitismo, instituídas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo à Companhia de Jesus, foram direcionadas ao padre. A afirmação é justificada porque o processo contra o jesuíta foi conduzido com acompanhamento direto do ministro. Contudo, houve a perseguição a diversos membros da Companhia de Jesus, como o caso do padre Anselmo Eckart (1721-1807), reconhecido na historiografia como o “Prisioneiro de Pombal” (ECKART, 1987)

Apesar de ser perseguido, o padre Anselmo Eckart não foi executado. Ele foi levado da América Portuguesa, em novembro de 1757, da cidade de Belém, ao chegar a Portugal, foi confinado em uma prisão no Alto-Minho e, no ano de 1759, preso no cárcere do Forte de Almeida. Em 1762, foi transferido para o cárcere de São Julião da Barra, próximo ao Tejo. Foi libertado no ano de 1777, após a morte de D. José I e a saída de Sebastião José de Carvalho e Melo do cargo de ministro (ECKART, 1987). No caso do padre Anselmo Eckart, a perseguição não foi tão direta. É possível inferir que, no contexto das reformas modernizadoras, a ação do padre Gabriel Malagrida era um obstáculo maior para a efetivação das mudanças, e por isso sofreu uma perseguição direta.

As ações do ministro josefino tinham como objetivo eliminar qualquer representação de poder que impedisse a realização de seu projeto modernizador para a sociedade portuguesa. Como a Companhia de Jesus e seus membros exerciam influência sobre a Corte portuguesa e sua estrutura organizacional demonstrava o poder que a Ordem representava em Portugal e nas terras de missões, como na América Portuguesa, havia a necessidade de eliminar o obstáculo que ela representava.

Em relação ao padre Gabriel Malagrida, o ministro soube aproveitar o episódio do terremoto de 1755. A publicação do opúsculo sobre o terremoto, escrito pelo padre, e suas ações contrárias ao projeto modernizador do reinado josefino possibilitaram que fosse caracterizado como um exemplo de um modelo tradicional e conservador da sociedade, além de evidenciar o controle exercido pela Companhia de Jesus, que, do ponto de vista do ministro, impedia o desenvolvimento da sociedade portuguesa e o efetivo controle de seus domínios. Ou seja, justificava a centralização do poder na figura do rei e sua efetiva administração de acordo com seu projeto, sem a participação dos jesuítas.

A forma como se estabeleceu a relação do ministro com a Companhia de Jesus se baseou em uma estrutura política administrativa. De um lado, havia uma Ordem religiosa que mantinha majoritariamente o controle da educação no reino português e seus domínios, como no caso da América Portuguesa, desde a segunda metade do século XVI, e seus membros, como por exemplo, o padre Gabriel Malagrida, tinham livre acesso ao paço e conseqüentemente à família real, por atuarem como confessores, oficiais ou não. Por esses motivos, participavam ou eram consultados sobre tomadas de decisões e podiam fazer solicitações diretas de interesses para a manutenção e benefício da Ordem. Por outro lado, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, que desde o reinado joanino, de acordo com suas ações, demonstrava interesse em ocupar um cargo na corte portuguesa, ao ser nomeado já no início do reinado de D. José I, agiu de maneira a estabelecer uma estratégia de trabalho que o conduzisse ao mais importante cargo na corte. E a fatalidade de primeiro de novembro de 1755 que consolidou seu poder, permitiu-lhe, posteriormente, de forma mais efetiva, tomar todas as atitudes e decisões antijesuíticas em relação ao padre Gabriel Malagrida e à expulsão da Ordem de Portugal e seus domínios.

Desta forma, a ação do ministro josefino voltou-se para a Ordem e, em particular, ao padre Gabriel Malagrida, que fazia oposição às reformas. Com esse contexto histórico, estabeleceu-se o embate de poder entre o tradicional, representado pela Companhia de Jesus, e o moderno, de acordo com as reformas previstas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, sobretudo no campo da educação.

Mesmo com a extinção da Ordem e toda a ação empreendida pelo ministro josefino, a figura do padre Gabriel Malagrida ocupou e ocupa espaço na historiografia portuguesa (TAVARES, 2017) e brasileira (GOVONI, 2009), por sua ação junto à corte portuguesa e por seu trabalho missionário na América Portuguesa, ou ainda pela forma como transcorreu seus últimos anos de vida. Processo que, desde sua prisão até sua condenação e execução, foi acompanhado de perto pelo ministro.

O fato de o ministro ter acompanhado o processo contra o padre Gabriel Malagrida foi devido à condição de destaque que o jesuíta tinha na sociedade portuguesa, era símbolo de poder e tinha influências políticas e administrativas. E, para a realização das reformas, seria necessário eliminar todos os obstáculos contrários para a efetivação dos objetivos propostos, como a Companhia de Jesus e seus membros.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIDA E OBRA DO PADRE GABRIEL MALAGRIDA

O objetivo desta seção, de caráter historiográfico, é apresentar a biografia do padre Gabriel Malagrida, sua atuação como missionário da Companhia de Jesus, bem como realizar uma discussão sobre a imagem idealizada, construída com base em suas biografias, e analisar suas produções escritas e os acontecimentos em seus últimos anos de vida. O embasamento teórico das análises serão abstraídos das biografias e literatura de apoio que situam historicamente questões relacionadas à vida e à ação missionária do padre.

O padre realizou ação missionária no norte e nordeste da América Portuguesa na maior parte de sua vida religiosa e, por um curto período, atuou ainda junto à sociedade e Corte portuguesa. Durante seu trabalho missionário vivenciou parte dos reinados de D. João V e de D. José I, inclusive quando Sebastião José de Carvalho e Melo foi ministro e conduziu as reformas ocorridas no reinado josefino.

Sobre sua vida, existem biografias que tratam desde seu nascimento até sua morte, e seguem um estilo de escrita que contribui para a construção de uma imagem de herói e santo do padre. Todas possuem estilo semelhante e foram escritas por membros da Companhia de Jesus. Há também uma videografia que, apesar de se pautar no mesmo estilo de linguagem e estrutura, não foi produzida por um membro da Ordem.

A primeira biografia sobre o padre Gabriel Malagrida foi escrita no ano de 1762, por Matias Rodrigues (1729-1779?). Sua publicação foi no ano de 1799, em Veneza, a qual não teve uma expressiva divulgação. Sua atualização para a língua portuguesa foi feita pelo padre Ilário Govoni, também jesuíta, e publicada no ano de 2010 com o título **Vida e obra do Padre Gabriel Malagrida**. Cabe destacar que o padre Ilário Govoni é pesquisador da vida e obra do padre Gabriel Malagrida há mais de trinta anos. Já escreveu, traduziu e organizou diversas obras que servem como referências sobre o tema.

A biografia escrita por Paul Mury (1992), intitulada **História de Gabriel Malagrida**, foi publicada no ano de 1865, em francês, é a mais conhecida e utilizou como base a obra de Matias Rodrigues em sua versão original. Sua

tradução para o português foi feita por Camilo Castelo Branco (1825-1890).

Outra biografia, escrita em espanhol por Francisco Butiña (1834-1899), **Vida del Pe. Gabriel Malagrida de la Compañia de Jesús, quemado como hereje por el Marqués de Pombal**, foi publicada no ano de 1886. Tem o mesmo estilo das demais, porém traz como diferencial a questão da expulsão dos jesuítas da Espanha após a supressão da Ordem.

No ano de 1992, o padre Ilário Govoni publicou uma biografia baseada nos originais da obra de Matias Rodrigues, ou seja, antes da tradução para a língua portuguesa, no ano de 2010, intitulada **Padre Malagrida – O missionário popular do Nordeste (1689-1761)**, que mantém o mesmo estilo das demais, e traz como complemento transcrições de algumas cartas escritas pelo biografado.

A videografia, **Malagrida**, foi produzida por Renato Barbieri com roteiro de Victor Leonardi, no ano de 2000 e segue o mesmo estilo de linguagem das biografias. Foi filmada no nordeste brasileiro, Portugal e Itália.

A imagem construída nas obras que tratam da biografia do padre Gabriel Malagrida revela o mesmo estilo e objetivo: de que o padre foi um exímio missionário da Companhia de Jesus e desempenhou suas funções de acordo com as legislações e preceitos da Ordem. Inácio de Loyola, Francisco Xavier (1506-1552), José de Anchieta (1534-1597) e António Vieira (1608-1697) serviram de inspiração e exemplo de atuação missionária a ser seguido (GOVONI, 1992).

É importante conhecer a vida, obra e atuação missionária do padre Gabriel Malagrida, bem como analisar a forma como sua imagem foi construída por meio de suas biografias para que seja possível contextualizarmos sua participação antes e durante o período inicial das reformas pombalinas como membro da Companhia de Jesus.

3.1. Biografia do Padre Gabriel Malagrida

Gabriel Malagrida nasceu na cidade de Menaggio, Itália, filho de Giacomo Malagrida e Angela Rusca, era o quarto filho de onze irmãos (RODRIGUES, 2010). Em relação à sua data de nascimento, há divergência entre seus biógrafos quanto ao dia e ao mês, o ano era 1689, e a data que mais coincide é cinco de dezembro.

Seu pai foi um importante e renomado médico, mas modesto a ponto de recusar uma cadeira na recém-fundada Universidade de Turim. Mury (1992, p. 36) revela: “Extremou-se principalmente em caridade com a pobreza. Muitas vezes fora visto percorrer grandes distâncias a fim de liberalizar benefícios aos que ele considerava membros sofredores de Jesus Cristo”. Considerava-se que sua mãe possuía virtudes aliadas à religiosidade, as quais serviram de base para a educação de seus filhos (RODRIGUES, 2010).

Foi em um ambiente estável de marcante presença dos preceitos religiosos que Gabriel Malagrida foi criado, o qual contribuiu para que, além dele, outros dois irmãos seguissem a vida religiosa. Desde cedo, Gabriel Malagrida já demonstrava interesse, aptidão e vocação religiosa.

Desde o começo de sua infância se entregou e se submetia aos pais com os piedosos e ótimos costumes e obedecia-lhes sem trazer o mínimo incômodo.

Construía na sua casa pequenos altares, aos quais convidava outras crianças de igual idade, por amor a religião.

Desprezava as ninharias pueris, gastava seu tempo utilmente, era de incentivo à virtude com seu exemplo para com os seus irmãos e a todos os outros.

Era por isso amado pelo seu bom pai mais que a todos os outros irmãos, e pelos seus costumes angélicos era chamado de “anjo” (RODRIGUES, 2010, p. 64).

A dedicação com que lidava com os preceitos religiosos prosseguiu quando ingressou no colégio. Seus estudos primários, a partir do ano de 1698, foram realizados em Menaggio, e os sequenciais, no Colégio Gallio, dos Padres Somascos, na cidade de Como², na Itália, onde já se destacava entre seus colegas, visto que, durante os intervalos das aulas, continuava os estudos ou realizava leituras. Durante o período de férias, não tinha hábitos diferentes, passava o tempo ensinando catecismo em casa e nas ruas (GOVONI, 1992).

Destacou-se na retórica e na poesia e atuou de improviso em uma peça de teatro. Costumava praticar atos de penitência, “[...] ficava rezando pela salvação das almas dos infiéis e se mortificava, [...] como Cristo, que sofrera na cruz” (GOVONI, 1992, p. 16), hábito que seguiu por toda sua vida.

² Os padres Somascos são de uma Ordem Religiosa que foi fundada no ano de 1529, por São Jerônimo de Emiliani (1480-1537), na cidade de Veneza. Fonte: <https://pvsomascos.jimdo.com/padres-somascos/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Quando terminou os estudos de Retórica, iniciou os de Filosofia e de Moral, “[...] foi a Milão, ao Colégio Helvético, para iniciar os estudos de Filosofia e Teologia” (GOVONI, 1992, p. 11). Juntamente com estes estudos, desempenhou o papel de bedel de alunos clérigos, devido à sua formação e habilidades. Foi nesse período que demonstrou interesse de ingressar em uma Ordem Religiosa.

Além de sua decisão pessoal, dois acontecimentos reforçaram seu propósito. Um ocorreu quando presenciou a humilhação de um padre em seu leito de morte, o qual aceitou os desafetos de outro padre como desígnios de Deus para a salvação de sua alma. O outro, quando representava em uma peça teatral com vestes luxuosas e adornadas. Em um intervalo, deparou-se com um crucifixo e refletiu sobre a condição em que estava em relação à de Jesus Cristo na cruz, visto que o considerava como o senhor de todos (MURY, 1992).

Ambos os acontecimentos reforçaram seu desejo de seguir a vida religiosa, o primeiro o fez refletir sobre o fato ocorrido com o padre que “[...] recebeu as injúrias com inalterável peito, e contentou-se com sorrir suavemente, [...] como se já entreviesse o prêmio no Céu; e assim se adormeceu na paz do Senhor, murmurando a derradeira palavra de perdão” (MURY, 1992, p. 39). No segundo, ao se ver diante de um crucifixo, com vestes que representava um rei sentiu-se como servo e pequeno diante da representação com a imagem de Jesus Cristo, “[...] e desde aquela hora um só pensamento o obsidiou: consagrar-se sem tardança ao serviço de Deus morto por seu amor” (MURY, 1992, p. 40).

Tentou o ingresso na Ordem dos Somascos, onde havia realizado todos os seus estudos. Porém, ao consultar o reitor do colégio, recebeu a resposta de que teria grandes gastos para ingressar na Ordem, condição que se tornou inviável, visto que seu pai não tinha a intenção de acumular despesas, ainda que quisesse ter um filho religioso (RODRIGUES, 2010). Com a inviabilidade de ingressar na Ordem dos Somascos, por um curto período do ano de 1707, estudou Teologia Moral em Milão, no Colégio Helvético e aliou aos estudos a Teologia Dogmática, sempre com a mesma dedicação, alheio às coisas mundanas e voltado à religiosidade. A teologia seria uma de suas especialidades quando atuou como professor.

A intenção de ingressar em uma Ordem religiosa não foi descartada, e Gabriel Malagrida tentou entrar para a Companhia de Jesus com a permissão de

seus pais. Foi aceito no ano de 1711, há divergências sobre o dia e o mês de seu ingresso, na cidade de Gênova (GOVONI, 1992). Ao ingressar na Companhia de Jesus, sentiu que havia feito a escolha pela Ordem certa. Logo de início, identificou-se como um soldado de Cristo. Iniciou uma vida de renúncia ao que era alheio ao mundo religioso, pôs-se à disposição de seu orientador espiritual e seguiu as normas estabelecidas pela Ordem: o silêncio, a modéstia, a meditação, os estudos sobre os considerados heróis e santos e a paciência, dedicava-se e lhe era de bom grado a mortificação (BUTIÑA, 1886).

O jovem Gabriel Malagrida manteve as características de dedicação exaustiva sobre o que dizia respeito à religiosidade, à vida religiosa, aos estudos e às obrigações religiosas. Aspectos que são apresentados em suas biografias, por meio de cartas e relatos de superiores ou antigos companheiros de noviciado.

Ao final do primeiro período de noviciado, demonstrou interesse em missionar na Índia. Antes, porém, realizou missão em aldeias de Como, na Itália, onde fez pregações e aplicou os Exercícios Espirituais. Desempenhou ainda a função de professor de Humanidades no Colégio de Bástia, Córsega (MURY, 1992). Seu pedido para sair em missão foi atendido, mas não com destino à Índia, e sim à América Portuguesa. Concomitantemente à determinação de sair em missão, recebeu os primeiros ministérios sacerdotais e se despediu de sua família.

A oportunidade se apresentou [...], quando o Visitador da Vice-Província do Maranhão, em viagem a Roma, passou por Gênova e convidava os jovens Religiosos a segui-lo para as matas amazônicas. Malagrida deve ter-se apresentado e seu pedido foi aceito. Neste mesmo ano, pelo mês de julho, foi ordenado sacerdote e seus primeiros ministérios de recém-ordenado foram na terra natal. Foi quase uma despedida da sua terra e da família. [...].
[...] Era uma partida para sempre (GOVONI, 1992, p. 19-20).

O ano de 1721 marcou o início da construção e desenvolvimento de um projeto missionário que o Padre Gabriel Malagrida executou durante toda sua vida. O missionário chegou ao Maranhão no ano de 1721 e permaneceu até o ano de 1749, quando retornou a Portugal em busca de recursos e apoio da Coroa Portuguesa. A permanência em Portugal durou até o ano de 1751, quando voltou

à América Portuguesa com bons resultados. Enquanto esteve em Lisboa, aplicou os Exercícios Espirituais a D. João V, a D. Maria Ana de Áustria, além de outros atendimentos espirituais na corte.

Em seu retorno, foi para o Maranhão, passou pelo Pará e Paraíba e continuou com sua obra missionária. A continuidade não foi da mesma forma que antes, já havia movimentos contrários à sua ação devido à designação de Sebastião José de Carvalho e Melo ao cargo de secretário de Estado do Reino de Portugal. Outra situação foi a nomeação do irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o cargo de governador do Grão-Pará e Maranhão (GOVONI, 2014b).

No ano de 1754 retornou para Portugal a pedido de D. Maria Ana, por ter a rainha pressentido sua própria morte. O desejo de acompanhamento já havia sido demonstrado quando da primeira viagem, sendo que ele prometeu a ela retornar quando de seu chamado. Com a morte da rainha, no ano de 1754, a situação do padre Gabriel Malagrida se complicou ainda mais.

Em 1755, no dia 1º de novembro, Lisboa foi atingida por um terremoto que causou grandes estragos e prejuízos à corte. O padre Gabriel Malagrida teve significativa participação nesse acontecimento por dois motivos. O primeiro foi o auxílio que prestou aos que foram atingidos pelo terremoto. O segundo foi a publicação de um texto, em novembro de 1756, sobre o que julgava ser a causa do terremoto, intitulado **Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755** (MALAGRIDA, 1756).

O padre Gabriel Malagrida ainda teve seu nome envolvido no atentado que D. José I sofreu no dia 03 de setembro de 1758, ao retornar da casa de Dona Teresa, Marquesa de Távora, “[...] foi alvo de um tiro de espingarda que o atingiu num braço [...]” (GOVONI, 1992). O nome do padre foi citado em um depoimento pelo Duque de Aveiro – D. José de Mascarenhas e Lencastre (1708-1759).

Após o atentado, o rei se manteve recluso e deixou que seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo esclarecesse os fatos. O episódio não foi bem explicado na época, o ministro conduziu as investigações de acordo com seus interesses, no sentido de eliminar opositores ante as suas propostas de reforma (BRANDÃO, 2009).

A suspeita voltou-se contra o Duque de Aveiro – D. José de Mascarenhas e Lencastre (1708-1759) e sua família, a família dos Távora e o padre Gabriel Malagrida, que, na época, era confessor de D. Leonor Tomásia – Marquesa de Távora (1700-1759).

De autoria controversa [...] este atentado deu ao Conde a oportunidade de executar dois oponentes poderosos da aristocracia, o Duque de Aveiros, que fora mordomo-mor de D. João V, e o Marquês de Távora, supliciados em 13 de Janeiro de 1759, juntamente com seus familiares. [...] Três jesuítas foram diretamente envolvidos no suposto complô regicida, dentre eles o Padre Malagrida [...] (BRANDÃO, 2009, p. 21-22).

O padre Gabriel Malagrida foi afastado de Lisboa e desterrado em Setúbal, outra manobra do ministro josefino. O jesuíta também foi proibido, após tais acontecimentos, de realizar suas atividades como pregador. No ano de 1759, foi chamado a Lisboa para ser encaminhado à prisão da Inconfidência e, na sequência, ao cárcere da Inquisição, onde permaneceu até 1761, ano de sua execução (RODRIGUES, 2010).

A forma como desenvolveu sua vida, atrelada a um projeto missionário, a extensão territorial que percorreu, seus sermões inflamados e fervorosos, suas previsões e ditos milagres, sua iniciativa em relação à construção de seminários e recolhimentos para mulheres, as reformas e construções de igrejas, o esforço para conseguir recursos para a manutenção das obras, sua determinação e renúncia em nome de Deus e de sua fé foram atributos e ações que contribuíram para a forma como sua história e vida se desenvolveu e teve um final trágico.

Apenas um jesuíta, o missionário destacado do Brasil do século XVIII, Gabriel Malagrida, foi acusado de heresia, vindo a ser queimado em auto-de-fé em 1761 no Rossio, em Lisboa, depois de ter estado preso numa situação muito débil de saúde física e mental (foi o último condenado a morrer pela Inquisição em Portugal (FRANCO; FIOLEAIS, 2016, p. 119).

Para um melhor entendimento sobre essa personagem marcante do século XVIII, o padre Gabriel Malagrida, e o desdobramento de seu projeto junto à Companhia de Jesus e à Coroa Portuguesa, é necessário analisar a forma,

estrutura e meios como exerceu seu papel de missionário em suas particularidades, além de seus escritos neste contexto histórico.

3.1.1. O estilo missionário e os sermões do Padre Gabriel Malagrida

O padre Gabriel Malagrida foi uma personagem que viveu de acordo com os preceitos da Companhia de Jesus, porém pode ser considerado um inovador no atendimento social, com a construção de casas de recolhimento para mulheres. Os escritos que tratam diretamente sobre sua vida foram produzidos por membros da própria Ordem, possuem um estilo semelhante porque a base desses escritos foi a biografia redigida por Matias Rodrigues no ano de 1762. Cabe ressaltar que a semelhança entre as biografias a respeito da imagem e da ação do padre, descritas por seus biógrafos, revela a função que a biografia tinha no contexto da Companhia de Jesus, ou seja, exaltar os feitos de seus membros e construir a imagem de heróis e santos (RUCKSTADTER, 2006).

Ao entrar para a Companhia de Jesus, o padre Gabriel Malagrida passou a viver uma vida de dedicação exclusiva e seguiu os preceitos e a legislação da Ordem. Uma das ações mais executadas pelo padre foi a prática das missões. Segundo O'Malley (2004, p. 198), consistia em “uma das estratégias pastorais mais distintas delineadas no catolicismo do início do período moderno foi assim chamada missão a aldeias e vilas, que, no século XVII, foi estendida para incluir cidades e dioceses inteiras”. Para a realização da missão, havia todo um planejamento, organização e estrutura para seu desenvolvimento, por se constituir no exercício de um ministério.

Eventualmente estas missões incorporavam um programa desenhado cuidadosamente, mesmo muito elaborado, de pregação, de catequese, de confissão e de fundação ou reforma de confraternidades; podiam engajar vários “missionários” na mesma localidade por um mês ou mais. [...]. Os jesuítas estavam entre os primeiros, senão os primeiros, a desenvolverem essa instituição e foram extremamente influentes em sua evolução (O'MALLEY, 2004, p. 198).

Para a prática missionária, havia uma organização e divisão de acordo com os horários do dia e os momentos de atendimento a crianças e adultos.

Na parte da manhã, pregavam. Ao entardecer, com as crianças reunidas ao redor deles, caminhavam [...] cantando o catecismo, até chegarem à igreja, onde faziam preleções. Em horas convenientes, ouviam confissões dos homens e das mulheres. [...] Antes de deixarem a aldeia, escolhiam um homem que pudesse ler, davam-lhe o livro do catecismo e depois o instruíam como ensiná-lo (O'MALLEY, 2004, p. 199-200).

O padre Gabriel Malagrida viveu intensamente sua vida religiosa do ano de 1720 até o ano de 1758, e, desse período, trinta e dois anos foram dedicados a missões no norte e nordeste da América Portuguesa entre os indígenas, os colonos portugueses e moradores locais.

Quando desembarcou em São Luís, Malagrida já era homem de grande cultura. Gostava de teatro e de literatura e tinha sólida formação filosófica. Foi professor, em seus primeiros anos de Brasil, mas sua vocação missionária acabou levando-o para os mais isolados e remotos rincões do Estado do Maranhão e Grão-Pará. [...] sempre pregando, instruindo, missionando, construindo igrejas e capelas, erguendo cruzeiros. Andava descalço com um cajado na mão. [...] (LEONARDI, 2010, p. 19).

A maioria de seus deslocamentos eram realizados a pé, como a viagem que fez de São Luís até Salvador, ida e volta, no período de 1735 a 1747. Foi considerada como um feito notável e característico de seu estilo missionário de percorrer grandes distâncias a pé. Em sua ação missionária, conviveu com diversas etnias indígenas como os palajense, tupinambá, tabajara, pacajá, caicaze, guanaré, barbados, alguanaré, guajajara, ibiapaba, gamela, aroá e tremembé (RODRIGUES, 2010). Sua intenção era converter o maior número de povos, inclusive os colonos, e uma de suas estratégias eram os sermões.

Durante seus sermões ocorreram muitas conversões. O padre Gabriel Malagrida tinha grande conhecimento na área de teologia, que contribuía para que fosse considerado um bom orador. Seus discursos eram caracteristicamente inflamados e de grande efeito na conversão das pessoas, devido ao seu nível de conhecimento e pela forma como se expressava. Criou um estilo próprio, que convencia as pessoas (MURY, 1992).

Como dedicava muito tempo a suas ações, não lhe restava muito tempo para cuidar de seu bem-estar e sua saúde. Não tinha uma alimentação regular, e,

quando se alimentava, eram pequenas porções de vegetais ou raízes, poucas vezes comia carne. Dormia poucas horas por noite e, quando o fazia, era no chão. O motivo de dormir poucas horas era porque estava atendendo confissões ou fazendo reflexão e oração, dormia por volta de três horas por noite (RODRIGUES, 2010).

As missões pelo sertão nordestino ocuparam mais o seu tempo. Foram momentos de resultados favoráveis ou não, assim como de perigos, que muitas vezes o deixaram à beira da morte. Entre os anos de 1721 a 1723, ocupou-se de diversos ministérios e realizou viagem ao Pará. Iniciou sua missão com os indígenas tabajaras no ano de 1724. Na sequência, atuou entre aos caicazes e guararés, com planos de missionar junto aos barbados (MURY, 1992).

Com os caicazes, obteve bons resultados e, após convertidos, acompanharam-no à missão na aldeia dos guararés no início do ano de 1725. Rodrigues (2010, p. 97) descreve como se deu a recepção: “Logo que Malagrida alcançou o lugar marcado junto com os Caicazes, eis que os Guararés correm ao porto, formando uma longa fileira e recebem os novos hóspedes com sinais de alegria e benevolência.”, contudo, ao cair da noite, organizaram-se para executar os visitantes devido a desentendimentos anteriores. Em um primeiro momento, o padre seria poupado.

Em algumas situações, conforme relataram seus biógrafos, o padre Gabriel Malagrida ouvia uma voz, atribuída por ele ao Arcanjo Gabriel, e que o alertava sobre o perigo em que estava, devendo sair daquele local o mais rápido possível. Contudo, os guararés já haviam iniciado os ataques contra os caicazes (MURY, 1992). A reação do padre foi acudir os caicazes. Saiu de imediato na tentativa de amenizar o sofrimento dos que tinham sofrido ataques, e de encomendar a alma dos mais feridos. Esta ação causou mais revolta nos guararés, que, até então, o haviam poupado, porém, diante de sua ação, voltaram-se contra ele, prendendo-o.

[...] os bárbaros Guararés caem em cima do próprio Malagrida [...] despojam grosseiramente das roupas e o amarram a um grande tronco fixado no meio, onde como de costume a toda hora dançam barbaramente, elevando bárbaras gritarias. Correm em seguida para as pobres alfaias de Malagrida, tiram e arrancam tudo. Não poupam nem as coisas sagradas, antes as utilizam para uso profano (RODRIGUES, 2010, p. 98).

A partir de então, a relação entre os caicazes e guararés foi de inimizade. O próximo passo foi a decisão sobre o que fazer com o padre Gabriel Malagrida. O conselho de guerra dos indígenas se reuniu e decidiu pela execução. Um dos indígenas guararé foi escolhido para executar a sentença. Antes da execução, o padre foi humilhado perante a aldeia: “Desceu ele na [...] área aberta, todo desnudo, besuntado e fedendo com uma tinta avermelhada [...] com a cabeça ornada de um penacho de penas [...], e emitindo um somido com certos chocalhos amarrados nos braços e canelas.” (RODRIGUES, 2010, p. 101). Mesmo assim, o padre permaneceu em oração, considerava que o sacrifício iria libertar e trazer luz divina para aquele povo que considerava bárbaro.

Prestes a acontecer a execução, com o carrasco próximo dele, o ato foi interrompido por uma indígena já idosa, considerada sábia e que tinha o respeito de toda aldeia, “[...] exortou e persuadiu a não matar o padre lembrando a propósito que um Guararé que tinha antigamente tirado do meio o Padre Villar, tinha sido corroído pelos vermes e tivera uma morte longa e muito enfadonha” (RODRIGUES, 2010, p. 102).

O padre Gabriel Malagrida foi solto, mas sem roupas e arremessado ribanceira abaixo. Teve apenas tempo de pedir de volta suas vestes que estavam com um indígena, no que foi atendido sem maiores dificuldades. Quase no mesmo instante, foi posto em uma precária canoa e lançado na correnteza no rio Itapicuru, com ordens de não mais retornar.

Sem saber comandar o remo da embarcação, o padre passou por dificuldades, até que foi salvo por um menino caicaze que havia sobrevivido ao ataque guararé e ficara escondido na floresta. Trazido para dentro da canoa, recebeu cuidados em sua cabeça que estava ferida e, com dificuldades, os conduziu até sua aldeia.

Durante um período, retomou o trabalho com os caicazes e, por vezes, com os tabajaras com o mesmo zelo e aceitação das aflições e dificuldades que sofria. No final do ano de 1725, foi lhe dada a oportunidade de missionar junto aos barbados.

Os Barbados, assim chamados por que deixavam crescer as barbas, ao invés dos outros índios, haviam assentado as choupanas no meio de uma vasta floresta, perto das margens do Meari, a nove ou dez dias de navegação da foz deste rio. Era a mais belicosa nação daquelas paragens. Tinham horror a vestido,

mais ainda que as outras tribos. À feição de enfeite, acolchetavam no beijo inferior, furando-o, um anel no qual penduravam uma volumosa pedra redonda (MURY, 1992, p. 68).

Por várias vezes, entre os anos de 1725 e 1727, os portugueses já haviam tentado um contato com os barbados, todos sem resultado positivo. O primeiro contato foi de iniciativa dos próprios indígenas. Os caicazes foram acampar à margem do rio Itapicuru, despertando curiosidade nos barbados. Alguns chefes dos barbados resolveram fazer contato com os caicazes quando de sua chegada, o Padre Gabriel Malagrida se adiantou e juntou todos os objetos que pudessem ser utilizados como agrado. A estratégia funcionou: “Deram os Barbados mostras de acolherem favoravelmente as propostas do santo varão. Convidaram-no a ir à sua tribo, e prometeram sair-lhe ao caminho para o conduzirem” (MURY, 1992, p. 69). Retornou, então, o padre ao Colégio de São Luís para comunicar a seus superiores sobre o contato com os indígenas e receber orientações, além de reunir objetos que pudessem servir como agrado aos barbados.

Foram necessárias duas tentativas para que ele obtivesse o resultado pretendido. Na primeira, teve como companhia quatro indígenas da tribo guajajara, os quais seriam os remadores, um indígena para intérprete e um português. No início do ano de 1726, após dez dias de navegação turbulenta pelo rio Meari, avistaram, à margem do rio, alguns dos barbados, que os receberam com demonstração de alegria e entusiasmo. De imediato, ajudaram-no a sair de embarcação e ir para terra, interessados nos objetos e presentes que o padre trazia, como era de costume, para o estabelecimento de um amistoso contato.

Mal o padre e seus acompanhantes pisaram na terra, foram abordados pelos barbados que pegaram todos os objetos trazidos como forma de agrado e quase levaram também os objetos sagrados.

Longe de se descompor com esta primeira violência, rogou-lhes que o conduzissem às suas choças. Através de charnecas e matos, ao cabo de seis horas de jornada, chegaram ao acampamento. Rodearam-no logo muitos velhos, mulheres e crianças, com mira posto em alguma dádiva; quando viram, porém, que o missionário já não tinha o que distribuir, arredaram-se carrancudos; e, ao outro dia, de madrugada, toda tribo abandonou o padre e os companheiros, indo acampar noutro local (MURY, 1992, p. 71).

O padre e seus acompanhantes passaram dias de dificuldades, porque, conforme decisão do padre, ficaram acampados no mesmo local, sem assistência alguma, muito menos comida, sem contar as intempéries e as picadas de mosquitos. Os quatro indígenas guajajara, após algum tempo, abandonaram o padre, o português e outro indígena, por não suportarem mais as condições em que se encontravam.

A única solução foi buscar auxílio junto aos barbados, já final de 1726 e início de 1727, que os trataram com desdém. Mesmo assim, o padre ficou na aldeia e, sem o conhecimento dos pais, batizou muitos bebês e crianças que estavam doentes. Por coincidência, essas crianças morreram logo após serem batizadas, chamando a atenção dos mais velhos e feiticeiros, que tomaram atitudes contra o padre.

Proibiram um menino indígena, que havia sido batizado e sempre ficava junto ao padre, de acompanhá-lo. Explica Mury (1992, p. 73-74): “A perseguição dos feiticeiros não parou [...]. Estes enviados do inferno ajuntaram o conselho da tribo; e sob sua proposta, deliberaram desfazer-se dos dois inoportunos hóspedes”. O destino do indígena intérprete seria apenas voltar para sua aldeia. Já, com o padre, a decisão foi executá-lo.

O padre Gabriel Malagrida se manteve confiante como sempre, e não imaginou o perigo que estava correndo. Só tomou conhecimento de seu destino quando dois meninos indígenas, que haviam sido batizados e tinham apreço por ele, avisaram-no das intenções dos indígenas. Os quatro saíram de imediato floresta adentro e, quando os barbados chegaram à taba onde deveriam estar o padre e o indígena intérprete, já tinham ido, deixando os indígenas enfurecidos. Logo se puseram a procurá-los.

Na floresta, o padre e seus acompanhantes seguiam em busca de um local seguro. Ouviam os gritos dos barbados pela floresta. Caminharam por dois dias sem serem pegos até chegaram à margem do rio Meari. Os dois indígenas meninos cortaram arbustos e galhos para a construção de duas jangadas. E, tão logo ficaram prontas, lançaram-se ao rio, bem no momento em que os barbados chegavam às margens, quase os capturando.

Navegaram por um tempo e logo avistaram as plantações de colonos portugueses, já conhecidos do padre, à margem do rio Meari.

Logo que o barquinho embeçou com a praia, todos os colonos que carpiam a morte de Malagrida, na convicção de que os Barbados o mataram, foram ao seu encontro e o receberam com alegres aclamações. Liberalizaram-lhe os mais solícitos cuidados; e logo que recobrou forças deram-lhe um barco mais cômodo que o transportasse ao colégio de S. Luís do Maranhão (MURY, 1992, p. 78).

De meados de 1727 e parte do ano de 1728, o padre Gabriel Malagrida atuou como professor de literatura no Colégio de São Luís. Sua atuação como professor se repetiria no ano de 1730 no mesmo colégio, mas como professor de Teologia, Humanidades, e Examinador de Grau (ARCHIVIUM ROMANUM SOCIETATIS IESU – ARSI, 1732, p. 60, ver página seguinte). Porém, quando recebeu a informação de que os barbados haviam sido dominados e derrotados pelos portugueses e clamavam por paz, misericórdia e um missionário que lhes ensinassem a prática religiosa, prontificou-se de imediato, para tal missão.

Desta vez, o contato ocorreu de modo diferente, devido às condições em que se encontravam os barbados, o padre Gabriel Malagrida e seus acompanhantes foram recebidos de forma amistosa. Ao chegar, o padre entregou os objetos que havia levado e, de pronto, construiu uma casa e preparou um oratório para edificar sua obra, já que havia um clima de cooperação por parte dos indígenas (BUTIÑA, 1886).

A missão se desenvolveu de acordo com o esperado, muitos barbados procuravam consolo e instrução junto ao padre. Sua dedicação era grande com as crianças, por acreditar que poderia ter um melhor resultado se os formasse de acordo com sua religião.

Com um jeito suave, conduzia quase todos à catequese, sobretudo as crianças, nas quais depositava a esperança de levar aos costumes cristãos, pois na idade avançada e já bárbaros crescidos, eram resistentes em voltar atrás dos vícios inatos. Explanava para todos, muitas vezes de improviso, as verdades cristãs: fazia-se bárbaro com os bárbaros e criança com as crianças, para torná-los firmes e adultos na fé.
[...].
Percebia de verdade, como aquela vinha de pungentes selvas, e que antes só germinavam espinhos, agora, mudada a estrela, produzindo dignos frutos do céu (RODRIGUES, 2010, p. 135-136).

Catalogus Brevis V. Prov.^{ae} Maranhonensis an. 1732 ^{seria}

Pater Iosephus Vidigal V. Provincialis renuntiatus die 10 Augusti an. 1732.

P. Aloysius Maria Buccarelli ejus socius in Coll. Paraensi
Collegium Maranhonense.

P. Carolus Pereira Rector renuntiatus die 26 Junij an. 1730, et Co-
sultor V. Prov.^{ae}

P. Ignatius Xaverius Magister Novitiorum, et Minister Coll.^{ae}, Consul,
Sor. et Confessarius

P. Gabriel Malagrida socius seu Admonitor V. Provincialis in Coll. Ma-
raghonensi Praefectus Veru spiritualium, Consultor V. Prov.^{ae}, Confessari-
us Coll.^{ae}, et Director Congreg. Bonae mortis, et Scholasticorum.

Magistri

Item P. Gabriel Malagrida Praefectus Studiorum Professor 2.^{ae} Cathedra
Theologiae et Humanitatis et Examinator ad gradum.

P. Benedictus a Fonseca Professor 2.^{ae} Cathedrae Theologiae, Confessari-
us, et Consultor Coll.^{ae}, et Praefectus Ecclesiae

P. Emmanuel da Sylva Professor Philosophiae, Confessarius, et Consul-
tor Coll.^{ae}, et Operariorum adiutor

Fr. Bernardus de Aquino Professor Classis Grammaticae

Theologi 2. anni.

P. Iosephus Martini Praefectus Philosophiae Joannes de Sousa Decanus,
Franciscus Xavierus Praefectus Sanitatis, Caietanus Xaverius Procu-
rator Missionum, Michael Pereira, Emmanuel Ioseph, Antonius
Diaz.

Philosophi 2. ann.

Fr. Christophorus de Carvalho, Bidellus, Emmanuel Nunes, Fran-
ciscus da Veiga, Emmanuel Naborda, Alexius, Antonius, Iosephus, An-
tonius, Bernardus, Rodricus, Emanuel, Alphonse, Aloysius, Gonza-
ga, Iosephus, Pereira, Joannes, Rodricus, Mattheus, da Fonseca, Em-
manuel, Baptista, Iosephus, de Moraes.

Humanitate 2. anni

Fr. Antonius, Moreira, qui finito biennio docuit Grammaticam Ignatius
Stanislaus, Bidellus, Dionisius dos Reis, Dionisius Regis, Emmanuel, Pi-
beiro, Giraldus, Ribeiro, Vincentius, de Moraes, Antonius, Baptista, Do-
minicus, Antonius.

Ao mesmo tempo em que estava junto aos barbados, o padre Gabriel Malagrida visitava outra aldeia, um pouco distante, a dos gamelas. Estes indígenas eram inimigos dos barbados, fato que fez com que o padre ficasse no meio de um conflito entre as tribos e passasse novamente por situação de perigo. Após um período de conflito e muitos mortos, os gamelas não foram convertidos à fé cristã. Em relação aos barbados, foram consolados sempre na fé cristã e seguiram os preceitos aprendidos. A conversão dos gamelas só ocorreu anos depois, quando solicitaram a visita de um missionário em sua aldeia para aprenderem sobre o cristianismo. A missão foi destinada a outro padre, e não ao Padre Gabriel Malagrida, entre os anos de 1751 a 1757 (RODRIGUES, 2010).

Junto aos indígenas, o trabalho missionário consistia em uma ação de catequização, de ensinamento das práticas cristãs para que os costumes julgados bárbaros e selvagens pelos religiosos e portugueses fossem substituídos. O método de trabalho do padre Gabriel Malagrida era o de atender aos indígenas com o batismo, encomendar suas almas, realizar sermões e missas, atendimento das enfermidades e em qualquer outra situação que fosse procurado e que servisse para a prática catequética.

Já nas vilas e cidades, o método era diferente, seguia um roteiro de execução, com a aplicação e prática dos Exercícios Espirituais, as missas e adoração ao Sagrado Coração de Jesus e a divulgação do culto a Nossa Senhora da Boa Morte e Bem-Aventurada Virgem das Missões. Pregações, recebimento de confissões, atendimentos em auxílio aos necessitados ou trabalho em obras de construção e reconstruções eram também rotina para o padre.

Era comum, segundo Rodrigues (2010), durante seus discursos, a ocorrência de uma comoção geral, em que as pessoas se entregavam “de corpo e alma”, e o que se via era uma cena que tinha sido influenciada pelo sermão do padre.

Foi tamanho o ímpeto do discurso, tamanha a veemência das palavras do divino amor, tantas sentenças graves e verdadeiras, tamanha a religiosidade em toda a sua atitude, tanto ardor que transmitia com a boca e os olhos, que alguns dos presentes desmaiaram por certo tempo e todos ficaram arrebatados de admiração.

Todos execravam os pecados e derretiam uma chuva de lágrimas. Batiam o peito com punhos sonantes e, às porfias, ocorriam aos

pés dos confessores e vomitavam a sujeira endurecida pelos muitos anos. Os que ferviam de ódio cruel se apertavam as mãos e, no fim do sermão, se conduziam ao pé do crucifixo perdoando-se mutuamente [...] Muitos foram apartados das mulheres libertinas e execrandas mancebias (RODRIGUES, 2010, p. 176).

Além da utilização de um sermão com fervor religioso, muitas vezes, o padre Gabriel Malagrida se flagelava. Em certas situações, ficava com a roupa toda suja, com grande quantidade de sangue, tão severa era a prática. Esta ação também contribuía para a comoção e conversão dos que o assistiam (MURY, 1992).

Em várias situações, foi solicitado e realizou o exorcismo de alguém. Fazia com muita calma e tratava aquilo como provação em sua vida e sua missão.

De súbito, ouve um gritar de bárbaros; e, erguendo os olhos, vê caminhando para ele um rancho de homens conduzindo um possesso [...] o energúmeno, espumando de raiva e ringindo os dentes, rolava os olhos pavorosos, remetendo contra Malagrida [...]. Então o homem de Deus ordena ao demônio que solte a presa; e mal proferida a frase, Satã pegou de gritar pela boca da vítima: “Basta! Basta! Quero sair! – És o pai da mentira – replicou Malagrida -; só te acreditareis quando me deres caução da tua promessa. – A caução que te dou – urrou o demônio enfuriado – é que não cessarei de te perseguir até a morte.” E proferidas estas vozes, sumiu-se (MURY, 1992, p. 104).

Esse tipo de ação fazia com que as pessoas tivessem grande admiração pelo padre Gabriel Malagrida, ficavam comovidas como quando ele realizava curas.

Nestes tempos certo ministro do rei na Bahia, [...] estava já retido de cama e quase em fim de vida. Chamaram Malagrida, como extremo remédio, pois ouviram falar de seus prodígios. Acorreu ele e impôs as mãos na cabeça já caída e ao mesmo tempo fez as divinas preces e – coisa admirável! – ei-lo restituído à antiga saúde! Outra personagem da mesma Bahia [...] por causa de fortes dores na cabeça, tinha chegado seus últimos dias e inutilmente lhe subministravam remédios. É chamado Malagrida como médico. Este fortalece a cabeça do doente com o venerável sinal da nossa salvação, lhe impõe as mãos e feita uma oração a Deus impetra a desejada saúde (RODRIGUES, 2010, p. 206).

Conforme Govoni (2014a), não foram somente registradas ações como estas, mas outras, como ressuscitar mortos, fazer voltar a comer quem já nem comia mais. Existe também o relato de um milagre que realizou com a intercessão do Padre José de Anchieta, quando, por meio de orações, fez um homem que não falava falar. Havia ainda as previsões que realizava: de morte, de chuva, ou mesmo chamar pessoas pelo nome em um primeiro encontro. Tudo isso contribuiu para a afirmação do atributo de taumaturgo, Apóstolo e a construção de uma figura heroica, que fez com que o padre Gabriel Malagrida tivesse seguidores na época, e que podem ser encontrados, em pequena quantidade, até os dias de hoje, pela sua atuação, pelo mito que se criou com sua figura ou pelas suas obras e escritos. Acrescenta-se a isto a construção de uma figura heroica de acordo com seus biógrafos, que relatam tais feitos como “milagres” atribuídos ao padre.

3.1.2. Padre Gabriel Malagrida e seus escritos

A ação missionária junto aos indígenas e colonos portugueses foi a ocupação a que mais se dedicou o padre Gabriel Malagrida. Ao mesmo tempo em que realizava as missões, escreveu cartas diversas, atividade que fazia parte das obrigações dos membros da Companhia de Jesus. Além das cartas, e do livro sobre o terremoto de 1755, escreveu outra obra em 1760, sob o tema: **Vida e Império do Anticristo**, traduzida e organizada por Govoni, 2013.

As cartas foram publicadas no Brasil em uma obra organizada e traduzida pelo padre Ilário Govoni (S.J.), no ano de 2012, intitulada **Cartas e Escritos** (MALAGRIDA, 2012). A publicação tem cinquenta e sete textos, entre cartas, recibos e declarações, um ato de contrição e a tradução do escrito sobre o terremoto de 1755. Os escritos foram produzidos entre os anos de 1721 a 1756, e têm como destinatários membros de sua família, da Companhia de Jesus, nobres e até o Papa Clemente XIII (1693-1769, Papa desde 1758).

Aos seus parentes são seis cartas, entre os anos de 1721 e 1753, sendo cinco para irmãos e uma para um sobrinho. A primeira é do ano de 1721, escrita para seu irmão, o padre Miguel Malagrida, enviada para Menaggio; duas são para seu outro irmão, o padre Carl’Ambrogio Malagrida, enviadas para Roma; duas

para sua irmã, Maria Madalena Malagrida, enviadas para Codogna, na Itália; e uma para seu sobrinho, identificado como “sobrinho jesuíta”, enviada para a Itália.

As cartas, de um modo geral, tratavam de assuntos religiosos e do estilo de vida do padre. Havia recomendações para que seus parentes seguissem uma vida dedicada à religião e à salvação de almas, como o pedido que fez à sua irmã na carta de 1753: “Procurei que os nossos promovam intensamente uma devoção tão digna. Forme-se uma Confraria cuja obrigação seja roubar quantas mais almas puder ao Purgatório.” (MALAGRIDA, 2012, p. 115).

Desde seu ingresso na Companhia de Jesus, o padre Gabriel Malagrida não voltou a ver seus familiares. Nas cartas para seus irmãos, demonstrou a saudade que tinha, mas registrava que sua dedicação à vida religiosa ultrapassava esta condição, sua missão era colocada em primeiro plano, como fator norteador de sua vida.

Em uma carta do ano 1726, destinada ao seu irmão, o padre Carl’Ambrogio Malagrida escreveu sobre o sentimento que foi saber da morte de seu pai, e que havia tido uma percepção do ocorrido.

Meu querido irmão,
Deus sabe o grande golpe que foi para mim a morte de nosso querido pai. Teria apreciado (mais é um delírio de meu amor) uma relação mais detalhada de tudo quanto aconteceu, de quando ele foi dado por morto, do que ele fez e disse em vista daquele tão grande passo, que ele muito temia. Eu, no entanto – para lhe dizer tudo -, tive a percepção de sua morte no tempo em que aconteceu e comecei os sufrágios, como ele tinha pedido (MALAGRIDA, 2012, p. 28).

Coincidência ou não, foi nessa mesma época que o padre Gabriel Malagrida relatou ter tido a visão de uma alma do purgatório que lhe pedia orações e que estas deveriam ser feitas até que suas barbas ficassem brancas. Pedido que atendeu à risca, por julgar que a alma era a de seu pai (RODRIGUES, 2010).

Outro assunto abordado nas cartas foi sobre as doações que recebeu de D. João V para a realização de missões e obras na América Portuguesa. O relato foi escrito ao sobrinho, também jesuíta, no ano de 1750. Destacou que tinha obtido autorização para fundar seminários e casas de recolhimento.

Mandou que me entregassem no mesmo dia cem moedas (600 escudos romanos) e chegou quase a pôr a sua Potestade em minhas mãos, instando-me que pedisse o que quisesse. Afinal eram o Rei e a Rainha [...]

Basta dizer que não somente aprovou-me seis Seminários muito importantes para educação daquela juventude e tão contrastados pelos Ministros do Rei [...] chegaram-me da Corte tantos sacos de dinheiro de prata e ouro que não sabia onde os colocar. [...] toda esmola para gastá-las nos ditos Seminários, Conventos e Recolhimentos (MALAGRIDA, 2012, p. 111).

As missões também foram assuntos nas cartas escritas pelo padre Gabriel Malagrida. O comunicado de sua ida para o Maranhão foi feito em uma carta, no ano de 1721, para seu irmão, o padre Miguel Malagrida. O Maranhão foi assunto de outra carta, escrita no ano de 1729, destinada a outro irmão, o padre Carl’Ambrogio Malagrida. As informações são de que levava uma vida feliz e que, por meio de seu método missionário e de ensino, tinha bons resultados junto aos indígenas (MALAGRIDA, 2012).

Em uma outra carta que escreveu para seu “sobrinho jesuíta”, no ano de 1750, o padre apresentou um momento incomum de seu comportamento, de acordo com os relatos de seus biógrafos. Ele interrompeu a carta por sentir sono: “Meu sobrinho mui querido, já é quase a meia-noite e o sono impertinente não me permite escrever” (MALAGRIDA, 2012, p. 111).

Além desse comportamento, na carta escrita ao “sobrinho jesuíta”, podemos perceber que o padre Gabriel Malagrida sentia falta de sua família, contudo, sua missão, sua idade avançada e condição financeira não permitiam a realização de uma visita à Itália. Como sempre, a missão era posta em primeiro plano. Foi por meio dessa carta que se despediu de seus parentes, “Ao senhor Tio, os mais vivos respeitos e abraços e aos meus sobrinhos e parentes, mando o último adeus, não sem afeto” (MALAGRIDA, 2012, p. 112). O adeus se repetiu na última carta, escrita para sua irmã, no ano de 1750; depois, não houve mais escritos nem contato com seus familiares. Os sentimentos de saudade e desejo de que seus parentes estabelecessem uma vida religiosa para a salvação de almas foram os assuntos de suas últimas cartas.

A troca de correspondência com seus parentes não foi tão intensa quanto aquela trocada com religiosos, como o Papa Clemente XIII, os Bispo Frei Miguel

de Bulhões e Sousa (1706-1778) e o Bispo Inácio de Santa Teresa (1682-1751); o Geral Miguel Angelo Tamburini (1706-1730), o Geral Francisco Retz (1673-1750) e o Geral Inácio Visconti (1682-1755); os padres Giacomo Cadolini, Bento da Fonseca, João Brewer, Francisco Migliavacca Vercelli, José Rangel, Anselmo Eckart (1721-1807) e João Ritter.

Os assuntos, de modo geral, eram relacionados às missões, uma vez que seguiam as recomendações da Ordem: enviar informações e relatos detalhados sobre as ações missionárias. Além de relatar sobre suas atividades religiosas, em algumas cartas, escreveu sobre sua vida e suas realizações (MALAGRIDA, 2012).

A primeira carta foi escrita ao padre Geral Miguel Angelo Tamburini, no ano de 1722, redigida da cidade de Belém, já que o padre já havia deixado o Maranhão havia quase um ano. Os relatos eram sobre o comportamento das pessoas em relação ao descaso com a religião. Mas, como boa realização, destacou as atividades da Companhia da Boa Morte, uma associação dedicada à Nossa Senhora da Boa Morte, que contava com quatrocentos sócios e atividades mensais. Outra atividade desenvolvida era o recebimento de confissões e pregações. No final da carta, solicitou ao padre Geral permissão para que fosse promovido à Profissão Solene, que correspondia aos últimos votos da Companhia de Jesus.

Do padre Geral Miguel Angelo Tamburini, existe o registro de quatro cartas, a última do ano de 1727, em que o padre Gabriel Malagrida relatou sua condição de descontentamento em diversos aspectos. O primeiro foi em relação aos colonos portugueses, o padre era contrário à forma com que tratavam os indígenas.

Admoesto as autoridades por tempo acerca de tudo isso. Não sou ouvido. Sou repreendido como de costume, como que não é bastante conhecedor dos índios e de pouca utilidade para a Coroa. Outros me atribuem até coisas piores: que sou estrangeiro, que sou italiano, e por esta razão suspeito e abertamente condenável à Inconfidência do Rei. Houve não poucas discussões também com o Comandante do Acampamento para o qual também era missionário. Disseram alguns que o repreendo com sermões demasiado e fortes por seus vícios e escândalos [...] E tanto repreendi, que sua principal concubina, que mantinha em sua casa como senhora e esposa, consegui que a afastasse do

convívio. Quer por isso, quer por outra ameaça de separação pelo crime de meretrício, o infeliz e louco Comandante acendeu-se contra mim com furor tal que não poupou nem palavras nem via de fatos (MALAGRIDA, 2012, p. 35).

A relação que havia entre o padre e os colonos portugueses não foi das mais amistosas. Com seus sermões, ele conseguiu converter indígenas, bem como influenciou a separação de muitos amantes, no entanto questionava a relação estabelecida entre colonos e indígenas. Desde o século XVI, logo após o estabelecimento das primeiras missões na América Portuguesa, a relação entre colonos e jesuítas sempre foi problemática. Os primeiros missionários, além do trabalho missionário aliado ao projeto colonizador português, tiveram que desenvolver um trabalho de manutenção da fé nos colonos portugueses, já que se aproveitavam da situação de mando e dos costumes indígenas para se comportarem de maneira julgada inadequada pelos membros da Ordem (FURLAN, 2013). Comportamento que perdurou até o século XVIII.

Devido à relação que se estabeleceu entre ele e os colonos, o padre chegou a pedir, na mesma carta, sua transferência para outras missões, demonstrando interesse de ir para a Holanda, mas, como sempre, se pôs à disposição e decisão da Ordem e do padre Geral (MALAGRIDA, 2012).

Outros assuntos são abordados, como a missão que realizou junto aos guaranés e aos barbados, bem como as dificuldades enfrentadas; sua condição precária de saúde e a falta de assistência e o trabalho que era realizado com crianças indígenas que eram levadas para serem criadas no colégio do Maranhão.

As cartas ao padre Geral Francisco Retz são dos anos de 1730, 1734, 1736 e 1746, totalizando quatro cartas. Os assuntos, de modo geral, eram sobre os resultados obtidos nas missões. Na primeira carta, informou a continuidade das atividades que tinham sido atribuídas pelo padre Geral Miguel Angelo Tamburini, a “[...] obrigação de descrever ao Superior de Nossa Ordem e ao seu Conselho tudo que mereça ser relatado das missões religiosas, que costume dar [...]” (MALAGRIDA, 2012, p. 58). O padre relatou algumas dificuldades em relação ao trabalho de professor de Teologia e Humanidades. Como fazia algum tempo que não se dedicava aos estudos, e, devido a isso, solicitou autorização para sair

em missão, porque, em seu entendimento, ao realizar missões, conseguiria obter melhores resultados na conversão de indígenas.

A este ponto, eu não posso, novamente, deixar de me oferecer e pedir suplicando a Sua Paternidade para que, pelo menos depois de ter bem concluído este segundo semestre de Teologia, me designe e me consagre a estes exercícios e procurar missões, onde resplandeça mais esperanças e frutos.

Parece ser quase uma provocação supérflua esta minha [...] Preferem-se suas particulares comodidades e de uma só aldeiazinha ou provisão de ofícios, como sempre se fez [...] (MALAGRIDA, 2012, p. 67).

O pedido do padre ao Geral Francisco Retz reforçava sua preferência pelas missões, a atuar como professor. Além da justificativa de que não se dedicava aos estudos, o trabalho missionário apresentava melhores resultados por meio da catequese, ou pelos atendimentos e pregações, ou nas obras que realizava, de reforma ou construções de igrejas, seminários e casas de recolhimento.

A intenção do padre Gabriel Malagrida era expandir a abrangência das missões. Em outra carta, do ano de 1730, demonstrou descontentamento em relação a ação de seus superiores e companheiros por se sentir obrigado a exercer a função de professor.

[...] eu era destinado às expedições piauienses. No entanto, os Superiores me prenderam, obrigando-me a ensinar teologia e, por acréscimo, a ensinar humanidades [...] Obedecerei, contudo, ainda que entenda ser de maior fruto cultivar aqueles campos [piauienses] do que instruir os escolásticos [...]

[...] me ocupe pelo restante de minha vida em expedições ainda mais frutuosas. Nada me será de maior alegria e favor! (MALAGRIDA, 2102, p. 62).

O trabalho missionário foi tratado em outra carta do ano de 1736, quando já havia retornado para missões na região da Bahia. Na carta, solicitou ao Geral Francisco Retz esmolas e a autorização para tratar os negros da mesma forma que os indígenas, ou seja, convertê-los, para a realização do sacramento da crisma.

Endereçada ao padre Geral Inácio Visconti, consta apenas uma carta, de 1754, contudo, conforme o teor, podemos dizer que houve outras trocas de

correspondência em datas anteriores, ainda foi demonstrado existir uma relação de amizade entre eles. A carta foi enviada de Lisboa e, nela, o padre Gabriel Malagrida relatou suas realizações na corte portuguesa, bem como a assistência que deu à Rainha no período que antecedeu sua morte. Outro assunto abordado na carta relacionava-se às dificuldades que o padre já enfrentava.

Aproveito do teu conselho para descansar e recuperar as forças, a fim de me aplicar totalmente ao trabalho e ao cuidado não ordinário de cultivar com os exercícios espirituais aqueles conventos que os quiserem seguir.

[...]

Falta-me tempo. Com um pouco mais de tempo, responderei às tuas cartas e àquelas calúnias, que recebi já como um presente insigne de Cristo. Nem uma palavra acrescentarei a isso, a não ser que me obrigue a autoridade de confessor (MALAGRIDA, 2012, p. 135-136).

Podemos afirmar que a perseguição ao padre ficou mais acirrada, visto que, mesmo antes da morte da Rainha, foi afastado do Paço Real e teve suas atividades limitadas.

A troca de correspondências com outros padres abordava temas recorrentes de outros escritos e de sua vida missionária, como sobre a construção de seminários, casas de recolhimento, a reconstrução de igrejas e a necessidade de angariar esmolas e recursos para a execução das obras. Os assuntos das cartas eram diversos e, mesmo em Lisboa, o padre não se descuidou de suas obras na América Portuguesa, conforme consta na carta do ano de 1754, enviada ao padre João Brewer, que, por meio de uma procuração, orientou a construção de um seminário na cidade de Cametá, no Pará.

Em outras três cartas, constatamos, novamente, as dificuldades encontradas pelo padre em relação ao exercício do poder dos ministros após a morte da Rainha. Uma carta, do ano de 1755, destinada ao padre José Rangel, contém seu relato sobre a dificuldade de encontrar um local para estabelecer uma casa para a prática dos Exercícios Espirituais, porque o rei D. José I e o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo agiram de tal modo que ficou limitada sua atuação.

Na carta que escreveu ao padre Anselmo Eckart, no ano de 1756, abordou a questão do poder que era exercido pelo ministro português, a ponto de ele ser

expulso do palácio real e, posteriormente, expulso da cidade, por ter contrariado o poder do ministro ao afirmar que o terremoto de 1755 não fora apenas uma causa natural, mas sinal de um castigo divino.

Tendo-se espalhado vários folhetos pela cidade de Lisboa, que, pondo de parte qualquer intervenção da Providência, atribuíram o terremoto apenas a causas naturais, e não havendo ninguém que se atrevesse a contradizer tão temerárias e ímpias afirmações, eu, o menor de todos, desci à arena, tomei a pena, e apoiado no testemunho de muitos Santos Padres, demonstrei que este terrível tremor de terra era sinal claro da ira de Deus.

Isto desagradou de tal modo o Primeiro-Ministro Carvalho e Melo, que me expulsou da cidade para o colégio de Setúbal (MALAGRIDA, 2012, p. 157).

Os seus desentendimentos e sua expulsão foram temas de uma carta escrita, no ano de 1757, ao padre João Ritter.

Nada é mais odioso que meu nome por alguns potentados lá no Palácio. [...].

Queres conhecer a causa do crime? Neste tratadozinho tens tudo. Ousei escrever contra esta pestilente doutrina, que com tanto cuidado se promovia no Palácio Real. Isto é: o terremoto tão horrível devia ser atribuído a causas meramente naturais, e não às nossas culpas e ira de Deus, vingador das mesmas.

Ai de mim! Como fui acusado, oprimido, não escutado, condenado e afastado do Palácio Real e da cidade. Neste afastamento de tudo, já conto oito meses. [...] (MALAGRIDA, 2012, p. 176-177).

As ações contra os jesuítas não eram dirigidas somente ao padre Gabriel Malagrida, na mesma carta, relatou “[...] pantominas que se levantam falsamente contra nós na Vice-Província do Maranhão [...] Como o Pe. Roque Hundertpfund, que me substituiu [...] e como tenha sido expulso com outros três companheiros” (MALAGRIDA, 2012, p. 175-176), mas, com a intercessão do padre Gabriel Malagrida junto ao rei, foram enviados para a Alemanha.

Para a rainha D. Maria Ana, escreveu duas cartas, ambas no ano de 1753. O assunto principal versou sobre a dificuldade para a realização de suas obras após retornar da viagem a Portugal. Informou sobre o desentendimento com o governador-geral, as proibições do bispo para a edificação de suas obras e de como era maltratado. Solicitou que a Rainha lhe concedesse poderes semelhantes aos que foram concedidos ao padre António Vieira, por D. João IV

(1604-1656, rei desde 1640): “Se VV. MM. querem estas obras tão importantes e necessárias, é mister que me passem uma ordem [...] em tudo que for missões, exercícios e estas fundações, não só não me neguem a licença, mas me ajudem com todo esforço possível” (MALAGRIDA, 2012, p. 123). Lembrou ainda a necessidade da construção de uma casa de Exercícios Espirituais em Lisboa, conforme promessa feita por D. José I.

Algumas cartas foram escritas para amigos e nobres, e existe uma sem identificação. Os assuntos novamente são o recebimento e a necessidade de mais doações, das causas e do texto escrito sobre o terremoto de 1755. O maior número de cartas apresentadas são as que foram enviadas para a Marquesa Leonor Tomásia de Távora, um total de dezessete entre os anos de 1756 a 1758. Os temas mais recorrentes nas cartas a ela enviadas são sobre a necessidade da construção de casas para a realização dos Exercícios Espirituais, a importância de sua prática por todos como forma de salvação, a constante necessidade de angariar recursos para a continuidade de suas obras, bem como, em algumas cartas, o agradecimento pelo recebimento das doações da Marquesa e conselhos para que, juntamente com sua filha, seguissem uma vida de práticas religiosas.

Em duas cartas, o padre Gabriel Malagrida tratou do tema do terremoto em Lisboa, de 1755, e da reação que o texto causou, “Dizem que o meu *Juízo no terremoto* despertou outros terremotos e que realmente estou arguido e condenado por infamar nele muita gente [...] (isso seja dito entre nós, para que veja a muita confiança que faço de V. Ex^a.)” (MALAGRIDA, 2012, p. 147). De fato, demonstrava confiança nas cartas que enviou à Marquesa.

Em outra carta enviada à Marquesa, no ano de 1757, o padre relatou sua condição de vida. Ao mesmo tempo em que continuava a realização de suas obras, deparava-se com dificuldades por sua condição de perseguido, com a proibição de sair em viagem e missão. Demonstrou interesse em viajar para visitá-la e de realizar novas missões, como no Porto e em Évora, mas, em ambos os casos, não tinha autorização de seus superiores, e por isso demonstrava um sentimento de solidão em sua obra. Expressou-se a este respeito: “Estranho que (ele) tenha tantos ajudantes e eu nenhum. Não sinto mais que [...]almas [...] em tantos e tantos, este desejo pareceu-me importante ao serviço do meu Amo [...]” (MALAGRIDA, 2012, p. 179). Apesar de não contar com ajudantes, ou com as

mesmas condições em que realizou missões anteriores, continuava com dedicação extrema à sua obra religiosa.

No ano de 1758 escreveu uma carta ao Papa Clemente XIII relatando seu afastamento para Setúbal, a perseguição a outros membros da Companhia de Jesus e sobre a opinião que expressou no texto de 1756, em que afirmou que o terremoto de 1755 não era resultado de causas naturais. Outro tema que abordou foi sobre o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo: “Este é o arquiteto de tanta ruína, de um trabalho para obscurecer o esplendor e o nome da nossa Companhia, foi ele que apertou demasiado seus olhos com seus escritos satíricos famosos.” (MALAGRIDA, 2012, p. 201), em relação à Ordem e à sua atuação, assim como sobre ele mesmo.

Contra mim, sobretudo, vomitou a dureza de seu fel que a longo coletou.

Fui afastado da Corte, proscrito da cidade, no Colégio de Setúbal, como que preso por guarda. Mas qual a causa desta repentina relegação?

Porque refutei as razões naturais, apresentadas pelos libertinos, acerca do terrível terremoto que sacudiu Lisboa.

[...] Carvalho acusou o Tribunal da Santa Inquisição, acusou a Cúria Patriarcal, acusou o Senado do Reino já que três magistrados aprovaram meu sermão e deram impressão para imprimir (MALAGRIDA, 2012, p. 201).

Ao escrever o texto sobre o terremoto o padre Gabriel Malagrida tinha uma intenção religiosa, com o objetivo de expor sua forma de pensar sobre o comportamento da sociedade de Lisboa. Além disso, justificava que o texto que escrevera sobre o terremoto havia sido aprovado para impressão e divulgação.

O texto, intitulado **Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755. Pelo Padre Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, missionário apostólico**. Trata-se de um texto, com trinta e uma páginas, em que o padre aponta as causas do terremoto como um castigo divino, o qual foi aplicado com maior intensidade na cidade de Lisboa, segundo o autor, devido ao mau comportamento da sociedade, que tinha preferência por festas, teatros, danças, ao invés de se dedicar à participação em sermões, festas sagradas e missões religiosas. O padre, “[...] com efeito, alegava

que a imoralidade era lugar-comum em Portugal e que, conseqüentemente, o castigo infligido por Deus era perfeitamente legítimo [...]” (PIRES, 2012).

O texto recebeu licença para publicação e circulação do Santo Ofício, concedida por António Ribeiro Silva, Francisco Mendo Trigoso e Simão José Silveiro Lobo, representantes do Ordinário; de Amaro Duarte Silva, Juiz do Tribunal da Legácia; de Manuel Monteiro, do Desembargo do Paço e da Congregação do Oratório. Além da licença final:

Que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício, ordinário, e depois de impresso tornará à Mesa para se conferir, e taxar, e dar licença para que corra, que sem ela não correrá.
Lisboa, 1 de Setembro de 1756.
Duque P. Carvalho. D. Velho. Pacheco. (PACHECO, 1756, p. 36, atualização ortográfica)³.

Como em todas as suas ações, o padre Gabriel Malagrida justificou o texto como uma missão divina, um alerta a toda a sociedade de Lisboa para a condição de pecado em que vivia. Considerava estar prestando uma ajuda fundamental à sua pátria: “Se o maior serviço que pode fazer um cidadão fiel à sua pátria e descobrir-lhe os inimigos mais pérfidos e perniciosos que lhe maquinam ruínas e tragédias as mais funestas e deploráveis à sua Monarquia [...]” (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4, atualização ortográfica)⁴.

A característica da religiosidade do padre Gabriel Malagrida e sua crença fervorosa nos desígnios de Deus sempre foram marcantes em sua ação, vividas de tal modo que tudo estava relacionado ou era explicado pela ação divina. A intenção de fazer valer os ideais da Companhia de Jesus era porque queria a conversão dos homens para a Igreja Católica e seguidores dos preceitos idealizados por Inácio de Loyola.

Com o texto sobre o terremoto de 1755, ele tentou comprovar, por meio de vários exemplos, que o povo de Lisboa, apesar de um estilo de vida moderno,

³ Que fe poffa imprimnir, vistas as licenças do Santo Officio, e Ordinario, e depois de impreffo tornará Á Mefa para fe conferir, e taxar, e dar licença para corra, que fem ella naõ correrá. Lisboa o 1. de Setembro de 1756. Duque P. Carvalho. D. Velho. Pacheco (PACHECO, 1756, p. 36).

⁴ Se o maior servico que pode fazer hum Cidadão fiel á fua Patria, he defcobrilhe os inimigos mais pérfidos, e perniciofos, que lhe maquinão ruinas, e tragedias as mais funéftas, e deploraveis á fua Monarquia; [...]. (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4)

tinha por obrigação seguir uma vida regrada pelos preceitos religiosos e não deveria cometer pecados, segundo o que julgava a Igreja Católica, e realizar constantemente a prática dos Exercícios Espirituais.

Em relação às causas naturais, afirmou: “Quem pode duvidar de que concorressem ou pudessem concorrer as causas naturais? O ponto é: Deus se valeu ou não se valeu delas para castigo das nossas culpas, que já passavam a medida por ele determinada” (MALAGRIDA, 1756, p. 22, atualização ortográfica)⁵. O terremoto foi uma forma que Deus utilizou para castigar os homens por seus pecados, conforme entendimento do padre Gabriel Malagrida, em um movimento individual, mas em relação ao comportamento social de Lisboa, já que, em outras cidades, onde foram realizadas penitências em estilos variados e com sentido de entrega, não houve grande devastação ou perdas como houve em Lisboa.

O prenúncio desse acontecimento, segundo o padre, foi a morte da rainha D. Maria Ana e o comportamento da sociedade portuguesa ao preferir o mundo profano e não o religioso. Para as festas profanas, os salões ficavam lotados, cheios de danças, apresentações teatrais e tudo mais que incitasse ao pecado. Nas celebrações e ritos, as igrejas, as sessões de prática de Exercícios Espirituais, os sermões, por mais necessários que fossem, não atraíam um público representativo.

Esta, oh, Lisboa, é a verdadeira causa do terremoto, e o juízo que dela forma quem te deseja o maior bem, e o mais empenhado que a Corte se veja no seu antigo esplendor, para coroa imortal e de Sua Majestade, aumento de toda a Monarquia, e, sobretudo, para maior honra e Glória de Deus (MALAGRIDA, 1756, p. 31, atualização ortográfica)⁶.

O texto sobre o terremoto de 1755 não foi o único que contribuiu para que a situação do padre Gabriel Malagrida se complicasse em relação ao poder

⁵ Quem póde duvidar, que tambem concorreffem, ou pudeffem as caufas naturaes? O ponto he, fe Deos fe valeo, ou naõ valeo dellas para caftigo das noffas culpas, que já paffavaõ a medida por elle determinada [...] (MALAGRIDA, 1756, p. 22).

⁶ Efta oh Lisboa, he a verdadeira caufa do terremoto, e o juizo, que delle fórma, quem te defeja o maior bem, e o mais empenhado, em que a Corte fe veja no feu antigo efplendor, para coroa imortal de Sua Mageftade, augmento de toda a Monarchia, e fobre tudo para maior honra, e gloria de Deos.

exercido pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Durante o período em que esteve na prisão da Inconfidência, na fortaleza de Junqueira, de 1759 a 1760, escreveu um tratado, denominado **Vida e Império do Anticristo**. A atualização deste escrito foi realizada por Govoni (2013), organizada com um próêmio, dezoito capítulos, notas explicativas e anexos, com o objetivo de facilitar a leitura e o entendimento.

No texto, o padre Gabriel Malagrida privilegiou a trajetória de um indivíduo que foi descrito e constituído como o contraponto da imagem e dos preceitos pregados por Jesus Cristo. Ele não seria o Diabo, e sim o filho dele, instruído para dominar e eliminar a religião católica. O texto foi produzido em uma situação diversa de outras produções do padre, já que ele estava preso, sem possibilidades de consulta a fontes e sem recursos materiais. Além disso, havia toda a questão política e social das ações e condições da Companhia de Jesus e seus membros, e uma maior pressão sobre o padre Gabriel Malagrida.

As circunstâncias vividas por ele colaboraram para a atribuição de credibilidade e validade do texto em seus aspectos literário, espiritual, religioso e histórico.

Não parece que tenha grande valor literário, apesar de sua capacidade de escritor dramático em língua portuguesa [...] surpreende por escrever [...] sem que haja uma qualquer correção no texto, ou releitura do que escrevia. Dá impressão de uma coletânea de papéis escritos em várias oportunidades [...]. Quanto ao valor espiritual é uma apresentação de seus valores morais no estilo de seus sermões das missões populares [...]. Quanto ao valor histórico, fica ainda mais difícil estabelecer as confirmações dos eventos não só do passado, mas também do presente e sobretudo do futuro, considerado o gênero profético messiânico. [...] que afirma lhe serem comunicados pelos “supremos locutores divinos”. Ou se aceita tudo o que fala como vindo do alto e inquestionável ou se rejeita e se reduz tudo a uma percepção subjetiva, cuja única garantia de verdade é a sua palavra, como ele a apresenta, revelada “*ab alto*” (GOVONI, 2013, p. 10-11).

A autenticidade do texto foi questionada. O escrito não ficou na posse da Companhia de Jesus, foi usado como prova documental na Sentença do Tribunal da Inquisição. Havia dois questionamentos: o texto seria uma produção em um estado de perturbação mental de um padre com idade avançada ou uma

falsificação? A comprovação da autenticidade do texto só foi realizada no ano de 1993.

Levamos o caso para uma análise diplomática do manuscrito. A partir da hipótese de falsidade, ao Prof. Dr. Eduardo Borges Nunes, do Tribunal Judiciário de Lisboa, especialista em “diplomática e escrita antiga”, para que desse seu parecer. No dia 12 de dezembro de 1993, após um exame de duas horas de perícia caligráfica, declarou que o texto que estava no Tombo de Lisboa [...] comparado inclusive com uma carta de Malagrida de 27/9/1956, era autêntico [...] (GOVONI, 2013, p. 13).

O texto original está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, no maço sob a cota 8064, com o título **Processo do padre Gabriel Malagrida** na sessão de arquivos pombalinos. Além da versão original, existe uma versão digital que possibilita a consulta. Trata-se de um documento com 2033 páginas, contendo os depoimentos, o texto sobre o terremoto de 1755, o tratado sobre a vida e o império do Anticristo e a sentença do julgamento do padre Gabriel Malagrida (BIBLIOTECA DA TORRE DO TOMBO, 2015).

A obra foi escrita, afirmou o próprio padre, a partir de revelações, previsões ou visões que teve durante seu encarceramento. Teve como interlocutores, Jesus Cristo e a Virgem Maria, que orientaram e ditaram o que deveria e foi escrito, segundo suas palavras. O tema abordado no tratado estava presente nas suas pregações e sermões. E era costume se referir ao anticristo na época.

Esta imagem soberba do Anticristo e seu projeto destruidor, parece ter origem a partir da prisão da Inconfidência [...] e do decreto de expulsão dos Jesuítas do Brasil e Colônias em 3/9/1759 e se originaria, daí também, a possível alusão a Pombal, como um dos Anticristos (GOVONI, 2013, p. 9).

Com um caráter religioso informativo, o texto foi unicamente a expressão do pensamento e revelações tidas pelo padre, condição que causou e causa questionamentos pela sua validade, utilidade e objetivos. Pondera Govoni (2013, p. 10): “Às vezes dá a impressão que queria escrever mais uma ‘utopia’ ao modo dos filósofos da renascença (Morus, Campanella), que apresentavam o futuro para esclarecer ou criticar a vida sócio-política da época, e demais mazelas do tempo em que viviam”.

Há de se reconhecer o valor documental do texto relacionado com a vida, obra, época e modo de ser e pensar do autor. Mesmo que tenha sido inspirado, ou escrito de forma perturbada, pelas condições mentais do padre, como se alegou, o texto traz em seu desenvolvimento características do estilo de vida e prática religiosa, forma em que viveu e se entregou até a sua execução sem renunciar ou contradizer sua fé.

Conforme consta nas biografias escritas por Mury (1992) e Rodrigues (2010), o padre Gabriel Malagrida se dedicava de forma integral à realização dos trabalhos missionários. Por isto, em muitos momentos, descuidava da própria saúde e cuidados pessoais, chegando ao ponto de não medir as consequências de suas ações para atingir os objetivos missionários propostos, seja por meio da evangelização, da construção de obras, ou da redação de um texto que alegou ser ditado e/ou inspirado pela Virgem Maria e Jesus Cristo.

No proêmio, o padre Gabriel Malagrida se posicionou sobre a contrariedade em escrever o texto, só o realizou por se tratar de uma ordem da Virgem Maria e de seu Filho. Ele tinha consciência de que os temas tratados no texto abordariam situações ainda não vivenciadas, mas como se tratava de uma ordem santa, mesmo resistindo, executou a obra.

[...] O que direi são todas coisas futuras e até agora não experimentadas pelos mortais. Diria até, que são quase inalcançáveis [...].

[...] que nunca poderia apresentar e comunicar estas revelações divinas se de fato, não as tivesse recebido e soubesse serem divinas. Quantas vezes resisti e pedi para ser dispensado disso ou que fosse entregue a outros operários.

[...]

Acontece que nesse mesmo tempo em que escrevo isso, escuto a Beatíssima Virgem, clara e distintamente, repetir com seu Filho divino: O que duvidas? O que temes? O que te freia em executar o que te mandamos? Prefere ser mais semelhantes ao Anticristo idólatra, que a Jesus Cristo meu filho? Tu farás o trabalho. Eu já escolhi [...] (MALAGRIDA, 2013, p.21-22).

Embora demonstrasse contrariedade em várias partes do desenvolvimento do texto, o padre realizou a tarefa, sempre com a justificativa de que se tratava de uma missão divina e informativa sobre o Anticristo, aceitando-a como forma de prevenir sobre tais acontecimentos.

No processo de organização e desenvolvimento do texto, predomina o aspecto sequencial, ou seja, da origem do Anticristo, sua pátria e seus pais, seu nascimento, educação, sua religião, os projetos de expansão para dominação e constituição de seu império, seus casamentos, filhos, a sucessão e a instituição de seu culto em detrimento da fé em Jesus Cristo.

A terra de nascimento do Anticristo seria a Itália, como afirma Malagrida (2013), filho de uma monja e um padre. Sua mãe, antes da vida religiosa, tinha comportamentos lascivos, os quais continuaram quando ingressou no convento, fato que gerou um relacionamento com um padre e a gestação de uma criança que foi tomada como filho do Diabo. Este filho foi constituído como seu representante e realizador de suas obras e feitos por toda área possível, e sua intenção seria dominar o mundo e constituir um império. Apesar de nascido na Itália, seu império teria como sede a Arábia.

O Anticristo descrito no texto é a personificação do Diabo. Ele receberia habilidades de acordo com suas realizações, além disso, teria condições de realizar magias e fazer contatos com espíritos. Trataria não só das questões espirituais, como teria que lidar com questões financeiras para a realização das empreitadas de conquista e manutenção de seu império, assim como estendê-lo. Os recursos financeiros seriam uma das dificuldades que ele teria que administrar. Outro obstáculo estaria ligado às derrotas sofridas, que gerariam desgastes pessoais, somado à dificuldade da manutenção das estruturas e áreas dominadas. Junto com as derrotas, viria a descrença no poder do Anticristo pelos seus acompanhantes, o que causaria uma dispersão em seu exército de seguidores de seus ideais (MALAGRIDA, 2013).

Após descrever toda a ação do Anticristo, no final do texto, não há uma conclusão se haveria a efetiva instituição do Império do Anticristo. Não há uma conclusão do texto, o capítulo dezoito não apresenta um final. De acordo com os desdobramentos dos fatos, podemos inferir que foi o momento em que seus escritos foram retirados das mãos do padre pela Inquisição. No desenvolvimento do texto, o padre Gabriel Malagrida discorreu sobre outros temas relevantes do momento histórico, social, religioso e político, com destaque para os assuntos relacionados à Companhia de Jesus, às perseguições, ao controle das ações missionárias e à relação com a Coroa Portuguesa.

O texto pode ser considerado como o registro dos fatos que o padre viveu, ou seja, a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo ao poder, no cargo de ministro português e, conseqüentemente, a perseguição à Companhia de Jesus como forma de legitimação de seu poder, uma vez que os membros da Ordem exerciam influência nas cortes como confessores dos nobres. Além disso, a atuação nas missões colonizadoras possibilitava aos membros da ordem desfrutar de credibilidade, liberdade e poder administrativo.

De modo geral, os escritos do padre Gabriel Malagrida, cartas ou tratados, constituem documentos que representam sua personalidade, forma de pensar e agir, em uma entrega total para as ações missionárias da Companhia de Jesus no cumprimento de seu ideal: Para a maior glória de Deus. A forma de agir do padre, sempre ao extremo para a realização de sua missão, atraiu reações de aprovação e desaprovação, no sentido de que, ao longo de tempo, atraiu seguidores e perseguidores.

Seus seguidores reconheciam sua atuação missionária como forma de auxílio e contribuição para a melhoria das condições de vida e salvação da alma. Em contrapartida, seus perseguidores, como o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, tomaram-no como símbolo de poder, tendo em vista a ação que ele tinha junto à Coroa portuguesa e entre os brasileiros, incluindo sua representatividade junto à Companhia de Jesus, que significava um impedimento para a concretização de seu poder como ministro português.

Ao escrever seus textos, o padre Gabriel Malagrida, além de desempenhar um papel formativo e de cunho religioso, fazia uma crítica ao governo português e às ações reformadoras propostas por D. José I e seu ministro. A crítica feita de acordo com sua concepção de mundo, ou seja, de acordo com os preceitos cristãos e formativos da Companhia de Jesus.

Com a obra **Juizo da Verdadeira Causa do Terremoto que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755** (1756), ele justificou que as causas do terremoto eram devido ao comportamento e à condição da sociedade, em particular a de Lisboa.

O abalo sísmico que ocorreu em 1755 foi utilizado como uma metáfora para as ações reformadoras e as conseqüências desastrosas para a Companhia de Jesus e seus membros, que, devido ao poder e à ação do ministro Sebastião

José de Carvalho e Melo, vivenciaram “abalos e tremores” nas estruturas da Ordem. Após o terremoto, Lisboa foi reconstruída de acordo com as orientações modernizadoras do ministro josefino, que incluíam uma nova Ordem religiosa no controle da educação.

Na obra **Vida e Império do Anticristo** (2013), valendo-se de um discurso profético e místico, o padre fez críticas, em especial, ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, que pode ser associado ao Anticristo. O Anticristo descrito pelo jesuíta organizava um novo império sem os preceitos cristãos. De modo semelhante, em Portugal, as reformas do governo josefino não incluíram a participação da Companhia de Jesus na sociedade e corte portuguesa. Por decorrência, no livro do padre, o responsável por acabar com os preceitos cristãos foi o Anticristo e, em Lisboa, o responsável por acabar com a Companhia de Jesus foi o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

No contexto de reforma do século XVIII, durante o reinado de D. José I, no embate pelo poder, cada lado utilizou as estratégias possíveis para continuar com o *status* que tinham. A Companhia de Jesus e seus membros, em particular o padre Gabriel Malagrida, utilizaram seus escritos com objetivo formativo para que o controle da educação permanecesse com os jesuítas. Por outro lado, D. José I e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo tinham o controle do Estado nas mãos e, por isto, poderiam, criar e aplicar leis, fazer nomeações para cargos e conduzir as tomadas de decisões de acordo com o interesse do governo. A ação do padre Gabriel Malagrida não foi única, mas foi a que serviu como demonstração da capacidade de poder do Estado governado por D. José I e seu ministro. Os jesuítas, apesar de uma estrutura sólida, não tinham o aparato do Estado sob seu controle como o monarca e seu ministro, o que fez prevalecer as reformas modernizadoras, a perseguição aos jesuítas até a expulsão da Ordem de Portugal e seus domínios, bem como a execução do padre Gabriel Malagrida.

4. UM PROJETO EDUCATIVO: A IMPRENSA PORTUGUESA E A AÇÃO DO PADRE GABRIEL MALAGRIDA

A presente seção tem como objetivo analisar a educação no contexto histórico da ação do padre Gabriel Malagrida no século XVIII. Para tanto, será necessário a retomada da análise de sua trajetória como missionário bem como de suas obras e cartas. Na seção anterior a análise realizada foi realizada na perspectiva histórica, não há uma intenção de repetição na discussão sobre a vida e obra do jesuíta, e sim, uma organização da estrutura do trabalho, que em um primeiro momento foi historiográfico, e agora toma a perspectiva da historiografia da educação.

A Companhia de Jesus, desde o início de suas atividades na segunda metade do século XVI, manteve estreitas relações com os monarcas portugueses. Com o convite de D. João III, deu-se início a uma relação que durou até os primeiros anos do reinado de D. José I, mais precisamente em 1759, quando a Ordem foi expulsa das terras portuguesas e de seus domínios, ocorrendo sua extinção no ano 1773.

Durante os reinados joanino e josefino, a atuação do padre Gabriel Malagrida foi além da missão religiosa, atuou na educação e, ainda que de forma indireta, envolveu-se em projetos educativos e sociais. Sua atuação continuou mesmo após a ascensão de D. José I ao trono e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro.

A partir de ano de 1750, a ação do padre Gabriel Malagrida não diminuiu, porém ele iniciou uma ação contrária às reformas impostas pelo reinado josefino, comandadas por seu ministro, do qual destacamos o controle sobre a educação. Para entender este contexto, analisaremos a sua atuação educacional antes e durante o reinado de D. José I, assim como o papel da imprensa portuguesa no período de 1750 a 1761, para a contextualização de um aspecto educativo que também ocorria na sociedade portuguesa por meios dos periódicos.

4.1. A imprensa portuguesa: análise do período de 1750 a 1761 em dois periódicos

O reinado de D. José I foi marcado por um contexto de reformas modernizadoras, porém, apesar do objetivo de modernizar a sociedade portuguesa, a estrutura de poder se manteve. As reformas, conduzidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, foram marcadas por um governo baseado no despotismo esclarecido, com influências do iluminismo francês, sem, contudo, perder características e particularidades portuguesas. A peculiaridade principal do iluminismo português foi a participação de Ordens religiosas na ação educativa. Antes, a educação estava sob o controle majoritário dos jesuítas, com a expulsão desses religiosos e após as reformas do ensino, a partir de 1759, o controle passou a ser realizado pelos oratorianos e outras Ordens.

Com as reformas, o ministro josefino centralizou e estabeleceu o controle da sociedade, inclusive da imprensa periódica. Este controle, entretanto, não impediu que, durante o reinado de D. José I, fossem fundados quinze periódicos (CUNHA, 1941).

A imprensa tem importante papel em uma sociedade, além disso, é um instrumento valioso para pesquisar o contexto histórico de uma determinada sociedade e entender as transformações nela ocorridas. É este reconhecimento que justifica a análise de dois periódicos em circulação naquele momento na sociedade portuguesa, para melhor entendimento de seu contexto histórico e as transformações provocadas pelas reformas. O período delimitado para pesquisa e análise dos periódicos vai do ano 1750 a 1761, que corresponde, sobretudo, à ascensão de D. José I ao trono, ao início das reformas na sociedade portuguesa, à perseguição e ao fim do poder hegemônico exercido pela Companhia de Jesus, ao terremoto de 1755, ao atentado de 1758 contra D. José I e à perseguição, prisão e execução do padre Gabriel Malagrida.

Entre os periódicos em circulação na época foram selecionados: a **Gazeta de Lisboa** e a **Academia dos Humildes e Ignorantes**. A opção pela **Gazeta de Lisboa** deve-se ao fato de ser o periódico que teve o mais longo período de circulação, do ano de 1715 a 1833, com pequenos períodos de suspensão para readequação. Segundo Cunha (1941, p. 70): “A sua agitada existência

acompanhou de perto as agitações políticas de diversos reinados, desde o de D. João V até ao de D. Maria II”. Já a escolha do periódico **Academia dos Humildes e Ignorantes** deveu-se ao seu conteúdo teológico enciclopédico, cujo objetivo era instruir as pessoas, eclesiásticas ou seculares. Sua circulação foi do ano de 1758 a 1770.

O século XVI marcou, na Europa, o aumento da circulação de folhas avulsas, com o objetivo de noticiar os acontecimentos relacionados ao mercado comercial, não havia o objetivo de fazer circular informações sobre questões sociais, econômicas e políticas. Já em Portugal, além da circulação da imprensa estrangeira, as primeiras folhas escritas e postas em circulação no país abordavam uma gama de assuntos diferenciada.

Em Portugal, temos conhecimento da existência de papéis informativos avulsos desde o século XVI. Mas estas primeiras folhas manuscritas que nos foi dado conhecer, além das notícias sobre o comércio incidem também sobre acontecimentos extraordinários de grandes batalhas, naufrágios, catástrofes naturais ou fenómenos prodigiosos que preenchiam todo o número, ou com muito variadas notícias sociais, políticas nacionais e estrangeiras (TENGARRINHA, 2013, p. 28).

Além dos informativos avulsos, ou folhas avulsas, sequencialmente, circularam em Portugal os folhetos, que se assemelhavam ao que seriam as futuras gazetas, contudo, não podem ser equiparados a elas devido à falta de confiabilidade nas informações veiculadas. As gazetas, por sua vez, se diferenciavam dos folhetos tanto na credibilidade das informações como em sua produção e quantidade que circulava entre os leitores.

Ainda no século XVII, houve a circulação do primeiro periódico no estilo de gazeta, com seu primeiro número publicado no ano de 1641, início das Guerras da Restauração. De acordo com Tengarrinha (2013, p. 50): “Constituía, pois, um empreendimento jornalístico com um objetivo político circunstancial e bem determinado, visando criar uma corrente de opinião favorável à causa nacional [...]” em relação à Espanha. Além disso, havia as notícias que se faziam circular sobre seus feitos e vantagens em relação aos portugueses, o periódico tinha como objetivo criar uma imagem de valorização nacional.

A primeira circulação desse estilo de periódico ocorreu no século XVIII no ano de 1704, intitulado **Gazeta** e, em 1715, teve início a circulação da **Gazeta de Lisboa**, que trouxe, em suas publicações, não só os conteúdos relativos às questões da corte, mas notícias informativas e de conteúdos geral. Segundo Cunha (1941, p. 67): “A Gazeta de Lisboa foi um dos periódicos que gozaram de maior longevidade em Portugal. Viveu, com alguns intervalos e transformações, através de acidentes vários, até 1833 [...]”.

Com um conteúdo teológico enciclopédico, o periódico da **Academia dos Humildes e Ignorantes** foi escrito em forma de debate/diálogo entre um teólogo, um filósofo, um escrivão e um soldado, e seu conteúdo era destinado à instrução de todas as pessoas, seculares ou eclesiásticas.

[...] versando em suas sumas, entre outras matérias, sobre teologia moral, filosofia antiga e moderna, matemática, direito civil e canônico, ciências, artes liberais e mecânicas, além de notícias do mundo, artigos sobre a vida de Cristo e da Virgem Maria, sobre os santos e sumos pontífices, sobre a história sagrada, eclesiástica e secular, bem como artefactos e mecanismos antigos e modernos (TENGARRINHA, 2013, p. 110).

O século XVIII foi um período de mudança na sociedade portuguesa devido à divulgação das ideias iluministas. Ante a circulação da nova forma de pensar, houve interferência na imprensa periódica, e se percebe com “[...] nitidez as contradições e principais linhas de força do século XVIII, simultaneamente conservador e inovador, formalista e moderno, obscurantista e racionalista, cortesão e burguês.” (TENGARRINHA, 2013, p. 82). Esse processo sinuoso reforçou a caracterização do iluminismo português, que foi marcado pela inovação, mas com o contínuo controle do governo e a manutenção do ensino administrado por ordens religiosas que substituíram a Companhia de Jesus.

O ministro josefino, Sebastião José de Carvalho e Melo, apesar de sua ação reformadora, manteve, além do controle da sociedade, o controle sobre a instrução e a imprensa. Não era possível a circulação de um periódico de conteúdo político ou formador de opinião independente, tais conteúdos seriam embargados de circulação por ele.

Diferente do reinado de D. João III, por exemplo, que, embora tenha sido o instituidor da Inquisição, não levou à execução Gil Vicente (1465-1536) por suas peças teatrais que retratavam o cotidiano da corte de forma caricata e crítica. Foi no século XVIII que a ação inquisitorial passou a ser utilizada como forma de manutenção do poder.

[...] D. José I foi que a ela se recorreu para, em autos de fé, se queimarem, em carne e osso, o comediógrafo António José da Silva e o P. Gabriel Malagrida, e em estátua, o cavaleiro de Oliveira, os quais aliás não teriam certamente sofrido no século XVI o que padeceram no século XVIII.

E quando, como neste último caso, não podia lançar mão aos autores, atiravam-se ao fogo, com solenidade que hoje se nos afiguram de ridículo cerimonial, as obras condenadas. É o que nos recordam o Edital de 10 de Junho de 1768 contra os escritos do P. António Vieira e de outros [...] (CUNHA, 1941, p. 113).

Havia por parte de Sebastião José de Carvalho e Melo o objetivo de controlar a circulação de informações que pudesse demonstrar como as reformas da sociedade portuguesa eram implementadas, assim como a possibilidade da formação de uma opinião pública contrária à sua ação, só era permitido a divulgação de notícias que fossem autorizadas e do interesse da Coroa.

4.2. A estrutura dos periódicos: Academia dos Humildes e Ignorantes e Gazeta de Lisboa

A **Academia dos Humildes e Ignorantes** foi publicada em forma de texto descritivo de suas assembleias. Desse periódico, conseguimos levantar três publicações de assembleias e um índice com todos os assuntos publicados. O levantamento foi realizado em dois arquivos, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca da Ajuda. Três das publicações são de assembleias ocorridas nos anos de 1758 e 1760, a outra publicação se refere a um índice com todos os assuntos tratados nas assembleias do ano de 1764.

A capa das publicações só conseguimos da primeira assembleia e do índice. A da assembleia traz referências ao nome do periódico, um brasão, o ano de 1758 e a informação de que a publicação foi realizada “com todas as licenças necessárias”. A capa do índice registra as informações sobre a publicação.

Intitulado como “Index das cousas mais notaveis de que tratão os seis tomos das Academias dos Humildes e Ignorantes”, traz o ano da publicação, 1764, e a indicação de que foi impresso na Oficina de Ignacio Nogueira Xisto, com todas as licenças necessárias, consta ainda um brasão, diferente do impresso na capa da assembleia.

Na edição do índice foi apresentado o objetivo da publicação do periódico e informa que se tratava de “obra utilíssima para todas as pessoas Eclesiásticas, e Seculares, que não tem livrarias suas, nem tempo para se aproveitarem das públicas”. A média de páginas publicadas eram de sete a oito, e o index conta com duzentos e trinta páginas, em uma publicação de seis tomos.

A análise da **Gazeta de Lisboa** abarca o período de 1750 a 1761, com exceção do ano de 1760, que não foi localizado nos fundos de arquivos, digital ou físico. Durante esse período, pode ser classificada em três fases, a primeira, de janeiro de 1750 a julho de 1752, que se manteve com influências e estilo do reinado de D. João V; a segunda, de julho de 1752 a 1759, demonstra haver uma maior influência do reinado de D. José I e da ação de controle do seu ministro; e a última, no ano de 1761, quando a **Gazeta de Lisboa** passou a ser impressa pela Secretaria do Estado.

Sua estrutura também passou por alteração, na primeira fase, era publicada com edições de oitenta a cem páginas, acompanhada de um suplemento que complementava as notícias e, ao final do número, em nota de rodapé, havia informações diversas, intituladas advertências, em que continham anúncios, publicação de livros com indicação de onde eram vendidos e outros assuntos variados. Na segunda fase, a quantidade de páginas diminuiu, havia edições com trinta e duas ou quarenta páginas, o suplemento foi suprimido e se mantiveram as notas de advertências. Na terceira fase, quando a impressão passou a ser realizada pela Secretaria de Estado, foi mudada a capa, mantido o número de páginas e o suplemento de notícias voltou a ser publicado, intitulado “Suplemento das notícias de Lisboa”, que apresentava notícias de diversas localidades da Europa, anunciadas somente por cidades, sem referência ao país.

Delimitamos as fases de acordo com as mudanças dos responsáveis pela impressão. A primeira fase era impressa na Oficina de José Correa Lemos, com as licenças necessárias e privilégios reais. Em todas as primeiras páginas

constava que a publicação era “com privilégio de sua Majestade”. Na capa, está estampado o brasão real. Já na segunda, a impressão passou para a oficina de Pedro Ferreira, impressor da “Augustíssima Rainha Nossa Senhora”, e a publicação contava com as necessárias licenças. Nessa fase, o brasão real da capa foi substituído para representar o reinado de D. José I, e se manteve a expressão “com privilégio de sua Majestade” na capa. Na última fase, a impressão passou a ser realizada pela Secretaria de Estado, no lugar do brasão, foi impresso um anjo que segurava a bandeira de Portugal, e as edições vinham com a informação de que eram “com privilégio do Rei nosso Senhor”.

As notícias eram apresentadas por país, a maioria da Europa, seguidas de suas cidades. As publicações sobre Portugal sempre eram as últimas, mas também apresentadas por cidades, o que só se modificou na última fase, quando as notícias eram referentes apenas à cidade de Lisboa.

O levantamento dos arquivos da **Gazeta de Lisboa** foi realizado em dois fundos. A maioria foi levantado no portal da Hemeroteca Municipal de Lisboa, em seu arquivo digital (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>), somente os anos de 1753 e 1755 foram levantados nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal.

4.2.1. As publicações da Academia dos Humildes e Ignorantes e da Gazeta de Lisboa

Ao analisarmos dois periódicos publicados entre o período de 1750 a 1761, temos como objetivo analisar o conteúdo das notícias que circulavam na época para traçar um paralelo entre o que foi publicado na imprensa, como um projeto educativo, e o período final de vida e atuação do padre Gabriel Malagrida, na educação, em consequência das reformas do período josefino, ou seja, analisar o contexto histórico de dois modelos educativos e de sociedade.

Desde o início de sua atuação como ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou uma ação contra a Companhia de Jesus e seus membros com o objetivo de eliminar sua atuação de forma significativa em Portugal. Para tal feito, ele organizou uma campanha com propagandas contrárias à ação dos jesuítas. Estas propagandas foram realizadas, de forma mais efetiva, pelo meio impresso,

mas não circulou somente na sociedade portuguesa, sua intenção era a criação de uma propaganda em nível internacional.

Com efeito, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de D. José I, com a sua, medida política pioneira de expulsão da ordem mais influente da Igreja católica e com a sua estratégia diplomática e propagandística, envolveu um número imenso de embaixadores, tipógrafos, artistas, escritores, teólogos, editores de revistas e de jornais, bem como redes de influência política e editorial europeias, para conseguir o intento de ser seguido, neste seu ato, primeiro por outras monarquias católicas e até chegar à conquista maior da extinção da Companhia de Jesus pelo Papa. Com esta sua ação massiva de propaganda tornou-se uma das figuras mais conhecidas do Século das Luzes no plano internacional (FRANCO, 2017, p. XIV).

Para citar um exemplo entre as publicações a respeito da propaganda antijesuítica, podemos destacar a obra **Dedução Cronológica e Analítica**, escrita em dois volumes e com larga propaganda, de acordo com as instruções do ministro josefino, sobre todas as maldades e outros efeitos negativos que a Companhia de Jesus e seus membros teriam causado à sociedade portuguesa.

Parte primeira, na qual se manifestam pela sucessiva série de cada um dos reinados da monarquia portuguesa, que decorreram desde o governo do senhor rei D. João III até o presente, os horrorosos estragos, que a Companhia, denominado de Jesus fez em Portugal, e todos seus domínios, por um Plano, e Sistema por Ela inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reino, até que foi dele proscrita, e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3 de setembro de 1759 (SYLVA, 1767a, p. 9).

A segunda parte da **Dedução Cronológica e Analítica** discorre sobre a proibição da impressão de livros considerados intoleráveis para o bem da igreja, em uma continuidade ao antijesuitismo (SYLVA, 1767b). E, para completar a campanha, há um terceiro livro em que se publicaram “provas” para subsidiar as duas primeiras partes (SYLVA, 1768).

Além da campanha antijesuítica, havia nos textos a intenção de legitimar a soberania do poder do rei sobre a Igreja e, conseqüentemente, sobre a Companhia de Jesus.

Neste livro, ao qual se pretendeu fornecer ampla divulgação, estabeleciam-se os fundamentos do poder dos reis, que lhes vinha directamente de Deus, mas, sobretudo, fornecia-se uma leitura política detalhada dos últimos duzentos anos da história portuguesa, na qual se distinguiam personagens e contextos positivos e negativos (como a deposição de D. Afonso VI e os fundamentos nela invocados), para finalmente se associarem os jesuítas a todos os maus momentos e episódios vividos pela monarquia portuguesa ao longo do amplo período considerado. Por trás de todas as desgraças do passado mais remoto ou mais recente teria estado a mão escondida dos padres da Companhia. Apesar de sua ampla fundamentação, era um texto indiscutivelmente maniqueísta, que inaugurava um registo de escrita que não deixaria de ter alguns sucedâneos futuros. No plano político e intelectual, constitui a melhor ilustração das concepções oficiais adoptadas durante a maior parte do reinado de D. José (MONTEIRO, 2006, p. 202-203).

Se, por um lado, houve a produção de uma propaganda impressa com fins definidos para formar um conceito contrário à Companhia de Jesus e seus membros, ou seja, um projeto educativo para uma sociedade em um contexto de reforma, houve publicações que se restringiram ou não divulgaram nenhuma propaganda ou notícia que tivesse o mesmo conteúdo ou fim. Havia praticamente uma omissão em relação às publicações que pudessem suscitar discussões ou questionamentos sobre a Companhia de Jesus. Esse tipo de publicação que manteve um distanciamento do conteúdo de formação de uma opinião antijesuítica pode ser encontrado nas publicações da **Academia dos Humildes e Ignorantes** e da **Gazeta de Lisboa**.

Com um objetivo bem definido, as publicações da **Academia dos Humildes e Ignorantes** tinham a intenção de levar instrução aos que não tinham acesso a ela. No texto era reproduzido um diálogo e/ou discussão sobre temas diversos, em sua maioria sobre filosofia, sobre a vida e suas condições, sobre reinos e reinados, sobre como funcionava os sinos das igrejas, sobre lavas e vulcões e até mesmo sobre como se formou a cidade de Caldas da Rainha (ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES, 1764).

Indicada para atender da mocidade à velhice, havia ainda a preocupação de como e sobre o que se escrevia para que o objetivo da instrução fosse atingido de maneira satisfatória.

[...] por quanto o principal cuidado de quem escreve para o público, deve ser o proveito comum, tanto na verdade, e na pureza das notícias, como procurando (sem se afastar da matéria que trata) dar bons conselhos; porque só assim se dá utilidade aos humildes, e instrução aos ignorantes (ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES, 1758, p. 3-4).

Ao analisarmos as três publicações das assembleias que levantamos e o índice com todos os assuntos publicados ao longo da circulação do periódico, não foram localizadas discussões ou notas diretamente ligadas ao tema de nossa pesquisa, como, por exemplo, sobre o padre Gabriel Malagrida, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, D. José I ou sobre o atentado de 1758. Os termos mais próximos que encontramos foram referências a um tremor e à educação. Entre os termos relacionados com nossa pesquisa também não foram localizadas referências ou discussões sobre a Companhia de Jesus ou os jesuítas.

Em relação ao termo tremor, referiu-se a um “Tremor um de terra espantoso que houve em toda a Europa” (ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES, 1764, p. 46, tomo II), não como referência à Lisboa. Encontramos, nos escritos, duas referências ao primeiro de novembro de 1755, mas são a respeito dos efeitos na natureza que tal cisma gerou (ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES, 1760).

Já em relação à educação, localizamos duas referências que, de certo modo, se complementam, por tratarem das obrigações que os pais têm de educar seus filhos: “Educação refere-se a singular, que davam os Romanos a seus filhos” (ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES, 1764, p. 11, tomo VI).

Em um trecho que apresentou uma discussão sobre ciências naturais, medicina, matemática e gramática, novamente a educação foi tratada como sendo obrigação dos pais.

[...] enfim, não refiro, por não cansar as vossas mercês contrárias opiniões dos Matemáticos e Gramáticos; concludo, que em nenhuma destas Ciências me resolvo a propor documentos, que possa servir de utilidade aos ignorantes: o que mais me dita a razão, é o mostrar-lhes a obrigação que tem os pais de educar seus filhos, não só nas virtudes Morais, e Católicas, mais ainda a Ciência, ou Arte a que mais propensão tiverem; porque vejo tão

pervertida a ordem da natureza nesta parte, que causa escândalo [...] (ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES, p. 7-8, 1758).

A variedade de assuntos era vasta e sempre com um embasamento na filosofia dos antigos, com referências a Aristóteles, Platão, entre outros, e com indicação de que os povos antigos, como os egípcios e os romanos, tinham destacada capacidade intelectual (ACADEMIA DOS HUMILDES E INGORANTES, 1758).

Nas publicações da **Gazeta de Lisboa**, o maior espaço era ocupado por notícias da Europa como um todo. O espaço dedicado às notícias de Portugal era reduzido e, por vezes, até suprimido, e as publicações tratavam de temas da sociedade de modo geral, mas em muitas edições os assuntos eram recorrentes ou atrasados, ou seja, a publicação da notícia era de semanas ou meses anteriores.

Não se publicavam informações diretamente ligadas à política, circulavam, entretanto, decretos reais de nomeações para cargos militares e administrativos do reino, perdão de dívidas, concessão de títulos nobiliárquicos, religião de modo geral, chegada e saída de navios e sobre atividades da família real. Outros assuntos bastante recorrentes eram as notas sobre casamentos, nascimentos, mortes e batismos.

Uma mesma notícia poderia ser publicada por edições seguidas, como quando da morte de D. João V e D. Maria Ana. A redação da notícia, por vezes, nem se alterava, e era replicada com referência a diversas cidades portuguesas.

Depois de grande, e dilatada enfermidade, a que resistiu no largo tempo de mais de 8 anos o Real alento da Augusta Majestade do nosso Soberano, o muito alto, e muito Poderoso Rei, e Senhor nosso Dom João o V. do nome de Gloriosa Recordação, engrossou o mal a princípio de Julho as suas forças, e preveniu-se Sua Majestade para combater recorrendo as divinas. Fortaleceu-se a 11 com o Santíssimo Viático, que recebeu da mão do Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal Patriarca, com seu Capelão Mor. Concorreram os seus fieis, e amantes Vassallos a auxiliá-lo, para conseguirem do céu a sua melhoria, fazendo preces públicas em todas as Igrejas, e Procissões de penitências, e rogativas, levando a Santa Igreja Patriarcal as Imagens de sua maior veneração; porém continuado o mal os ataques com maior vigor, recebeu na quarta feira 29 pelas 11 horas da noite a Extrema Unção, que também lhe foi administrada

pelo mesmo Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardial Patriarca; e não podendo já operar a sua resistência, resignado todo nas disposições do Altíssimo, lhe entregou o Espírito pelas 7 horas, e cinco minutos da tarde de 31 de julho, havendo até a última da sua vida ostentado uma grande constância, e repetindo muitas Jaculatórias, e Colóquios Divinos (GAZETA DE LISBOA, 1750, p. 629, número 32).

Após o comunicado oficial do falecimento, a redação seguiu com todos os detalhes de preparação da cerimônia do funeral, desde a preparação do corpo até o momento final em que o corpo do rei foi sepultado. Esse estilo de notícia detalhada era comum em casos de falecimentos de um modo geral, bem como para casamentos e batizados, em que se informavam todos os fatos, como padrinhos, local de realização, e tudo o que se pudesse detalhar.

Após a notícia da morte de D. João V e a de D. Maria Ana, houve uma sequência de publicações que se referiam à realização de exéquias, todas descritas detalhadamente.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta Cidade, celebrou na sua Igreja em 5 deste mês, as exéquias da Augustíssima e fidelíssima Senhora Rainha D. Maria Anna de Áustria com grande magnificência e pompa. [...] Recitou oração fúnebre das muitas, e heroicas virtudes da mesma Senhora, com sua costumada eloquência, e erudição, o M.R. Doutor Antonio de Santa Martha Lobo, Cônego secular da Congregação de São João Evangelista, e assistiu a este ato a principal Nobreza da Corte (GAZETA DE LISBOA, 1754, p. 350-351, número 33).

Outra notícia que foi publicada com riqueza de detalhes foi a aclamação de D. José I. Na edição número trinta e sete de setembro de 1750, o editorial foi de cinco páginas, e descreveu desde a estrutura física dos espaços por onde a comitiva real passaria, a posição que cada membro da família real ocuparia nos locais de cerimônia, bem como reproduziu o juramento do novo monarca (GAZETA DE LISBOA, 1750, número 36).

Com a ascensão de D. José I ao trono, a vida da corte voltou a ser noticiada cotidianamente. As notas eram referentes aos locais em que os monarcas e seus familiares estavam morando, sobre diversão de modo geral, com destaque para as caçadas, muito apreciadas pela rainha D. Mariana Vitória

(1718-1781), sobre aniversários e sobre as audiências públicas que o rei realizava.

Recolheram-se SS.MM. e AA. Com perfeita saúde da Coutada de Pancas, na quarta feira 13 do corrente, e de caminho mandaram bater duas moitas, de que saíram alguns javalis, dos quais o Rey Nosso Senhor matou um, a muito Augusta Rainha Nossa Senhora outro, os Sereníssimos Infantes D. Pedro, e D. Antonio cada um o seu, o Senhor D. João também matou um, e o Ilustríssimo e Excelentíssimo Barão Conde outro; e apanharam-se alguns vivos que em gaiolas foram conduzidos para o mato deste sítio (GAZETA DE LISBOA, 1754, p. 71, número 9).

Do período que analisamos, dez anos, mais de quatro mil páginas de notícias, poucas foram as referências à Companhia de Jesus, com raras informações sobre alguma missão, publicação de um livro por um jesuíta ou realização de cerimônias de orações. O nome do Padre Gabriel Malagrida não foi encontrado em nenhuma publicação sobre fatos de Portugal ou que envolvesse a América Portuguesa.

Ao serem publicadas informações sobre o terremoto de 1755, ou o atentado de 1758, fatos em que o padre teve seu nome relacionado, não foram encontradas referências a ele. Nas notas de rodapé ou informações sobre a publicação de livros, também não há referências ao opúsculo escrito pelo padre publicado no ano de 1756 sobre o terremoto que ocorreu em Lisboa.

A omissão do nome do padre Gabriel Malagrida ocorreu até na publicação sobre um Auto-de-Fé. Relacionamos o Auto-de-Fé com a execução do padre devido ao dia de seu acontecimento, 20 de setembro de 1761, dia anterior à execução do padre, uma vez que a realização dos Autos, por vezes, durava mais de um dia.

Domingo passado, 20 deste mês, se celebrou no Claustro do Real Convento de São Domingos o Auto Público da Fé, em presença dos Ministros do Conselho, e Tribunal da Santa Inquisição desta Cidade, a que assistiu a maior parte da Corte, Ministros de Estado, Ministros Estrangeiros, Comunidade Religiosa, Tribunais e Nobreza (GAZETA DE LISBOA, 1761, p. 28, número 38).

No decorrer das análises, encontramos outras publicações sobre o Auto-de-Fé, mas nenhuma semelhante à citada, que omitia o nome dos executados. Apesar da omissão do nome nesse caso e pela informação dos que assistiram ao Auto-de-Fé, podemos deduzir que se tratava da execução de alguma pessoa de representatividade na corte e sociedade portuguesa, o que nos leva mais uma vez a relacioná-lo com a execução do padre Gabriel Malagrida.

Há um teor nas publicações que preza pela omissão, ou seja, não se publicava sobre determinado assunto, dessa forma, não se disseminavam informações sobre *personas non gratas*. Entendemos ser este o caso da Companhia de Jesus, em que praticamente nada se publicou sobre a Ordem, se comparada às notícias de outras Ordens, como os oratorianos. Outra via consiste em se omitir totalmente, como no caso do Auto-de-Fé de 1761, em que, de acordo com os fatos históricos, relacionamos com a execução do padre Gabriel Malagrida, ainda que seu nome não seja citado. “Na restante imprensa, as notícias relativas ao auto de fé de 21 de setembro eram, na sua maioria, vagas e contraditórias” (VOGEL, 2017, p. 117), para não analisarmos como controladas pelo poder real e ministerial.

A omissão ocorreu também em relação ao atentado ao rei, no ano de 1758. Em um primeiro momento, a notícia foi dada como um acidente, uma queda que o monarca teve no palácio: “O Rei nosso Senhor por causa de uma queda que deu dentro no seu Palácio [...]” (GAZETA DE LISBOA, 1758, p. 296, número 37). A versão sobre os verdadeiros fatos só foi publicada em 18 de janeiro de 1759.

Do fatal da noite de 3 par 4 de Setembro, quão a todos os séculos será memorável, com a duração da infâmia de seus autores; se teve logo a presunção dos que o foram; como o fazia duvidosa a consideração, de haverem eles recebido, e estarem recebendo atualmente, muitas mercês do nosso Amado Monarca; não se faz Crível, que cobrindo com sua soberba a ingratidão, se cegassem de maneira, que não vissem o despenhadeiro, e caísse no precipício; e assim não quis a reta justiça do Ministério, proceder ao castigo, se tão exatas verificações da verdade, porém feita esta com a mais admirável prudência, e sagacidade, foram reconhecidos incontestavelmente por agressores daquele execrando crime, o Duque de Aveiro, o Marquês de Távora, sua mulher, dois filhos seus, e seu genro o Conde de Atouguia, e assim foram sentenciados pela Junta da Inconfidência, composta de Ministros incorruptíveis, a ser degradados da imunidade das ordens, de que eram Comendadores, exonerados dos lugares, e

títulos que tinham, desnaturalizados do Reino, e tidos por peregrinos, e vagabundos; ordenando-se, que Leonor Tomazia, que se intitulou Marquesa de Távora fosse degolada, e que Joze Mascarenhas que se chamou Duque de Aveiro, Francisco de Assis, que se dizia Marquês de Távora, Luiz Bernardo, que tinha o mesmo título, José Maria que foi Ajudante da Sala de seu Pai, quando era General, e Jerônimo de Ataíde, nomeado Conde de Atuoguia, depois de lhes quebrarem as canas dos braços, e pernas, e os peitos com uma grossa maçã de ferro fossem todos agarrotados, e queimados os seus corpos, juntamente com a dita Leonor Tomazia, e lançados no Mar as suas cinzas. As casas que viviam demolidas, e salgadas. Todas as suas Terras, Senhorios, Alcaidarias mores, Comendas, Prazos, e Morgados, sem cláusulas confiscados para a Câmara Real (GAZETA DE LISBOA, 1759, p. 23-24, número 3).

A primeira informação sobre o que de fato ocorreu no dia 3 de setembro de 1758 com D. José I foi para informar o ocorrido, apresentar os possíveis culpados, suas penas e forma de execução. Até então, não se fizera menção a outra informação ou acontecimento que não a queda do monarca no palácio.

Outra análise que podemos fazer é que a publicação das notícias sobre determinados assuntos atendia aos interesses da monarquia, e que certos temas, como os já citados, por não serem abordados, eram tratados de maneira indireta e de forma que atendessem aos interesses da propaganda ou da formação social que estava prevista nas reformas implementadas pelo ministro josefino, como, por exemplo, na área da educação.

Havendo o Rey nosso Senhor ordenado que se de nova forma, e novo método aos Estudos do Reino, e sendo as Artes de Gramática de que os principiantes se podem melhor servir as de Antonio Felix Mendes, e do R.P. Antonio Pereira da Congregação do Oratório, pelo seu Alvará de 28 de junho do presente ano [...] (GAZETA DE LISBOA, 1759, p. 2663-264, número 32).

Ao fazer referência à troca da forma dos estudos, não há indicação de qual método foi substituído, no caso o da Companhia de Jesus e suas publicações, apenas se informou que um dos novos livros era de autoria de um padre da Congregação do Oratório, ou seja, apenas foi divulgado o nome da Ordem que interessava ao ministro de D. José I.

Outra notícia de interesse da monarquia, e em especial do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, foi sobre sua nomeação como Conde de

Oeiras. A primeira publicação foi feita em julho de 1759: “Chegou a está Praça no dia 15 do corrente a notícia de haver Sua Majestade [...] conferido o título de Conde de Oeiras [...] e Vila de Pombal, ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo [...]” GAZETA DE LISBOA, 1759, p. 231, número 28).

No mês de agosto do mesmo ano, as funções e obrigações que eram realizadas pelo ministro passaram a ter a colaboração de seu irmão, que havia sido nomeado como seu adjunto.

Por um Decreto de Sua Majestade Fidelíssima, firmado com a sua real rubrica em 19 do mês de julho último, diz o mesmo senhor, que tendo mostrado a experiência, que muitos, e urgentes negócios públicos, que depois do terremoto do primeiro de novembro de 1755 gravaram o expediente do Conde de Oeiras do seu Conselho, e seu Secretário de Estado de Negócios do Reino; que de nenhuma sorte permitem, que no seu despacho possa caber ao mesmo tempo a expedição de todos os outros negócios particulares, que muitas vezes são de tal natureza, que nem se podem despachar sem um exame, nem podem padecer demoras, que não sejam muito prejudicadas as partes, que neles tem os seus interesses; foi servido [...] nomear a Francisco Xavier de Mendonça Furtado do seu Conselho, Secretário de Estado adjunto ao mesmo Conde de Oeiras, e há por bem, que pelo expediente sobredito Francisco Xavier de Mendonça Furtado subam à sua real presença todas as consultas, requerimentos, e dependências que forem pertencentes aos referidos negócios particulares, e de partes (GAZETA DE LISBOA, 1759, p. 256, número 31).

A nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como adjunto do ministro josefino comprova que, desde o ano de 1755, ele havia adquirido uma maior representatividade em relação à administração do reino, tanto pelo fato da nomeação como pela quantidade de decisões que havia se concentrado em sua pessoa.

O grande terremoto de 1755, que elevou o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo à condição de personalidade mais importante e poderosa durante o reinado de D. José I, foi noticiado de forma quase imperceptível, em relação às publicações de outras partes da Europa. Em uma edição do dia 13 de novembro:

Entre os horrorosos efeitos do terremoto, que se sentiu nesta Cidade no primeiro do corrente, experimentou ruína a grande torre chamada Tombo, em que se guardava o Arquivo Real do Reino, o qual se anda restaurando as ruínas da mesma Torre, e se anda arrumando; e muitos Edifícios tiveram a mesma infelicidade (GAZETA DE LISBOA, 1755, p. 370, número 46).

As edições do mês de novembro de 1755 não eram diárias, e o que se publicou, na sequência de notícias sobre a tragédia, foi a realização de cerimônias religiosas pelas vítimas ou como forma de evitar novas catástrofes. E, em nenhuma publicação se fez referência à atuação do padre Gabriel Malagrida em socorro aos atingidos.

A imprensa, de um modo geral, seguia um estilo para suas publicações. Mesmo com o objetivo de informar e instruir a população, de um modo geral, não atingiu o todo da sociedade portuguesa, pois a grande maioria não sabia ler, o que demonstrava que as publicações eram restritas aos interesses da Coroa.

A **Academia dos Humildes e Ignorantes** tinha a função de ser útil na divulgação de conhecimentos aos que não tinham acesso a ele, intenção que ficou restrita aos letrados; o objetivo da **Gazeta de Lisboa** era ser um informativo sobre os acontecimentos da Europa de modo geral e das particularidades da sociedade portuguesa. Contudo, ambos os periódicos omitiam notícias sobre as reformas e mudanças da sociedade e, como não podemos deixar de analisar, não publicaram nada sobre qualquer assunto da relação que se estabeleceu entre a Companhia de Jesus e a monarquia, em particular com o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

A **Gazeta de Lisboa** seguia as características dos jornais publicados nessa época. As notícias eram de todas as partes da Europa e publicadas conforme eram recebidas, ou seja, havia atrasos na divulgação das informações. Não havia uma organização por sessão, ou estilo de notícia, a sequência era aleatória, e os textos, em sua maioria, eram informativos ou descreviam uma situação, de um funeral ou um casamento (VOGEL, 2017). E, para além do contexto característico dos jornais dessa época, em Portugal, havia o contexto das reformas do reinado de D. José I e a centralização do poder na figura do rei, com o controle da sociedade, incluindo a imprensa e as publicações dos periódicos.

Com o controle da imprensa e do que se divulgava, uma vez que para qualquer circulação impressa havia a necessidade de licença e autorização, é que se instituiu um projeto de formação de sociedade, ou seja, um projeto educativo de uma sociedade e seus indivíduos que recebiam apenas informações selecionadas. Apresentava-se um contexto em que predominava tranquilidade e entretenimento na vida da família real; notas corriqueiras sobre o cotidiano da vida das pessoas com seus casamentos, batizados, falecimentos; o movimento da chegada e saída de navios dos portos, a agenda das nomeações e audiências que o rei realizava, e tudo mais que pudesse demonstrar uma sociedade harmoniosa.

4.3. Padre Gabriel Malagrida e a educação

A educação foi a marca da atuação da Companhia de Jesus desde sua fundação até sua extinção no ano de 1773. Seus membros atuavam de acordo com os documentos reguladores da Ordem: as **Constituições de 1559**, em especial na sua IV parte, e a **Ratio Studiorum de 1599**, que consistia em um organizado e específico método de ação pedagógica. Com base nestes documentos, estabeleceu-se um modelo da pedagogia jesuítica que foi aplicado por mais de dois séculos na sociedade portuguesa e em seus domínios, como no caso da América Portuguesa.

Seus membros recebiam uma rigorosa formação e preparação para atuarem como professores e missionários. Entendiam que a preparação era o principal requisito para ser um jesuíta, por isto o rigor no processo de formação. Para se ensinar em um dos colégios da Ordem ou atuar como missionário, seus membros deveriam ter mais conhecimento em relação àqueles a que iam ensinar (FRANCA, 1952).

O padre Gabriel Malagrida, desde jovem, apresentou inclinações para uma vida regrada, disciplinada e religiosa, fato que se confirmou ao ingressar para a Companhia de Jesus e se tornar missionário. Ação a que se dedicou em boa parte de sua vida, conforme já apresentado anteriormente.

Sua ação missionária se desenvolveu em boa parte no norte e nordeste da América Portuguesa com algumas atuações na corte e sociedade de Portugal.

Esta atuação foi marcada pela educação e catequese, ou seja, todas as suas realizações tinham como objetivo a formação de um homem de acordo com os preceitos cristãos. Atuou de forma ativa e constante, entretanto seu nome não é relacionado a uma ação pedagógica ou mesmo catequética. Em boa parte, a produção existente sobre sua historiografia aborda questões que o relacionam com o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e seus desdobramentos, até a sua execução no ano de 1761.

Contudo, o padre Gabriel Malagrida, em suas missões, desenvolveu de diversas formas uma atuação catequética educacional como efetivo representante da Companhia de Jesus. Sua atuação se destacou por meio de práticas religiosas, porém foi além, já que incluía em suas práticas características particulares. Quando estava em atuação no norte e nordeste da América Portuguesa, foi responsável pela construção de diversos colégios, asilos e casas de recolhimentos para menores e mulheres desamparadas. Sua atividade foi desenvolvida por aquilo que caracterizava a missão à moda italiana, ou seja, ele percorreu longos caminhos a pé (RODRIGUES, 2010).

Além de realizar missões para converter indígenas, o padre Gabriel Malagrida escreveu textos e cartas com objetivos formativos. A sua ação ainda se deu no campo da educação e do ensino, sempre seguindo os preceitos da Companhia de Jesus. Mesmo com pouca atuação como professor em colégios jesuítas, entre os anos de 1724 a 1727 e 1730 a 1735, lecionou Humanidades e Teologia (O'NIELL; DOMINGUEZ, 2001b), exerceu a educação e o ensino pela via dos sermões, na realização de obras e em seus escritos (RODRIGUES, 2010).

O tema ensino e educação estiveram presentes durante todo o desenvolvimento da pesquisa, de forma contextualizada, uma vez que, ao abordarmos os assuntos relacionados aos fatos históricos e seus desdobramentos em uma sociedade, falamos de um ato educativo em que o reflexo desses atos converge para a formação direta ou indireta dos indivíduos envolvidos. Ação realizada pelo padre Gabriel Malagrida com suas missões e escritos.

4.3.1. A atuação do padre Gabriel Malagrida na construção de seminários, casas de recolhimento e colégios

Em suas missões pelo norte e nordeste da América Portuguesa, o padre Gabriel Malagrida realizou a construção e reconstrução de obras que contribuíram para a manutenção do ideário estabelecido pelos regimentos da Companhia de Jesus. Ele atuou na reconstrução de igrejas e na construção e fundação de colégios para meninos, abrigos para meninas e casas de recolhimento para mulheres desamparadas. Em Portugal, contribuiu para a construção de casas de exercícios espirituais (O'NIELL; DOMINGUEZ, 2001b).

A pensar que tais ações eram obrigações dos membros da Companhia de Jesus, limitaríamos a ação missionária do padre Gabriel Malagrida ao cumprimento de seus votos quando de sua entrada e últimos votos como membro da Ordem. Mas sua ação, da forma como foi conduzida, figura em um contexto à parte, porque, além de uma prática efetiva, ele se envolveu, diretamente, em questões políticas e administrativas para defender sua obra, colocando-o, por vezes, em situações no mínimo embaraçosas.

Uma dessas ações foi a fundação de casas de recolhimento para mulheres desamparadas, com pouca condição financeira e que viviam uma vida desregrada, em desacordo com os costumes impostos para as mulheres do século XVIII (ALMEIDA, 2003). Atendimento, até então, não realizado pela Companhia de Jesus. O papel desempenhado pelo padre Gabriel Malagrida era o de fundador das casas, e após toda a organização, a administração das casas era entregue à Ordem das Ursulinas, que se encarregavam da continuidade da obra. Ele, porém, acompanhava todo o desenvolvimento dos trabalhos.

Entre as fundações de Casas de Recolhimento, destacamos a de Igarassu, em Pernambuco, idealizada no ano de 1735.

As características do Recolhimento em Igarassu eram as de um beatério na primeira metade do Setecentos. As mulheres ali recolhidas eram, na sua maioria, pobres, desamparadas e de vida desregrada, por isso ele era vulgarmente chamado de Recolhimento de Mulheres Convertidas. Arrepentidas, buscavam um refúgio para retomarem a vida com uma certa dignidade [...] (ALMEIDA, 2003, p. 217).

Para a estruturação e manutenção do recolhimento, o padre Gabriel Malagrida, juntamente com o padre André de Souza Sepúlveda saíram pelos sertões em busca de esmolas e recursos. Além disso, foi necessário que trabalhassem na construção, com a prestação de serviços pesados (ALMEIDA, 2003). No ano de 1748, o recolhimento já contava com trinta recolhidas e já tinha uma regente responsável. No cotidiano das recolhidas, havia uma rotina de ordem diária para as atividades, que, em boa parte do dia, eram dedicadas a orações. “Só em 1754, conseguiu a Casa, através do padre Gabriel Malagrida, de D. José I, a licença para se transformar em um recolhimento com Estatutos das Ursulinas” (ALMEIDA, 2003, p. 229).

Com a fundação da Casa de Recolhimento, o padre Gabriel Malagrida inovou e inaugurou um novo estilo missionário catequético como ação da Companhia de Jesus, o atendimento a mulheres. Como esta ação não era permitida nas Constituições da Ordem, ao ser preciso vincular a uma instituição religiosa, o Recolhimento foi submetido ao Estatuto das Ursulinas.

Outra fundação para mulheres realizada pelo padre Gabriel Malagrida foi na Bahia, por volta do ano de 1741. Nesse caso, as mulheres recebidas na casa eram donzelas. O fato ocorreu devido à condição de bom religioso que o padre conquistou durante sua atuação missionária na Bahia. A casa foi idealizada com o mesmo objetivo da casa de Igarassu, ou seja, receber mulheres desamparadas e desprovidas de condições financeiras, contudo, devido a dificuldades financeiras, as primeiras mulheres a serem admitidas foram donzelas com condições de pagar um dote para o ingresso na casa: “[...] eram mais de 20. Cada uma colocou por dote oitocentos escudos, que aplicados rendiam cinquenta outros escudos anuais necessários para a alimentação e outras despesas.” (RODRIGUES, 2010, p. 212). Após o ingresso, as donzelas também professaram os votos à Ordem das Ursulinas e, como confessores, tiveram os padres da Companhia de Jesus.

O padre Gabriel Malagrida tentou fundar uma casa de recolhimento no Pará, mas foi impedido. Diante de tal negativa, trabalhou na fundação de uma casa no Maranhão, que iniciou suas atividades no ano de 1753. A casa era nos mesmos moldes da fundada na Bahia (RODRIGUES, 2010).

Por meio da fundação de casas de recolhimento, o padre Gabriel Malagrida inovou na ação educativa. Sua ação missionária consistia no acolhimento de

mulheres que tinham uma vida considerada desregrada pela sociedade da época, como no caso do Recolhimento de Igarassu, que funcionou, também, como uma casa de assistência social, já que atendeu a mulheres que eram consideradas perdidas (MALAGRIDA, 2000), ou simplesmente chamadas de “mulherzinhas”, as quais, naquele momento histórico, tinham o mesmo significado de prostitutas (RODRIGUES, 2010).

Ao criar as casas de recolhimento, o objetivo educacional visava resgatar, no caso de Igarassu, e possibilitar a volta dessas mulheres ao convívio da sociedade, porém convertidas e seguidoras dos preceitos cristãos. No caso das casas da Bahia e do Maranhão, o objetivo educacional consistia em formar religiosas, uma vez que as mulheres que ingressaram nas casas eram donzelas, as quais, por inclinação pessoal e decisão da família, dedicariam suas vidas à Igreja (RODRIGUES, 2010).

Seja no caráter educacional cristão ou social, a ação do padre, ao fundar estas casas, mostra uma visão inovadora em um tempo em que não havia casas que prestassem este tipo de atendimento, como o de Igarassu, a mulheres que viviam à margem da sociedade. Com isso, podemos considerar que, para o padre, não havia distinção a quem se faria o atendimento, sua intenção era formar a quem quer que fosse de acordo com os preceitos cristãos. E podemos ir além, o fato de o padre atender, em sua obra, a pessoas diversas fez com que ele obtivesse notoriedade perante a sociedade em que atuava, seja local, ou não, tornando-o importante influenciador em sua época.

Em pesquisa nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal, encontramos dois documentos que comprovam a ligação do padre Gabriel Malagrida com a fundação de seminários e colégios. As fontes ainda confirmam a autorização para a fundação da Casa de Recolhimento de Igarassu.

O primeiro documento que encontramos trata-se do Alvará Régio de 1750, em que foi concedido ao padre o direito de fundar seminários e casas de recolhimento para convertidas, meninos e meninas.

Eu, o Rei faço saber aos que este meu Alvará virem que tendo consideração ao que me representou o missionário Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus acerca de seu conveniente serviço de Deus e meu, que no Brasil se funde Recolhimento de Convertidas, e de meninas e meninos, em que se crie a mocidade

com bons costumes, educação, e doutrina, de que tanto se necessita naquele Estado, e a consulta, que sobre está matéria se me fez, pelo Conselho Ultramarino em que foram ouvidos os Procuradores de minha Fazenda, e Coroa, hei por, bem conceder ao Padre Missionário Gabriel Malagrida licença em sua vida para se fundarem os seminários da Paraíba, [...], São Luiz do Maranhão, Belém do Grão-Pará e Camuta, e o Recolhimento de Igarauçu com os estatutos destas, que não de ser os demais recolhimentos se não faça alteração principalmente a despeito das profissões sem licença da Sé Apostólica; Que outrossim faça mercê do Padre Missionário de que possa estabelecer semelhantes fundações em qualquer parte da América havendo a comodidade, e subsistência necessária também em servido se execute o Breve de Sua Santidade para ser convento de religiosas profetas do Recolhimento das Ursulinas do Coração de Jesus na cidade da Bahia [...]. (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1751a, p. 240, ver página seguinte).

Por intermédio do Alvará Régio, expedido por D. João V pouco antes de sua morte, constatamos que os locais autorizados para fundação dos seminários coincidem com os indicados pelos biógrafos do padre (RODRIGUES, 2010; MURY, 1992). Constatamos ainda que, além de seminário e casa de recolhimentos, os locais funcionavam como colégio, ação que fazia parte dos estatutos da Companhia de Jesus e que foi recomendada pelo rei ao redigir o texto, em que destaca a necessidade de uma boa educação de acordo com os bons costumes, e que tal prática seria necessária no Brasil, daí a referência aos colégios, já que tanto as casas de recolhimento como os seminários desenvolviam práticas educativas.

O Alvará Régio foi expedido em 23 de julho de 1750, a revisão consta nas folhas trinta e cinco, verso, do livro onze de Revisões da Secretaria do Conselho Ultramarino, registrada em Lisboa, no dia 11 de março de 1751. O padre Gabriel Malagrida recebeu a notificação formal em 1^o. de abril de 1751. Vale ressaltar que, apesar de o Alvará Régio permitir a realização de construções, encontramos um documento em que há uma solicitação do padre Gabriel Malagrida ao Procurador do Pará para a construção do Seminário de Camuta.

Diz o padre missionário Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus que para executar a ordem e faculdade a ele concedida de sua majestade, pretende fundar ou dar princípio a ereção do seminário de Camuta, alcançou do Bispo provisão e como reconhecimento a licença de Vossa Excelência.

210
Eu o Rey faço saber aos q' este meu
Alvará virem que tendo Consideração ao que me
representou o Missionario Gabriel Malagrida
dalomp.^o de S. Paulo acerca de ser conveniente
ao serviço de D.^o e meu, q' no Brasil se funde
Recolthimentos de conversidos, e de meninas, e se-
minarios, em que se cria a mocid.^e com as bonzas
tumes, educaçãõs, e doutrina, de q' tanto se nece-
sita naquello Estado, e a Consulta, q' sobre es-
ta matéria se me fez pelo conselho Ultramarino
em q' foram ouvidos os Procuradores de minha ju-
riçdão, e Corra. Hei por bem conceder ao d.^o Mis-
ionario Gabriel Malagrida licença em sua vida
para se fundarem os seminarios da Parahiba, Pa-
nahiba, I. Juia do Madanha, Belem do Gramma-
ra, e Camulã, e o Recolthim.^o de Iguaracu com os
estatutos devtos, q' hã de ser os demais Recolthim.^{os}
se não faça alteraçãõ principalm.^e a respeito da
profundez sem licença da e. s. Apostolica; Que-
tro sim faço merec.^o ao d.^o Missionario de que pos-
sa estabelecer semelhanter fundações em
outra qualquer parte da America havendo a
Comodid.^e, e subsistencia necessaria: tambem sou
servido se execute o Breve de Sua Santidade
para ser convento de Religiozas profanas o Recolthi-
m.^o das Ursulinas do Coraçãõ de S. Paulo na Cid.^e
da Bahia, maq' na execuçãõ do d.^o Breve epa-
minario prim.^o o Ordinario se subsistem actu-
alm.^e verificadas todas as condições do mesmo
Breve, e os mais Requisitos em direito, e de q'
se obrar me ha de dar conta o Vice Rey. Os
mais Recolthim.^{os} que de p.^o ha, e p.^o fu-
turo houverem poderãõ ter a mesma for-
ma de Religiozas havendo p.^o ino Breve
de Sua Santid.^e E quando assim pertent
passar p.^o convento de Religiozas os Recolthim.^{os}
os Ordinarios, e Governadores respectivos
me devem dar conta do Citado de Hez. Fe-
ra as ditzas fundações de Recolthim.^{os} e
seminarios precedera a Auctorid.^e, appro-
vaçãõ, e licença do Ordinario, e Governado

Em que ebla panta duvida alguma as ditas
fundações, que não seja prudente, e grave para
mayor serviço de M. e meu, e de todas as que se
originem de novo se me ha de dar conta: e por que-
rer favorecer hũa obra tanto do agrado de D.º,
como da minha real piedade, em seu serviço tomad
as ditzas Conventos, seminarios, e Leotham.º de hui-
xo da minha real proteccão, e fazer merce a os
mesmos seminarios de trezentos mil reis cada
anno p.º, os que se originem na Bahia, e Rio de
Janeiro, e duzentos mil reis para cada hum dos
q' eblas principiaes, ou se criarem de novo, e
as referidas congruas se pagarão nellez rendi-
mentos dos dezimos das Provedorias, em q' os semi-
narios estiverem situados, e se entregarão pe-
los Provedores respectivos aos Rectores, ou Su-
periores da Comp.ª a cujo cargo estiverem p.º
os applicarem a sustentação dos seminaristas
tendo nullo, e no augmento a conservação de
mesmos seminarios o cuidado que aos Prela-
dos Mayores da mesma Companhia tenho
recomendado; e ultimam.º hei por bem declarar
q' a lora em lação dos dezimos q' cobra se po-
derá ter obrigação de fundar hum seminario
na Capital de cada hua das diocesis, e q' as con-
gruas assignadas p.º os d.ºs seminarios, cujas
fundações não forem de obrigação, mais de
merci gracia não prejudicarão as obrigações
de justiça impostas nas Provedorias respecti-
vas. Cõto que mando ao meu Vice Rei e Ca-
pitão General de Mar, e terra do Estado do
Paraná, e aos Governadores delle, e do Maranhão
Provedores de minha real fazenda de
um, e outro Estado, e mais Ministros, e pen-
sa quem tocar cumprão, e guardem ehte
observar, e o fassão cumprir, e guardar in-
terram.º como nelle se contem sem duvida
alguma; e o mesmo recomendo aos Ordinarios
dos ditzos Estados nella parte que lhes toca
ehte valer como carta sem embargo, e
na Ordenação do ditto segundo titulo qua

241
Luz de Lisboa em contrario de Lisboa duz de Mar-
co de mil, e sete centos, e sincoenta e hum // Rey //
Marquez de Senalva // Alvara porq Vossa Ma-
gestade ha por bem conceder ao Missionario Ga-
briel Malagrida da Comp.^{da} de Al. da Licença em
sua vida para se fundarem os seminarios da
Parahiba, Parnaíba, e Luiz do Maranhão Bel-
lem do Gram Paris, e Camula, e o recolhim.^{to} do Gua-
raçu com os estatutos das Al. sulinas, e que para
estabelescer semelhantes fundacoens em outra
qualquer parte da America havendo a comodid.^e
e subsistencia necessaria como neste se declara
// Para Vossa Magestade ver // Pedro Joze Corr.
ofez // O secretario Joaquim Miguel Lopez de
Larve o fez escrever // Por decreto de sua Mag.
de vinte e tres de Julho de mil, e sete centos, e
sincoenta // Registrado a folhas trinta e cinco
verso do Livro onze de Provisoes da secre-
taria do Cons.^o Ultramarino Lisboa onze de
M.^o de mil e sete centos, e sincoenta e hum // Jo-
aquim Miguel Lopez de Larve

E tresadado o d.^o Alvará o conceder como
proprio a q me reporto, q panei em publica for-
ma a pedim.^{to} do Missionario Gabriel Ma-
Lagrida a quem o tornei a entregar Lisboa
o primeyro de Abril de mil, e sete centos, e sin-
coenta e hum // E Cu Joze Ant.^o Soares Tabu-
lão publico de Notas por El Rey Nosso Senhor
nesta Cide. de Lisboa a sobescrevi, e assigney
em publico

Lugar do signal publico

Joze Ant.^o Soares Em H.^o de Verd.^o

Portanto pede humildemente a Vossa Excelência a dita aprovação e licença. (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1751c, p. 166 ver página seguinte).

O documento é datado do ano de 1751, período que coincide com as datas apresentadas por Rodrigues (2010) sobre a passagem do padre pelo Pará, logo após seu retorno de Portugal.

Mediante a análise de documentos, foi possível comprovarmos a ação do padre na construção de casas de recolhimento, seminários e colégios para atendimento a quem deles necessitasse em diversos locais do norte e nordeste da América Portuguesa. Esta ação missionária, com um nobre caráter educativo, intencionava recolher pessoas desamparadas nas instituições de modo a superar o atendimento assistencial. Trata-se de uma ação inovadora realizada por ele, mas, aliada a isto, embutiam-se outros projetos educativos: a conversão das mulheres que tinham uma vida desregrada e a formação de meninos e meninas de acordo com os preceitos cristãos e os métodos educativos previstos nos documentos reguladores da Companhia de Jesus.

O padre Gabriel Malagrida foi um ativo missionário, que abarcava ainda atividades de peregrinação, atendimentos assistenciais e religiosos aos mais necessitados. São atividades que entendemos como parte de um projeto missionário educativo, existindo ainda outra parte e que, de igual forma, tinha um objetivo educativo, os escritos deixados por ele.

4.3.2. Os escritos do padre Gabriel Malagrida: um projeto educativo

Durante sua atuação missionária, o padre Gabriel Malagrida deixou pouca coisa escrita. Existem duas obras de sua autoria, e uma obra organizada com suas cartas que, aqui, retomamos. A primeira foi publicada no ano de 1756 sobre o terremoto que ocorreu em Lisboa, intitulada **Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto que Padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755**. Nela, o autor é identificado da seguinte forma: pelo padre Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, missionário apostólico, o texto foi impresso na oficina de Manoel Soares, e consta que sua publicação foi autorizada com todas as licenças necessárias. O segundo texto, intitulado **Vida e Império do Anticristo**, traduzido

Ultramar

Informe do Procurador da Coroa para o Sr. D. João de Deus de S. Supp. on numero de
 de Outubro de 1754. Seminarias e como quer fundar este
 Seminario para 28 de Outubro de 1754.

Diz o Sr. Mission. Gabriel Malajida da Comp. de Jesus
 que para executar a ordem e facultade a elle concedida
 de sua Magest. pretende erigir ou dar principio a errecção
 do semin. do Lamuta, p.º coal alcançou da Exc.ª e Supp.ª
 Brio da presente provincia, como he necess.º tambem a licença de V. Exc.
 Por tanto pede humild.º a V. Exc.ª a dita approvaçã
 e licença C.º P.º M.

Responde o Sr. Mission.º que como não sabe de presente nem pode
 saber o rendimento dos ditos bens e fazenda, por quanto o doador ainda querem
 feita doação inter vivos sea com o usufructo, não pode fazer a dita
 declaração se não por morte do mesmo doador.

Gabriel Malajida

por Govoni (2013), foi escrito em seus últimos anos de vida, quando estava na prisão, contexto que já apresentamos, e, embora tenha sido realizada de forma atribulada, com um caráter profético, torna-se evidente, em algumas passagens, a intenção dele em preservar e direcionar para um comportamento de acordo com os preceitos cristãos e previstos nos documentos reguladores da Companhia de Jesus. E, por fim, a publicação traduzida e organizada por Govoni (MALAGRIDA, 2012), intitulada **Cartas e Escritos**, com cartas voltadas a destinatários diversos, redigida entre 1721 a 1758, também já apresentada anteriormente no contexto histórico da vida do padre.

Com o texto sobre o terremoto do ano 1755, o padre Gabriel Malagrida utilizou-se de uma condição adversa da sociedade portuguesa para a realização de um trabalho que podemos denominar de catequético educativo. Sua ação em auxílio aos atingidos pelo terremoto se iniciou logo que foi possível sair às ruas para acudir e prestar atendimentos (MURY, 1992). Ao vivenciar toda a tragédia durante esse processo, vendo a condição em que muitas pessoas haviam ficado após a tragédia, a quantidade de mortos e o caos em que ficou a sociedade lisboeta, aliados à atuação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, podemos inferir que, ao escrever o opúsculo sobre o terremoto, o padre aproveitou a situação para retomar e reafirmar a necessidade de uma vida de acordo com os preceitos cristãos.

Ao longo do texto, ele retoma temas necessários para a manutenção de uma vida cristã e o cumprimento dos objetivos missionários da Companhia de Jesus. Sua retomada, porém, contrasta com as reformas encaminhadas durante o reinado de D. José I, abordadas no desenvolvimento de seu texto. Ficam evidentes as diferenças entre os dois ideais de sociedade, ou seja, a sociedade tradicional, representada pela estrutura de ensino controlada pela Companhia de Jesus, inclusive seu acesso ao poder, e o encaminhamento de reforma para uma sociedade moderna, centrada em um Estado independente da Igreja, de acordo com a proposta do ministro josefino, ainda que se pautasse em um iluminismo caracteristicamente português (CARRATO, 1980).

O opúsculo tem um caráter profético e pode ser considerado como um sermão, bem ao estilo dele, que sempre os proferiu de forma eloquente e fervorosa e, ao discorrer sobre o terremoto, não foi diferente. Além disso, em

muitas partes, para elucidar suas ideias, recorre a passagens da Bíblia como forma de instruir de acordo com a fé cristã. O tema central e que justifica o terremoto é o pecado, indicando-o como o causador da tragédia, rejeitando a causa natural. “Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores [...] não são Fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nosso intoleráveis pecados” (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4, atualização ortográfica)⁷. E vai além, explica porque o fenômeno atingiu com maior intensidade a cidade de Lisboa.

Ouçõ dizer que, nas cidades vizinhas, aonde a ruína não foi tão grande, fizeram e ainda fazem maravilhas de penitências, de pés descalços, cruces, açoites, jejuns a pão e água e outras mortificações infinitas, e cá, onde a perda e o extermínio, é o que vemos, nada, ou quase vemos de tão justos, e indispensáveis desvelos; de sorte que se admiram as outras cidades, de tão pouca demonstração, que fez a Corte de Lisboa, pública de penitência. [...] (MALAGRIDA, 1756, p. 28-29, atualização ortográfica)⁸.

Ele questiona o comportamento da sociedade como um todo, ou seja, denuncia a todos como pecadores, mas, ao fazer referência às cidades vizinhas, ele as apresenta como a solução para os problemas que enfrentavam. Ou seja, as pessoas deveriam fazer mais penitências e, conseqüentemente, praticar os Exercícios Espirituais, uma forma de reforçar a necessidade da atuação dos jesuítas e da construção de mais casas para a prática destes Exercícios de modo a evitar castigos.

As críticas ao comportamento não ficavam restritas somente à população em geral, também fazia críticas aos políticos. Nessa época, já começava a se acirrar a animosidade das autoridades contra ele. Havia um embate entre o padre e o ministro. Isto porque, no início do opúsculo, o padre caracteriza D. José I

⁷ Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos deftruidores [...] não faõ Fenomenos, não faõ contingencias, ou causas naturais; mas faõ unicamente os noffos intoleraveis pecados. (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4).

⁸ Ouçõ dizer, que nas cidades vifinhas, aonde a ruina não foi tão grade, fizeraõ, e ainda fazem maravilhas, de penitencias, pés defcaços, cruces, açoutes, jejuns a paõ, e agua, e outras mortificações infinitas, e cá, onde a perda, e o extermínio, he o que vemos, nada ou quafi nada vemos de tão juftos, e indifpenfaveis difvellos; de forte que te admirão as outras Cidades, de taõ pouca demonftração, que fez a Corte de Lisboa, publica de penitencia [...] (MALAGRIDA, 1756, p. 28-29).

como piedoso e fiel, que conduz uma corte das mais opulentas que existe (MALAGRIDA, 1756), mas a relação vai se deteriorando entre eles e, quanto aos políticos, ele os caracteriza como religiosos não praticantes.

Nem digam os que politicamente afirmam que procede de causas naturais, que este Orador sagrado abrasado no zelo do amor Divino faz só uma inventiva contra o pecado, como origem de todas as calamidades, que padecem os homens, e que se não deve comprovar com estes espíritos ardentes, que só pretendem aterrorizar os mesmos homens, e aumentar a sua aflição com ameaças da ira Divina desembainhada; porque é certo, se me não fosse censurado dizer o que sinto destes políticos, chamar-lhe Ateus [...] nas quais ensinam, que não tem outra causa os terremotos, mais, que a indignação Divina, e por está razão lhe chama Força Divina (MALAGRIDA, 1756, p. 7-8, atualização ortográfica)⁹.

O padre reafirmou a explicação da teologia ao rebater os argumentos de causas naturais apresentados por aqueles a quem denominou, genericamente, políticos e que o motivo da tragédia fora o pecado e o comportamento, nesse caso, dos políticos, que despertou a “Ira Divina”. Mesmo fazendo tal afirmação, o padre deixava claro que não faria mais comentários direcionados, porque estava sob censura, situação que demonstrava sua condição na corte portuguesa.

O sentimento de culpa também foi utilizado como argumento para instruir, visto que, ao analisarmos a abordagem dele padre sobre tal sentimento, verificamos que apelava a um discurso de que, segundo a vontade de Deus, a culpa da sociedade lisboeta, portanto dos homens, havia extrapolado os limites, digamos, toleráveis, e que o terremoto havia sido um castigo divino. Assim se expressa: “[...] como nos declara o mesmo Senhor [...] e manifesta nas Escrituras, que aquela terrível medida, com que a Majestade Divina mede os pecados das cidades, e dos Reinos” (MALAGRIDA, 1756, p. 9, atualização ortográfica¹⁰), e,

⁹ Nem digaõ os que politicamente affirmaõ, que procedem de caufas naturaes, que este Orador fagrado abrazado no zelo do amor Divino faz fó huma invectiva contra o pecado, como origem de todas as calamidades, que padecem os homens, e que fe não deve comprovar com estes efpíritos ardentes, que fó pertendem aterrar os mefmos homens, e augmentar a fua afflicçaõ com ameaços da ira Divina defembainhada; porque he certo, fe me não foffe censurado dizer o que finto destes politicos, chamar-lhe Atheos [...] nas quaes enfinaõ, que não tem outra caufa os terremótos, mais que a indignação Divina, e por esta razão lhe chamaõ *Vim Divinam* (MALAGRIDA, 1756, p. 7-8).

¹⁰ [...] como nos declara o mefmo Senhor [...] e manifesta nas Efcrypturas, que aquella terrível medida, com que a Mageftade Divina méde os peccados das Cidades, e dos Reynos [...] (MALAGRIDA, 1756, p. 9).

para as cidades católicas que deixaram uma vida regrada de acordo com os preceitos cristãos, o castigo haveria de ser maior, como no caso de Lisboa.

O pecado, o sentimento de culpa, o castigo divino, a censura que o padre sofria eram temas recorrentes, mas uma outra questão que abordou, como mais um agravante para o castigo, referia-se aos esvaziamentos das igrejas e o respectivo aumento de público nas casas de espetáculos e festas públicas, que foram reavivadas no reinado de D. José I (MONTEIRO, 2006). Ao se referir à evasão dos fiéis, caracterizou-os com diversos defeitos: traidores, inimigos do bem, amigos dos prazeres, rebeldes com os pais, soberbos, entres outros (MALAGRIDA, 1756), e afirmou que, ao invés de ocuparem as igrejas, como deveria ser, lotavam os teatros e festas públicas, atos condenados pelo religioso e que os associava à causa da tragédia.

Mas ah! Que nem se quer este fraco exterior, esta leve tinta de piedade, e Culto Divino! Ver as Igrejas tão solitárias, e as casas de jogo, de conversa, tão frequentadas? Andar o Santíssimo SACRAMENTO pelas ruas aos enfermos, com acompanhamento pouco decente à Majestade Divina, ainda em algumas das freguesias mais populosas? Que praças, que comércios, que gritos, que motins não se faziam, até nos coros de quase todos os Conventos de Religiosas? De sorte, que achando-me uma vez nestes conflitos, e tumultos tão estranháveis, foi necessário chegar-me a elas, e estranhar lhe publicamente um tal desprezo de Deus, e de seu Culto: isto era nos dias Santos, e nas ocasiões de ouvir Missa; que em outros tempos, e ocasiões dos Ofícios Divinos: Solidão, imensidão, grande silêncio se abatia sobre a terra; porque onde havia duzentas, e trezentas Religiosas, apenas se achavam cinco, ou seis para atropeladamente mastigar aquela reza, que muitas vezes cessava totalmente, porque nem esse pequeno número havia. Isto faziam as mulheres, e os homens, os Religiosos, os Beneficiados, os Colegiados, as Sés, que haviam de ser o ensino, o exemplo, e espelho de todas as mais! Digam aos seus mesmos agregados as práticas, as risadas, que reservavam aqueles ilustres oficiantes para os tempos das Missas, ainda mais solenes, ainda por divertir o enfado de tão elevados, e Divinos Mistérios. Vejamos por Deus, e compaixão de nós mesmos, os gravíssimos castigos ameaçados de Deus para semelhantes insultos: Maldito quem cumpre com negligência o ofício divino (MALAGRIDA, 1756, p. 24-26, atualização ortográfica¹¹).

¹¹ Mas ah! Que me fe quer este fraco exterior, esta leve tinta de piedade, e Culto Divino! Ver as Igrejas tão solitárias, e as casas de jogo, de conversa, tão frequentadas? Andar o Santíssimo SACRAMENTO pelas ruas aos enfermos, com acompanhamento pouco decente à Magestade Divina, ainda em algumas Freguezias mais populosas? Que praças, que commercios, que gritos, que motins não se faziaõ, até nos coros de quasi todos os Conventos de Religiofas? De forte, que

Apesar de seu texto ter um tom agressivo e condenador, não deixava de representar uma ação educativa ao enumerar todos os erros cometidos pelos indivíduos e a ira de Deus contra eles e a sociedade portuguesa, alertando para a necessidade de uma vida de acordo com preceitos cristãos. Seu modo de redigir o texto tinha o mesmo vigor de seus sermões, que, conforme Mury (1992), eram acalorados e de grande poder de convencimento, e que, em algumas situações, causava comoção e conversões. Contudo o texto sobre o terremoto não fazia apenas condenações e críticas aos erros, o padre tinha claro seu objetivo, que era aproveitar a situação de calamidade e sua boa reputação perante a sociedade portuguesa para reafirmar sua ação catequética educacional e chamar a atenção para as transformações sobre as reformas do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, em especial para a situação da Companhia de Jesus.

Como um membro da Companhia de Jesus, o padre Gabriel Malagrida atuou na defesa dos ideais da Ordem e na manutenção de sua obra educativa. A forma como escreveu o texto, carregado de passagens fervorosas e com um tom apelativo para a conversão, era semelhante aos seus sermões (RODRIGUES, 2010). Ele se utilizou da mesma linguagem no texto, uma vez que a forma de conduzir com este tom surtia grande efeito sobre as pessoas (MASSIMI, 2005).

O texto pode ser analisado em duas partes, a primeira já analisada, é que trata dos motivos que causaram o terremoto e apresenta o comportamento corrompido da sociedade de Lisboa em relação a religião. Contudo, é possível observarmos, na segunda parte, que o texto não somente culpa os indivíduos, como mostra que, para todo o mal, existe o bem; para todo o pecado ou ação desregrada, existe a possibilidade de salvação pela conversão e arrependimento dos pecados.

achando-me hua vez neftes conflictos, e tumultos taõ eftranhaveis, foi necceffario chegar-me a ellas, e eftranharlhe publicamente hum tal defprefo de Deos, e de feu Culto: ifto era nos dias Santos, e nas occafioens de ouvir Miffa; q em outros tempos, e occafioens dos Officios Divinos: *Solitudo, vaftitas, filentium Magnum factum erat in terra*; porque aonde havia duzentas, e trezentas Religiofas, a penas fe achavaõ cinco, ou feis para atropelladamente maftigar aquella reza, que muitas vezes ceffava totalmente; porque nem effe pequeno numero havia. Ifto fazião as mulheres, e os homens, os Religiofos, os Beneficiados, as Collegiadas, as Sés, que haviaõ de fer o enfino, o exemplo, e efpelho de todas as mais! Digaõ os feus mesmos agregados as praticas, as rizadas, que refervavaõ aquelles iluftres officiantes para o tempo das Miffa, ainda mais folemnes, por divertir o que enfado de taõ elevados, e Divinos Myfterios. Vejamos, por reverencia de Deos, e compaixão de nós mefmos, os graviffimos caftigos a ameaçados de Deos para fimilhantes influtos: *Maledictus, qui facit opus Dei negligenter* [...] (MALAGRIDA, 1756, p. 24-26).

Os caminhos apresentados por ele para a salvação são o reconhecimento da culpa, a conversão, a humildade e a prática dos Exercícios Espirituais. Com este discurso, desempenha o papel pedagógico das missões da Companhia de Jesus: educar por meio da ação catequética, porque, se “[...] tratarmos de nos humilhar, e converter verdadeiramente a Deus, atalharemos efetivamente os rigores da justiça Divina, que nos ameaça” (MALAGRIDA, 1756, p. 17, atualização ortográfica)¹². Com esta passagem, além de refirmar a necessidade da conversão, indica que ela deveria ocorrer de forma humilde.

Ao mesmo tempo em que o padre pedia a conversão, fazia um apelo em favor da Companhia de Jesus. O discurso de apelo é ligado à falta de instrução para a população, uma ação catequética educativa que seria realizada com a prática de Exercícios Espirituais, portanto, defendia a manutenção da estrutura de ação da Companhia de Jesus.

Não posso sofrer, a ver nos outros Reinos, Domínios, Nações, e Repúblicas Católicas e como servem, e florescem cada dia mais estes tantos retiros, e exercícios, de modo, que há Cidades com quatro, ou seis casas de exercícios, todas necessárias pelo extraordinário concurso das gentes, que elas concorrem; e nesta dominante tão vasta, e tão Católica, tanto aborrecimento a eles, que a Companhia, de quem o mesmo Deus fez própria administração, muito mais que as outras ciências, e ministérios, tantas outras Casas, não chegou ainda a poder ter uma Casa bem estabelecida para este efeito. Quantas pessoas nobres, e ilustres haverá, que não se sabem examinar! Quantas que não sabem confessar! E quantas que não se sabem arrepender, e cuidam que toda esta fábrica é negócio de palavras, é bater no peito, é rezar o formulário do Ato de contrição, e nada mais, e quantos que não se podem absolver; porque, ou não sabem, ou estão esquecidos, até dos mesmo Artigos da Fé! Provera a Deus que isto fosse só um caso singular, e que não tivesse achado, semelhante desamparo, ainda em pessoas muito conspícuas! Como se podem facilitar, e capacitar estes a fazer uma confissão geral, canônica, verdadeira, segura, se não nestes silêncios, e solidões, a luz de tantas instruções, e meditações, onde ainda com assistência de Mestres tão conspícuos, e tão idôneos para este fim, padecem suas dúvidas, para sossego da sua consciência, para acertar meios, que hão de tomar, e o norte que hão de seguir para assegurar o negócio da sua salvação (MALAGRIDA, 1756, p. 30-31, atualização ortográfica)¹³.

¹² [...] tratarmos de nos humilhar, e converter verdadeiramente a Deus, atalharemos affectivamente os rigores da justiça Divina, que nos ameaça. (MALAGRIDA, 1756, p. 17).

¹³ Não posso soffrer, o ver nos outros Reynos, Dominios, Naçoens, e Republicas Catholicas e como fervem, e florecem cada dia mais estes tantos retiros, e exercicios, de modo, que há Cidades com

Nesta passagem, o padre Gabriel Malagrida reafirma a necessidade das casas para prática dos Exercícios Espirituais e reforça a importância da orientação dos jesuítas para o encaminhamento da salvação e, conseqüentemente a continuidade do projeto educacional da Ordem.

Enfatiza a necessidade da prática dos Exercícios Espirituais e alia sua realização à absolvição dos pecados, como um reconhecimento de Deus nessa prática.

[...] confesso ingenuamente, que eu absolveria toda esta Corte de tão louvável tarefa de oculta, ou pública penitência, contanto que todos fizessem a Deus, para alguma satisfação, o Sacrifício de se retirarem, por seis dias sequer, na casa de exercícios, para ponderar com melhor desafogo, e maior luz, o que é que nos traz de infinitas misérias, um pecado mortal contra tão grande Senhor. (MALAGRIDA, 1756, p. 29, atualização ortográfica¹⁴).

O objetivo era continuar com o projeto educativo da Companhia de Jesus: garantir a formação da sociedade como um todo nos preceitos cristãos.

Com um tom mais profético e já na prisão da Inconfidência, em Lisboa, o padre Gabriel Malagrida escreveu o texto sobre a **Vida e Império do Anticristo**. Assim como fez no opúsculo sobre o terremoto, o texto sobre o Anticristo trata da luta entre o bem e o mal. Ainda que escrito em uma condição adversa e apresentado como inspirado pela Virgem Maria e Jesus Cristo, o texto tem seu valor histórico. Há de se levar em consideração que, ao escrevê-lo, além de se

quatro, ou seis cafas de exercicios, todas neccessarias pelo extraordinário concurfos das gentes, que a ellas concorrem; e nefta dominante taõ vafta, e taõ Catholica, tanto aborrecimento a eles, que a Companhia, de quem mefmo Deos fez propria efta adminiftração, muito mais que as outras Cafas, não chegou ainda poder ter huma Cafa bem eftabelecida para efte efeito. Quantas peffoas nobre, e iluftres haverá, que não fe fabem examinar! Quantas que não fe fabem confeffar! E quantas que não fe fabem arrepender, e cuidaõ que toda efta fabrica he negocio de palavras, he rezar o formulario do Acto de cotrição, e nada mais, e quantos que não fe podem abflover; porque, ou não fabem, ou eftaõ efquecidos, até dos mefmos Artigos de Fé! Prouvera a Deos, que ifto foffe fó hum cafo fungular, e que não tiveffe achado, fimilhante defamparo, ainda em peffoas muito confpicuas! Como fe pôdem facilitar, e capacitar eftes a fazer huma confiffaõ geral, canonica, verdadeira, e fegura, fe não neffes filencios, e folidoens, á luz de tantas onftrucções, e meditaçoens, onde ainda affittencia de Meftres taõ confpicuos, e taõ idoneos para efte fim, padecem fuas duvidas, para focego da fua confciencia, para aertar os meyos, que haõ de tomar, e o norte que haõ de feguir para affegurar o negocio da fua falvação (MALAGRIDA, 1756, p. 30-31).

¹⁴ [...] porém confeffo ingenuamente, que eu abfolveria toda efta Corte de taõ louvavel tarefa de oculta, ou publica penitencia, com tanto que todos fizeffem a Deos, para alguma fatisfação, o Sacrifício de fe retirarem, por seis dias fe quer na cafa de exercicios, para ponderar com melhor defafogo, e maior luz, o que he, e o que nos traz de infinitas miferias, hum pecado mottal contra taõ grande Senhor. [...] (MALAGRIDA, 1756, p. 29).

encontrar em cárcere, ele já tinha idade avançada, portanto passível de alguns lapsos de memória e, relacionando à condição em que se encontrava, seu lado profético poderia ser mais presente no decorrer de sua escrita.

Havia também o embate já estabelecido com o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, já que o texto foi escrito provavelmente no ano de 1760, fato posterior ao atentado a D. José I, que envolveu os Távoras e, de forma indireta, o padre Gabriel Malagrida, e o decreto de expulsão da Companhia de Jesus fora promulgado no ano de 1759 (GOVONI, 2013). Desta forma, podemos considerar o texto como uma tentativa dele chamar a atenção para os fatos que estavam em curso.

Ao redigir o texto, como já feito no opúsculo sobre o terremoto de 1755, faz uso de seus conhecimentos religiosos, visto que, em várias partes, ele usou citações da Bíblia para justificar sua argumentação e explicitar de forma clara os acontecimentos. “A razão pela qual, de algum modo, foi mudada a sentença acerca do Anticristo, que estava até agora resumida no Evangelho de João, na sua divina Apocalipse e que agora se contará por mim mais amplamente” (MALAGRIDA, 2013, p. 22), ou seja, alertava que utilizaria seus conhecimentos para discorrer sobre o assunto.

Em todo o texto discorreu sobre a sua situação e a da Companhia de Jesus. Ele e a Ordem seriam os perseguidos pelo Anticristo, que, nos desdobramentos dos fatos históricos, consubstanciava-se na figura do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo com suas reformas que atingiram diretamente as estruturas do projeto estabelecido pelos jesuítas. Suas críticas foram além, estendendo-se às atitudes do rei também.

O Rei, outrora amantíssimo da Companhia e agora a tal ponto adverso que não somente saqueia a Companhia de seus bens, sem culpa e sem defesa, mas a quer completamente extinta, exterminada e arrasada, permite, também que seu nome, seja infamada por toda espécie de livros divulgados por toda a terra. O Rei vai sentir muito em breve como seja duro dar coice contra o estímulo e quanto prejuízo terá em ser crédulo além do justo e ter prestado ouvido e atenção a alguns e ter deixado totalmente de lado a verdade. Não somente o universo inteiro maravilhará, mas ficarão estupefatos todos os pôsteres e, ainda que entendam o que aconteceu, duvidarão que tenha sido feito pelos Reis Portugueses, que amavam esta ordem mais que todas as outras (MALAGRIDA, 2013, p. 56).

Com esta passagem, o padre Gabriel Malagrida estabeleceu que D. José I foi o responsável pelas ações contra a Companhia de Jesus e, no contexto da história de vida do Anticristo, baixou uma instrução sobre a não validade de toda a obra executada pelos jesuítas. Acrescenta que a preservação da Ordem seria o caminho mais correto para se manter a sociedade em uma vida regrada pelos preceitos cristãos, mas, ao invés disso, o rei realizava suas reformas e permitia que circulassem informações contrárias aos jesuítas.

O fato é que, ao direcionar os acontecimentos relacionados à Companhia de Jesus às atitudes do rei, o jesuíta apresentava o contexto de bem e mal, e tentava, ainda que em uma condição precária e adversa, sustentar, ou quem sabe, salvar a estrutura da Companhia de Jesus com um apelo para a revitalização de seu projeto catequético, educativo e missionário vigente até então.

No desenvolvimento do texto, observamos que existem partes intercaladas, em que o pensamento do padre se mistura com aquele atribuído às vozes da Virgem e de Jesus Cristo (vozes ouvidas segundo seu relato). Nesses momentos, a temática sobre o Anticristo ficava em segundo plano e todo o texto passava a ser sobre as dificuldades da Companhia e as ações de D. José I e seu ministro.

Como é que o Rei até agora tão moderado e equilibrado, sábio e benevolente para ti e tua Companhia, agora [ficou] tão iníquo e cruel, que da mesma forma que os outros reis se gloriaram em favorecer e dilatar, assim agora tenha como louvor e triunfo, exterminá-la e extingui-la? Cego e guia de outros cegos, porque se deixa guiar por um cego mais iníquo, para cair ambos num buraco. Eu disse injusto, iníquo e cruel e tu dás sinais de não querer escrever? (MALAGRIDA, 2013, p. 171).

O texto, no trecho acima, privilegia um caráter profético e condições adversas, que permitem o questionamento da sanidade do padre Gabriel Malagrida. Fica a dúvida se, realmente, ao escrever o texto, o jesuíta estava em boas condições de sanidade mental, até porque ele mesmo demonstrou dúvidas em alguns momentos, “E nem já podia confiar muito nos impulsos e revelações e por outro lado não podia duvidar” (MALAGRIDA, 2013, p. 62).

Apesar de ser um texto escrito em tom profético, tem importância e validade, porque, ao desenvolver o enredo pela história do Anticristo e pelas

passagens em que fazia críticas a D. José I e a seu ministro, ele fazia a representação de um momento histórico e de transformação da sociedade portuguesa com as implementações das reformas idealizadas por Sebastião José de Carvalho, o ministro josefino, e que afetaram diretamente a Companhia de Jesus.

O padre, apesar de sua condição adversa e ao seu modo, criticava a atuação do rei e do ministro, assim como as reformas em andamento, porque, com todas as mudanças, houve a quebra de uma estrutura que vigorara por mais de duzentos anos. Essa estrutura, que agiu majoritariamente no campo da educação, foi responsável pela formação de boa parte da população portuguesa e de seus domínios. Assim, entendemos que havia coerência quando ele abordava estas questões. O tom profético já fazia parte da sua ação e vida, utilizava-o com frequência em seus sermões com o objetivo de causar maior comoção e obter mais resultados nas conversões.

A ação do padre, na composição do texto ou durante toda sua vida de missionário, cumpriu um papel social, por ser o ato de educar uma tarefa de toda a sociedade. No caso específico do jesuíta, fazia parte do seu projeto de vida religiosa, uma vez que a educação era o campo de maior atuação da Companhia de Jesus.

Apesar de o texto não tratar diretamente sobre a educação propriamente dita, nem de uma educação de bancos escolares, ele cumpria o papel da formação numa sociedade. No caso, a manutenção de uma estrutura educacional e comandada pela Companhia de Jesus.

[...] o objeto escolhido para o estudo, mesmo que não seja ligado particularmente à educação institucional, congrega em si as necessidades de um momento histórico onde a instrução, na forma mais geral que assume no interior de relações já estabelecidas, tem tarefa de encaminhar os homens ao atendimento das necessidades trazidas [...] Importa aqui, clarificarmos de que educar é tarefa de toda uma sociedade e se realiza através de todos os meios, irrompendo em seu interior como uma força impossível de ser controlada, mesmo quando aparentemente os homens parecem estar imóveis, alheios às forças que eles próprios colocaram em expansão (PERIOTTO, 2001, p. 23-24).

Momento histórico que, na sociedade portuguesa, foi marcado pela substituição da atuação da Companhia de Jesus pelos Oratorianos e outras Ordens, que passaram a comandar o ensino sob o controle direto da administração josefina, na figura do ministro.

Aos jesuítas como um todo e, em particular, ao padre Gabriel Malagrida, coube a defesa de seus ideais a preservação da Ordem e a tentativa de sobreviver às reformas. Daí a validade do texto ligado à educação, nele, o padre fez a discussão sobre as mudanças da sociedade e, ao fazer tais discussões e questionamentos, queria levar as pessoas a pensarem sobre a estrutura e, conseqüentemente, realizar a formação e/ou educação.

Ao escrever estes dois textos, o padre Gabriel Malagrida teve como objetivo denunciar as condições da sociedade de Lisboa, segundo seu entendimento, no que tangia às reformas e, conseqüentemente, às ações contra a Companhia de Jesus. São dois textos que tratam de uma situação, mas que, ao mesmo tempo, traz uma mensagem educativa, a de se manter fiel aos propósitos cristãos e à prática dos Exercícios Espirituais.

Ao longo de sua vida, escreveu cartas e outros escritos que foram publicados em uma obra organizada por Govoni (2012). Um total de cinquenta e sete documentos a remetentes diversos. Cumpria seu papel de jesuíta, escrever cartas e registrar os principais acontecimentos de sua atividade missionária, bem como cartas para familiares e amigos que relatam sua condição de vida como missionário e momentos de incertezas em relação à sua vida e ao futuro da Companhia de Jesus.

Independente de tal função, as cartas também podem se revelar como um meio educativo. Neste sentido, em meio a informes diversos, o padre sempre escrevia algo que pudesse contribuir para a instrução e educação a quem se dirigia, ou informava sobre sua atividade educativa em terras de missão e, com isso, descrevia seu papel de educador como membro de uma sociedade, portanto responsável pela educação como um todo.

Para um melhor entendimento da função educativa das cartas, faremos a análise por categoria de destinatários, como os familiares, membros da Companhia de Jesus, outros religiosos e nobres. Entendemos que uma análise

por categorias dos que recebiam as cartas facilita o entendimento dos assuntos tratados.

Nas cartas que foram enviadas aos seus parentes, irmãos e um sobrinho, o padre Gabriel Malagrida fez recomendações de como deveriam nortear suas vidas. Segundo ele, a vida deveria ser vivida com sabedoria e com uma resignação religiosa. Em carta enviada ao seu irmão, o padre Miguel Malagrida, dizia:

Procure colocar, em ordem certa, o seu viver, com o parecer de algum padre espiritual sábio. Tanto tempo para oração, tanto tempo para estudo, a Missa, as ações de graças, a fim de executar o apostolado no melhor modo possível. Em primeiro lugar, em casa e depois fora de casa, para que é extremamente útil ganhar créditos de homem sábio, reto e amável. Cuide do exame de consciência particular assim como de emendar pouco a pouco todo e qualquer vício, dos quais cada um tem a sua parte: como de certa agressividade e precipitação em todas as coisas as quais todos nós da família, talvez pela compleição sanguínea, somos inclinados. Também cuide em perceber que é muito importante para fazer o bem aos outros avisar, corrigir, animar, mas sempre em *spiritu lenitatis et amoris* [com espírito de ternura e amor], e, se receber uma má resposta por recompensa, então é o momento para dizer “*vive in bono malus*” [pague o mal com o bem], viver as coisas na mansidão até chegar ao ponto. [...] (MALAGRIDA, 2012, p. 2).

Em uma carta familiar a um irmão também padre, o jesuíta não deixava de fazer o papel de educador ao recomendar um estilo de vida com resignação, pensar no próximo, manter-se em estudos. Seu objetivo, segundo nossa análise, parece indicar a forma como seu irmão teria que agir em sua vida religiosa para que pudesse realizar o papel de educador na sociedade.

As indicações aos seus parentes não se restringiam apenas ao comportamento, em uma carta à sua irmã, Maria Madalena Malagrida, recomendou a construção de uma casa para abrigar uma confraria para a realização de orações.

Forme-se uma Confraria cuja obrigação seja roubar quantas mais almas puder ao Purgatório. Quem já está inscrito na Confraria do Sacramento, Rosário, do Carmo e da Cintura etc. poderá fazer isso todos os domingos. Quem faz todos os dias um pouco de

oração mental poderá fazer uma vez por mês em qualquer dia (MALAGRIDA, 2012, p. 115).

Esta recomendação revela sua intenção de realizar uma educação social. A casa de oração seria uma forma de contribuir para a formação de um maior número de pessoas de acordo com os preceitos cristãos. E, além de solicitar a construção de uma casa de oração, comunicava a um sobrinho suas realizações missionárias na construção de seminários, conventos e casas de recolhimento com o auxílio e anuência da rainha D. Maria Ana. A informação que foi prestada ao sobrinho poderia ter sido com o objetivo de inspirá-lo a fazer o mesmo, uma vez que o sobrinho também era um padre jesuíta. O fato é que, ao informá-lo, ele dava exemplo de como um jesuíta deveria agir em sua vida religiosa.

Com as cartas enviadas ao Geral da Companhia de Jesus, cumpria uma obrigação da Ordem: informar todos os acontecimentos de sua ação missionária. O conteúdo das cartas tratava sobre a conversão de indígenas, das pregações que realizou, das práticas dos Exercícios Espirituais, sobre seu tempo de atuação como professor e da necessidade de casas para a prática de Exercícios Espirituais em Lisboa.

Em muitos casos, a conversão dos indígenas ocorria na hora da morte, e, entendia ele, a ação surtia o efeito esperado, já que utilizava o fato como exemplo de uma vida que foi salva pela fé e arrependimento.

Ele mesmo subiu à igreja, muito alegre e risonho, como de costume, segurando o crucifixo nas mãos. Respondeu egregiamente a tudo que se quer de um adulto iniciado aos Sagrados Mistérios, e, quando lhe dei a saber para viver ficando com uma mulher só e para sempre, “não tenho nenhuma – disse – já que aquela que era minha mandei embora, visto que estava muito agarrada ao companheiro e, desde que ouvi pelo intérprete o divino mandamento acerca disso, contive os olhos e o espírito de qualquer outra mulher até o dia de hoje”.

Dei-lhe o Batismo, não sem as lágrimas de todos os presentes e, no dia seguinte, o sepultei no mesmo lugar com os ritos da Igreja. (MALAGRIDA, 2012, p. 12-13).

Neste relato feito ao padre Geral Miguel Angelo Tamburini, no ano de 1725, relatou os resultados obtidos junto a um indígena, que mudou seu comportamento em relação à bigamia, arrependeu-se e recebeu o batismo. A cena do batismo,

pelo que podemos inferir, ocorreu na presença de outros indígenas, o que demonstra que se aproveitou de tal situação para educar pelo exemplo. Consistia em mais uma tentativa para que outros seguissem o mesmo caminho do indígena convertido.

A preferência do padre Gabriel Malagrida em ser missionário a ser professor sempre foi clara, via mais resultados nas ações juntos aos indígenas e na prática dos Exercícios Espirituais. Sem contar seus fervorosos sermões, que causavam comoção por onde se realizava, ele tinha muita habilidade e se utilizava de seus conhecimentos para convencer as pessoas por meio de seus sermões. Quando foi indicado para ocupar a cadeira de professor no Colégio do Maranhão, ele o fez a contragosto, e logo se remeteu ao Geral com uma solicitação para que o deixasse somente atuar em missões. A carta foi enviada ao novo Geral, o padre Francisco Retz, que assumiu o cargo deixado em decorrência da morte do padre Miguel Angelo Tamburini.

Agora, pela autoridade do mesmo Pe. Geral falecido, eu era destinado às expedições piauienses. No entanto, os Superiores me prenderam, obrigando-me a ensinar teologia e, por acréscimo, a ensinar humanidades. É verdadeiramente muito pesado este ofício para mim, sobretudo por estar afastado do ensino e sem prática de estudo por causa daquela maneira de viver com os bárbaros. Obedecerei, contudo, ainda que entenda ser de maior fruto cultivar aqueles campos [piauienses] de que instruir os escolásticos [...] me ocupe pelo restante de minha vida em expedições ainda mais frutuosas. Nada me será de maior alegria e favor! (MALAGRIDA, 2012, p. 62).

O padre via nas missões maior possibilidade de resultados do que ensinar nos colégios da Ordem. Embora ele estivesse preparado para tal porque desde o tempo do noviciado suas qualidades como estudioso eram destaque (MURY, 1992), sempre ressaltou sua vontade em atuar nas missões e nas orientações da prática dos Exercícios Espirituais.

A preocupação com as casas para a prática de Exercícios Espirituais foi o assunto de uma carta enviada, de Lisboa, ao novo Geral, no ano de 1754, o padre Inácio Visconti. Explicava ao superior que, apesar das dificuldades em criar uma casa para fim específico em Lisboa, ele realizava as práticas como podia, por se dedicar “[...] ao trabalho e ao cuidado não ordinário de cultivar com exercícios

espirituais aqueles conventos que os quiserem seguir” (MALAGRIDA, 2012, p. 135).

Quando escreveu esta carta, o padre havia retornado pela segunda vez para Portugal após um chamado da rainha D. Maria Ana, compromisso que havia assumido anteriormente. O padre também escreveu cartas à rainha e, ainda que não fosse em grande número, é possível perceber que a correspondência entre os dois tratou das obras missionárias e do projeto educativo do padre na construção de seminários e casas de recolhimento, bem como a recorrente intenção de aumentar a prática dos Exercícios Espirituais como forma de conversão e a continuidade de uma vida de acordo com os preceitos cristãos.

Ele não perdia oportunidade para praticar sua atividade missionária, em especial a prática dos Exercícios Espirituais, fato relatado em carta enviada à rainha juntamente com a informação de seu retorno à América Portuguesa no ano de 1753, após sua primeira viagem a Portugal.

[...] e, ainda que nela não pudesse fazer missão regular [...] consentiu-me uma meia hora de prática e novena que se fez a N. Sra. do Carmo. Com estas poucas práticas, entraram tanto adentro [no ânimo] a luz e o desengano daqueles perto de 400 pessoas, embarcadas de toda a costa, pois foram muitas as confissões gerais, e não só nos ocupamos no mar, como também em terra (MALAGRIDA, 2012, p. 120).

E o assunto sobre a construção de obras para assistência foi tema recorrente em carta à rainha D. Maria Ana, conforme tratou na carta de 1754, que fora enviada do Maranhão.

Com efeito, apesar da estreiteza do tempo, não só se fundou um seminário como se povoou o mesmo de meninos que os nossos padres criam e instruem em virtude e letras, com o máximo cuidado. Levantou-se, desde os fundamentos até o teto, um mosteiro para as futuras freiras, e também se acabou e mobiliou um conservatório ou recolhimento para as raparigas. Este, felizmente, se abriu no dia 5 de agosto do mês próximo passado, e com grande aplauso da cidade, concurso de todas as classes e com toda a solenidade que foi possível, esta nova colônia de meninas deu entrada no seu novo edifício para nele encontrar amparo e educação (MALAGRIDA, 2102, p. 128).

Em dois momentos da carta que foi enviada à rainha, destacava a ação educativa do seminário da casa de recolhimento. É importante lembrar que ele não atuava diretamente no trato com os internos, mas a forma como as instituições desenvolviam suas atividades seguia um padrão por ele estabelecido, ou seja, o projeto religioso educativo era elaborado por ele. Ao finalizar esta carta, retoma a questão dos Exercícios Espirituais, explicando sobre sua eficácia na conversão das pessoas e cobra a promessa que D. José I lhe havia feito.

Ora, se têm os exercícios tanta força, com estes indígenas, brancos, pretos, mestiços, quando apertados se comovem, iluminam e convertem deveras, o que não fará esta arte celestial numa Corte e numa cidade tão culta e que mais se assemelha a um mundo?

O Sereníssimo e Fidelíssimo Rei e Filho de V.M. não é possível que se esqueça de si próprio e de tão santa e solene promessa que me fez, a mim, ou antes, não a mim, mas sim a Deus, Rei de todos os Reis, e que eu seria demasiado criminoso se duvidasse de sua firmeza se a não julgasse tão firme do que qualquer juramento (MALAGRIDA, 2012, p, 129).

No trecho final da carta, retomou o assunto da promessa que D. José I fizera a ele sobre as construções de casas para a prática de Exercícios Espirituais e, diante do silêncio do monarca em relação ao assunto, recorreu à rainha. Contudo, o pedido não se consumaria, visto as relações entre a Corte portuguesa e os jesuítas terem tomado outros rumos, e nem mesmo a rainha conseguia mais interferir em favor dos padres. Era apenas o começo das reformas e ações contrárias à Companhia de Jesus.

Os assuntos sobre as construções de seminários e casas de recolhimentos eram recorrentes nas cartas escritas pelo padre Gabriel Malagrida. Ao enviar cartas a diversos religiosos, sempre retomava a informação sobre seus aspectos positivos e negativos. Não podemos esquecer que ele fez desse projeto missionário um dos objetivos de sua vida, já que, por meio dessas assistências, tinha a intenção de converter e formar o maior número de pessoas de acordo com os preceitos cristãos. Entendia que, se um maior número de pessoas seguisse esses preceitos, haveria maior possibilidade de mudanças na sociedade.

Mesmo desterrado em Setúbal, já no ano de 1756, seguia firme em seu propósito missionário. Destacamos duas cartas que tratam de assuntos

relacionados ao trabalho educativo que realizou. Em uma delas, ao escrever ao padre Anselmo Eckart, justificou porque escreveu o texto sobre o terremoto. Ele acreditava que, com o opúsculo divulgado no mesmo ano sobre o assunto, mostraria que o comportamento da sociedade de Lisboa fora o causador da tragédia, podendo convencer os lisboetas que só a mudança possibilitaria a salvação de todos. Pelo seu relato, depreendemos que, mais uma vez, ele realizou uma atividade de formação da sociedade como um todo: “[...] eu, o menor de todos, desci à arena, tomei a pena e, apoiado no testemunho de muitos Santos Padres, demonstrei que este terrível tremor de terra era sinal claro da ira de Deus” (MALAGRIDA, 2012, p. 157).

Ele também se mostrava firme em seu propósito de aplicar os Exercícios Espirituais. Em uma carta datada de 1757, em que não consta destinatário, enviada de Setúbal, relatou sua efetiva orientação na prática, apesar da proibição de sair da cidade.

Já tenho dado nesta Vila uma bolada de exercícios. Não havia lugar conveniente, porém, Nossa Senhora descobriu uma casa tão bela e tão grande, como a de Lisboa [...] não é maior certamente. Hoje ou amanhã, estou para entrar com outra turma. Sinto extraordinário impulso para implantar do mesmo modo esse estilo de retiros fechados neste empório da sabedoria Lusitana. *Hoc faciat Deus et hoc addat* (Que Deus faça isso a acrescentar) para que, com o exemplo dos mestres, chegue esta flor da juventude ao cultivo de seis dias de retiro cada ano (MALAGRIDA, 2012, p. 158-159).

Nesta passagem, ele deixa claro que havia intenção de expandir a prática realizada em Setúbal, pretendia ir para um local onde havia jovens estudantes e seus mestres. Em nossa análise, podemos inferir que, apesar de já ter sido expulso do palácio e proibido de sair da cidade de Setúbal, ainda contava com um considerável número de seguidores de suas práticas, evidenciando que seu prestígio e posição de respeito ainda eram notáveis na sociedade portuguesa.

Uma das pessoas que mantinha contato com ele era D. Leonor, a Marquesa de Távora, a quem enviou um significativo número de cartas entre os anos de 1756 a 1758. Nelas, os mesmos assuntos até aqui analisados foram recorrentes. Pelas cartas enviadas à marquesa, depreendemos que a relação estabelecida entre eles era a de um orientador espiritual e sua seguidora. Na

maioria delas, havia recomendações para que D. Leonor e sua filha seguissem uma vida religiosa, praticassem a caridade e os Exercícios Espirituais.

Enfim, eu me regalo de ter tão boas discípulas, e tenho em agradecimento ao Altíssimo e para VV.EE. e suas casas oferecido a Missa; e ofereço a eles todo meu coração. Eu as aceito para discípulas, ainda que havia de ser o revés: mas com este pacto que sejam minhas companheiras e coapóstolas para atrair quantos puderem da sua esfera e abrasar-se todos no serviço e amor de tão bom Senhor [...].

Não tenho tempo para mais; logo mandarei a segunda instrução ou a segunda parte, mas desejo muito também que VV.EE, lhe metam as mãos e ajudem a barca (MALAGRIDA, 2012, p. 155).

Além da indicação de um modelo de vida a seguir, fazia recomendações e convocava a marquesa e sua filha para atuarem, de certa forma, como missionárias no círculo social em que viviam para que pudessem converter o maior número de pessoas, segundo as instruções que foram dadas por ele.

Em uma das cartas, de março de 1758, faz referência a D. José I e à prática dos Exercícios Espirituais: “A Marq.^a de Anjeja me escreve que o Morgado, seu marido, pediu claramente a el-Rei e lhe disse que quer vir etc.” (MALAGRIDA, 2012, p. 194). Podemos entender que a prática dos Exercícios Espirituais era realizada por nobres, e que agiam na intenção de divulgar tal prática, demonstrando a popularidade do padre Gabriel Malagrida com sua obra missionária na manutenção dos ensinamentos e preceitos cristãos.

Nas demais cartas, os assuntos recorriam ao relato de missões, sobre as construções de seminários e casas de recolhimento, sobre a necessidade de cada vez mais pessoas realizarem a prática dos Exercícios Espirituais, bem como a necessidade e urgência, segundo o padre, das construções das casas para tal prática.

Ao analisarmos as cartas do padre Gabriel Malagrida, constatamos a recorrência de temas voltados à sua prática missionária. Ainda que sua prática não tenha sido ligada diretamente a uma ação educativa, podemos considerá-la como vinculada a um projeto educativo, que procurava formar de acordo com os ideais da Companhia de Jesus e os preceitos cristãos. Além disso, a forma como desenvolveu sua missão lhe rendeu muitos seguidores e respeito, seja na América Portuguesa, seja em Portugal, com destaque para sua significativa

atuação na corte. E, mesmo após o início das ações empreendidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho, essa reputação não se modificou.

Um fato que nos chamou a atenção foi a existência de uma literatura e a associação da imagem do padre com um contexto do imaginário popular. Esta ação ocorreu tanto em produções portuguesas como brasileiras e, para além do que foi discutido até aqui, ele tem seu nome relacionado com a criação da Umbanda no início do século XX no Brasil. Entendemos que tal produção pode ser considerada uma consequência da representatividade que estabeleceu com sua ação missionária.

4.4. O padre Gabriel Malagrida: a literatura e o imaginário popular

A maneira como o padre Gabriel Malagrida viveu e atuou como missionário fez com que conquistasse seguidores e crentes apesar de toda a propaganda antijesuítica realizada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e, em especial, contra ele durante os anos finais de sua vida e após sua execução. Ao realizarmos pesquisa e levantamento de fontes sobre o padre jesuíta, encontramos uma literatura diversificada que confirmou que existem não só estudos históricos, de religião ou da educação, há uma produção nas áreas da ficção e/ou noticiosa, psicologia, teatro, literatura de cordel e, particularmente no Brasil, que o relaciona com a umbanda. Os escritos apresentam fatos de sua biografia, de suas missões, do período que passou em Portugal, do terremoto, do atentado ao rei em 1758 e os desdobramentos de sua relação com o ministro josefino.

Como literatura de ficção e/ou noticiosa, abordada, porém, no contexto histórico da época, encontramos quatro livros, sendo dois de um mesmo autor. Há, no desenvolvimento das escritas, a clara percepção de que os autores conhecem historicamente os fatos que ocorreram com o padre Gabriel Malagrida, contudo, a forma como produziram o enredo levou a classificarmos como uma ficção e/ou noticiosa.

A obra **Quando Lisboa tremeu**, de Domingos do Amaral, publicada em 2010, é um romance que tem personagens reais, como o padre Gabriel Malagrida e o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, além de outros criados pelo

autor para o desenvolvimento do romance. Com relação a uma das personagens fictícias, a Irmã Margarida, que foi condenada à fogueira, o autor informa: “Os factos deste livro são baseados num acontecimento real. Portanto, qualquer semelhança com a realidade não é, pois, coincidência. A intenção é mesmo essa” (AMARAL, 2010, p. 8).

Com uma abordagem mais próxima da realidade e um tom noticioso, a obra **O dia do Fim – ira, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755**, de Nicholas Shrady, publicada no ano de 2014, foi escrita em um contexto que apresentou a rivalidade, de forma inflamada, entre o padre jesuíta e o ministro josefino. Aborda debates realizados no campo da filosofia, em que o argumento da razão sobressaiu ao da religiosidade (SHRADY, 2014).

As duas últimas desta categoria são do mesmo autor, Pedro Almeida Vieira, uma de ficção, que teve por base pesquisas em fontes da época, intitulada **O profeta do Castigo Divino – a venturosa vida de Gabriel Malagrida, o jesuíta que tentou salvar Lisboa do terremoto de 1755**, publicada no ano de 2005. Foi escrita em forma de um diálogo travado entre o padre jesuíta e o diabo, que, no desenvolvimento da história, teve o papel de interlocutor na vida e obra do padre.

Este romance é uma ficção! Convém esclarecer, não vá o diabo tecê-las e a Igreja Católica ficar ofendida. No entanto o seu conteúdo bem como as personagens baseiam-se em factos, inúmeros documentos (não é imodéstia, mas foram mesmo centenas), deduções, intuições, procurando-se sempre um rigor cronológico. Não deixa, porém, de ser uma ficção, embora com uma linha orientadora: os acontecimentos relatados estão tão próximos da verdade e da mentira como muitas crónicas oficiais, políticas ou teológicas escritas naquela época. [...] (VIEIRA, 2005, p. 9).

Do mesmo autor, o livro **Assim se pariu o Brasil** foi publicado no ano de 2016, baseado em fatos históricos que abarcam desde o século XVI até o XIX. Trata da História do Brasil por temas, como religião, conflitos sociais, guerra, entre outros. A abordagem sobre o padre Gabriel Malagrida entrou no tema jesuítas, o qual foi identificado como santo vivo, herege morto e umbandista (VIEIRA, 2016).

Escrito por uma psicóloga, Joana Amaral Dias, **Maníacos de qualidade – portugueses célebres na consulta com uma psicóloga** foi publicado no ano de 2010. O livro faz uma simulação como se o padre Gabriel Malagrida e o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo estivessem em uma sessão de terapia, ou em uma análise, na qual a autora realizou tomando por base o contexto da relação deles: “Para Pombal, Malagrida era o inimigo. Para Malagrida, Pombal era o demónio” (DIAS, 2010, p. 95). Em um capítulo intitulado *Malagrida e o Marquês de Pombal – loucura a dois*, a autora os trata como “loucos”, e alterna a análise das características do ministro e do padre.

No discurso, Pombal caracterizava-se pela prolixidade. Não tão verborreico quanto Malagrida e, certamente, bem menos dramático. Porém, o marquês – quer a falar, quer a escrever – distinguia-se pela quantidade e, amiúde, pela insistência repetição, redundância. [...] O que tirava o tirano do sério e o dominava era a desconfiança, o rancor a cólera [...] Tinha então, um humor irascível, não admitia crítica, tornava-se vingativo. Malagrida, constantemente exuberante e inabalável nas suas convicções, tinha, como é óbvio, o dom de irritar Pombal, para quem a vivacidade, o convencimento e até uma determinada alegria estulta eram insuportáveis. [...] O que fosse. Mas um nariz empinado, uma risada fácil, um devaneio, uma fraqueza humana, abespinhavam-no. Era Malagrida que passava o tempo a pregar contra os pecaminosos. Mas era Pombal que não tolerava pecadilhos (DIAS, 2010, p. 86).

Escrita no século XIX a peça **Gabriel Malagrida ou A Conjuração dos Távoras – crônica do século 18**, de autoria de José Manoel Rego Vianna, foi representada pela primeira vez no ano de 1850, na Bahia, no Theatro de São João. Classificada como um drama original em três atos, seis quadros ou oito partes, o enredo é marcado pelo período de 1754 a 1759, quando da execução dos nobres envolvidos. Na apresentação das personagens, o padre Gabriel Malagrida é identificado apenas como um jesuíta, porém no Ato V, Cena VII, seu destino da ficção se aproxima da realidade.

Official: !Segurando Malagrida! Eis aqui o réo” Segurai-o!
 (Entrega-o aos soldados)
 Malagrida: - Maldição! – Maldição!
 Povo: - Ao fogo! Ao fogo!
 Official: - Condenado pela Inquisição! Portugal, a tua história estampará neste dia um castigo exemplar! Um trama Jesuítico

arrastou ao cadafalso aquelas victimas, e apoz a sua morte virá a extinção da Companhia de Jesus! (VIANNA, 1864, p. 150).

Como o ano final na peça foi 1759 e não em 1761, ano da execução do padre, como o padre não foi condenado pelo atentado de 1758, temos o contexto do real com o fictício em mais uma categoria literária.

No estilo da literatura de cordel, encontramos duas publicações, uma intitulada **O peregrino de Deus**, de Adélia Carvalho, publicado no ano de 1978, e outra de Clotilde Tavares, com o título de **Vida e Obra do Padre Malagrida – o Santo Andarilho do Nordeste**, que foi publicada no ano de 2005.

Mesmo escritos em épocas diferentes, os dois cordéis seguem o mesmo estilo de escrita sobre a vida do padre Gabriel Malagrida. Em ambos, é apresentada uma pequena biografia do jesuíta, sua atuação como missionário, os desdobramentos históricos após a ascensão de D. José I ao trono português por meio da ação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, a construção dos recolhimentos, bem como da atuação do padre após o terremoto de 1755 no auxílio aos feridos e sobre o atentado de 1758 contra o rei.

Outra semelhança no texto dos cordéis é a forma como o padre foi caracterizado, em um estilo místico e virtuoso, como, por exemplo, mártir, gênio visionário, santo (CARVALHO, 1978), e ainda pregador famoso, carismático (TAVARES, 2005), assim como outros adjetivos que, de fato, aproximam-no de uma categoria de santidade.

Deus exaltou Malagrida,
Seu nome é hoje sinal,
Ele arriscou sua vida
Pela causa social,
Não fazendo distinção
Com o espiritual.

Ele é santo e abençoa
Quem faz comunicação
Sendo um elo na corrente,
Favorecendo a união
De uns para com os outros,
Pois todos somos irmãos (CARVALHO, 1978, p. 15).

Além da designação de adjetivos que exaltam características que aproximam o padre de um santo, há a intenção de homenagear e manter presente a memória sobre a vida e a obra do jesuíta.

Assim louvei Malagrida
 Honrei a sua memória
 Como mártir e como santo
 Reside vivo na história
 Inutilmente o mataram
 Pois seus feitos preservaram
 Ele em Deus e em sua glória.

Para louvar Malagrida
 Juntei Mil delicadezas
 Mando o incenso da poesia
 Em versos, como riquezas
 E as estrelinhas do céu
 Que me cobrem com seu véu
 São minhas velas acesas (TAVARES, 2005, p. 21).

Da mesma forma que há uma intenção em preservar a memória sobre o padre Gabriel Malagrida e de relacioná-lo com a imagem de santo, ocorreu, no Brasil no início do século XX, uma relação do nome do padre jesuíta com a fundação da prática religiosa na Umbanda. Na obra **História da Umbanda no Brasil**, escrita por Diamantino Fernandes Trindade, publicada no ano de 2014, foi traçada a história dessa religião fundada por Zélio Fernandino de Moraes (1891-1975), que, no dia 15 de novembro de 1908, realizou em sua casa, no estado do Rio de Janeiro, a primeira sessão da nova religião, como foi denominada (TRINDADE, 2014).

O fato é que, na primeira sessão, a manifestação da entidade e/ou espírito responsável pelos trabalhos, como é denominada cada reunião, informou que, em outras vidas, havia sido um padre jesuíta que viveu no Brasil. E acrescentou que, em sua última encarnação, tinha vivido como um caboclo e, para comandar ou dirigir a nova religião, preservou suas características e se autodenominou Caboclo das Sete Encruzilhadas (TRINDADE, 2014).

A relação da Umbanda com o nome padre Gabriel Malagrida é pouco citada pela literatura acadêmica, somente em literatura da área da religião afro-brasileira, encontramos tal referência. Contudo, ao pesquisarmos em uma plataforma virtual, aparecem, já nos primeiros resultados, sítios em que constam a

abordagem do padre relacionado com a Umbanda. A confirmação de que o espírito do Caboclo das Sete Encruzilhadas havia sido o padre Gabriel Malagrida só ocorreu anos depois: “Cabe aqui ressaltar que apenas em 16 de novembro de 1919, o Caboclo das Sete Encruzilhadas revelou ao seu médium Zélio de Moraes a sua existência como Padre Gabriel Malagrida” (TRINDADE, 2014, p. 122).

Apesar de ser uma literatura diversa, é possível afirmarmos que os autores tinham conhecimento da vida e atuação missionária do padre Gabriel Malagrida. Diferentemente de uma literatura com referências baseadas em documentos, artigos científicos e pesquisas acadêmicas, esta categoria traz um estilo que perpassa o místico.

A expressividade da figura do padre Gabriel Malagrida só existe devido à ação que o jesuíta desempenhou como missionário da Companhia de Jesus e de sua atuação junto à corte portuguesa. Com uma vida intensa e dedicada, durante mais de quarenta anos, ao serviço missionário da Companhia de Jesus, o padre Gabriel Malagrida figura como um importante jesuíta do século XVIII que atuou nas áreas da religião, assistência aos menos favorecidos e desamparados, edificação de obras e na educação formativa da sociedade em que viveu.

5. CONCLUSÃO

O padre Gabriel Malagrida foi um jesuíta italiano que atuou por mais de quarenta anos como missionário da Companhia de Jesus em terras brasileiras e portuguesas. O seu período de atuação coincidiu com o final do reinado de D. João V e parte do reinado de D. José I, em que houve um período de reformas implementadas pelo ministro josefino Sebastião José de Carvalho e Melo, as quais afetaram a Companhia de Jesus e o padre.

Por mais de duzentos anos, a Companhia de Jesus foi uma das ordens religiosas mais representativas em Portugal e exerceu, de forma majoritária, o controle educacional da sociedade portuguesa e seus domínios. Esta situação se alterou a partir dos anos finais do reinado joanino, com o prenúncio de reformas, que só se concretizaram no reinado de D. José I, por meio da atuação de seu ministro.

O reinado de D. Joao V pode ser considerado como um típico governo absolutista, o rei centralizava em suas mãos as decisões a serem tomadas, apesar da existência de secretários de governo. Não havia um controle ou registro das ações e todas as decisões eram tomadas diretamente por D. João V, que, embora centralizador era considerado um monarca generoso, que atendia às necessidades da época. Por outro lado, era criticado por ser carola e não aplicar devidamente os recursos financeiros do reino.

Mesmo sem ter um controle financeiro, D. João V foi responsável por fomentar a cultura no reino, como a organização da Biblioteca da Torre do Tombo, em 1713, e a criação da Academia Real da História Portuguesa, no ano de 1720. Foi durante o reinado joanino que Portugal teve seu período de destaque no cenário europeu e mundial e, em um segundo momento, o de estagnação, contribuindo para o aumento das críticas ao rei e um sentimento de que havia a necessidade de mudanças e reformas para que Portugal voltasse a figurar com o mesmo destaque de antes. Na segunda fase do reinado joanino, todavia, não houve alterações.

Ainda nesse período, a Companhia de Jesus se manteve na mesma condição, apenas alguns confesores reais foram substituídos por padres oratorianos. Mas, ao mesmo tempo em que isto ocorria, o padre Gabriel

Malagrida, que esteve em Portugal do ano de 1749 a 1751, atendeu ao rei como confessor e lhe aplicou os Exercícios Espirituais, bem como assistiu sua morte e, após, continuou como confessor da rainha D. Maria Ana.

Antes de morrer, D. João V concedeu auxílio e autorização para que o padre Gabriel Malagrida realizasse sua missão na América Portuguesa com a construção de colégios, seminários e casas de recolhimentos. Essa assistência durou até a morte da rainha, no ano de 1754, apesar de D. José I já ser rei desde 1750.

Nesse período, o padre Gabriel Malagrida era bem conhecido na Corte portuguesa por sua obra e fama de ser um dedicado religioso, fato que contribuiu para o apoio dos monarcas. Como D. Maria Ana o convocou para acompanhar sua morte, o padre retornou para Portugal no ano de 1754, mas não pode acompanhá-la, porque foi impedido de estar com a rainha em seus últimos momentos. Sua situação e a da Companhia de Jesus já não eram as mesmas, o ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, havia iniciado suas reformas, e um dos seus alvos era a Ordem Religiosa dos Jesuítas. Um de seus objetivos era acabar com a representatividade e poder da Companhia de Jesus na sociedade portuguesa e seus domínios com o estabelecimento de uma monarquia centralizada na figura do rei e uma Igreja subjugada ao poder do monarca.

Sebastião José de Carvalho só atuou diretamente na monarquia portuguesa a partir de 1750, após a ascensão de D. José I ao trono. Havia exercido, anteriormente, funções diplomáticas na corte de Londres e em Viena, períodos que serviram para sua preparação para atuar como ministro. À época, ele tinha uma relação amistosa com os jesuítas, fato comprovado por meio de trocas de cartas.

No início de sua atuação como ministro, seu poder não era tão representativo como ficou após o terremoto de 1755. Até então, sua ação mais significativa foi a instituição do Tratado de Madrid ou Tratado de Limites, no ano de 1750, que tinha por objetivo a delimitação de terras brasileiras em um acordo entre Portugal e Espanha. Este tratado contribuiu para embates mais diretos entre a atuação do ministro e os objetivos dos jesuítas.

As reformas idealizadas durante o reinado de D. José I e comandadas por seu ministro tinham como base o Iluminismo, mas com uma particularidade, foi caracterizado como Iluminismo católico. As reformas foram realizadas com a participação da Igreja, que no caso, foi representada pelos Oratorianos, e ocorreram em todos os setores da sociedade. No que se refere à educação, houve a substituição do projeto educativo da Companhia de Jesus. A justificativa para tal substituição foi a de que a Ordem era responsável pela estagnação do desenvolvimento da sociedade devido ao seu método de ensino, considerado atrasado frente à nova forma de pensar a sociedade com base nas ideias iluministas.

O fato é que o objetivo do ministro era anular ou extinguir o poder e a representatividade que a Companhia de Jesus tinha na sociedade portuguesa e seus domínios. Não havia a intenção de eliminar a participação da Igreja na educação em Portugal, e sim entregar seu controle a uma Ordem menos poderosa que a dos jesuítas e que fosse subjugada ao poder real, como no caso da Ordem dos Oratorianos, que assumiram o controle da educação portuguesa em substituição aos jesuítas. Era o embate entre o tradicional, a Companhia de Jesus, e o moderno, vislumbrado pelas reformas.

Foi nesse contexto histórico que atuou o padre Gabriel Malagrida, com um estilo próprio de realizar missões à moda italiana, pelo fato de realizar longas caminhadas pelo Norte e Nordeste brasileiro para atuar junto aos indígenas. Seus discursos eram inflamados e causavam as mais diversas reações nos ouvintes, como choros, conversões, reconciliações e ditos milagres, rendendo-lhe a fama de taumaturgo. Além disso, inovou pela construção de Casas de Recolhimento para mulheres desamparadas, ou que tinham uma vida desregrada perante a sociedade, como, por exemplo, a Casa de Recolhimento de Igarassu. Essas casas ainda recebiam moças de famílias abastadas da sociedade cujo objetivo era uma vida de dedicação religiosa. Como a Companhia de Jesus não previa em seus estatutos o ingresso de mulheres na Ordem, após a construção, abertura e início das atividades, a administração das casas era entregue à Ordem das Ursulinas.

Devido ao seu modo de atuar, o padre Gabriel Malagrida atraiu muitos seguidores e admiradores, não só na América Portuguesa, mas na Corte em

Portugal. Decorre daí sua atuação como confessor de D. João V e D. Maria Ana, além do atendimento a nobres e à sociedade portuguesa de modo geral.

A ação do ministro reformador não se colocava diretamente contra o padre Gabriel Malagrida, mas sim contra o poder e a estrutura da Companhia de Jesus. O padre foi usado como um símbolo de demonstração de seu poder naquilo que sua intenção de reforma poderia realizar.

O embate com os jesuítas, e conseqüentemente, entre o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e o padre Gabriel Malagrida se iniciou com as reformas na América Portuguesa, com o Tratado de Madrid ou Tratado de Limites, do ano de 1750, e a criação da Companhia do Grão-Pará, sob o controle de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Acirrou-se após o terremoto de 1755 e o atentado ao rei de 1758, em que o padre teve seu nome envolvido por ser confessor da Marquesa de Távora, acusada como uma das conspiradoras contra a vida do rei.

No caso do terremoto de 1755, um ano após ter ocorrido, o padre escreveu e publicou um opúsculo sobre as causas que julgava verdadeiras sobre a tragédia. De acordo com seu ponto de vista, as causas da catástrofe eram religiosas, o terremoto só ocorrera devido às condições de pecado em que vivia a sociedade lisboeta e, além disso, passava por reformas que afetavam a atuação dos jesuítas. Ele criticava, portanto, a cisão entre monarquia e Igreja, as quais, em seu ponto de vista, deveriam caminhar juntas.

Em relação ao atentado de 1758 contra D. José I, o padre e outros jesuítas tiveram seus nomes envolvidos por terem relações com os Távoras. Este fato não foi devidamente esclarecido, havendo apenas a indicação de culpados, como a família dos Távoras, o Duque de Aveiros e os jesuítas. Interpretado pelos opositores do ministro como um plano articulado por Sebastião José de Carvalho e Melo para a eliminação de contrários a suas reformas e instituição de seu poder.

Os depoimentos e julgamentos desse caso foram conduzidos de maneira coercitiva para que o resultado fosse o esperado pelo ministro. Assim, em janeiro de 1759, membros da família dos Távoras foram executados em praça pública, a filha da Marquesa de Távora, D. Teresa Leonor, considerada amante do rei, não foi executada, mas encaminhada para viver em um convento. No caso do padre, o

processo de acusação se estendeu até o ano de 1761. Nesse período, além de ser proibido de atuar em Lisboa e junto à Corte, ele foi desterrado e preso. Foi quando escreveu o livro intitulado **Vida e Império do Anticristo**, utilizado como prova para acusação de ato de heresia do jesuíta.

Ao mesmo tempo em que realizava ações específicas contra o padre Gabriel Malagrida, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou uma efetiva campanha propagandística contra os jesuítas. A aversão aos jesuítas, denominada antijesuitismo, sempre houve, visto que a Companhia de Jesus e seus membros sempre atraíram adeptos e contrários na mesma proporção, mas o ministro reforçava tal crítica para atingir seus objetivos políticos.

A propaganda foi a produção de impressos que traziam informações contrárias à Companhia de Jesus, com textos que culpavam a Ordem por todo o mal ocorrido na sociedade portuguesa e seus domínios até então. A culpa pela estagnação era atribuída ao método educacional que formava indivíduos havia mais de duzentos anos. Cabe destacar que muitas pessoas contrárias à Companhia de Jesus, no momento da reforma, haviam sido formadas em colégios jesuítas.

Ao analisar duas publicações da imprensa periódica entre 1750 a 1761, a **Academia dos Humildes e Ignorantes** e a **Gazeta de Lisboa**, constatamos que não há informação sobre os fatos contra a Companhia de Jesus, até mesmo o atentado de 1758 foi publicado tardiamente, já em 1759, e sobre o padre Gabriel Malagrida não consta nenhuma referência direta. Encontramos apenas um informativo, na edição do dia 20 de setembro de 1761, um dia antes de sua execução, a respeito da realização de um Auto-de-Fé, sem identificação dos executados. Os periódicos analisados não publicaram sobre o contexto das reformas e da ação contra a Companhia de Jesus, publicavam, em geral, informações sobre falecimentos, casamentos, batizados e a respeito da vida da família real. O ministro de D. José I se utilizou de outras publicações para efetuar a propaganda contrária aos jesuítas, como panfletos e impressos diversos.

Toda publicação para ser impressa e circular tinha que ter autorização da monarquia, ou seja, havia um controle daquilo que era publicado, e esse controle se acirrou após o ano de 1755, especialmente na **Gazeta de Lisboa**. Seus números, por vezes, noticiavam apenas informações sobre a vida da família real e

em outras a escrita se repetia por edições seguidas. Embora não fossem publicados com um objetivo educacional, os periódicos desempenharam tal função e, no caso dos analisados, educavam de acordo com interesses da monarquia. No que concerne às reformas e aos fatos que envolveram a Companhia de Jesus, era uma educação pela omissão.

Por outro lado, o que menos fez o padre Gabriel Malagrida foi se omitir frente aos acontecimentos e à defesa da manutenção da estrutura de atuação da Companhia de Jesus por meio de sua ação religiosa e missionária, ou de seus sermões, ou ainda por meio de seus escritos, desenvolvendo um amplo projeto educativo. Devido às suas ações, ele fez fama por onde atuou, entre seus seguidores e seus contrários, mesmo no período em que estava proibido de frequentar a Corte. Quando estava em Setúbal, muitos o procuravam para a prática dos Exercícios Espirituais, e mediante esta ação realizava uma ação educativa com seus sermões, que abordavam temas como o perdão, o arrependimento, a monogamia, a reconciliação e preceitos de uma vida religiosa de acordo com o previsto nos documentos da Companhia de Jesus.

Suas cartas também continham um fim educativo. A maneira que utilizava para educar, nesse caso, foi pelo exemplo e com a indicação de modos de vida, como em uma carta escrita a sua irmã, Maria Madalena Malagrida, em que ele pede e/ou indica que ela e os demais familiares instituíssem uma obra religiosa para dedicarem suas vidas, conselho semelhante foi dado à Marquesa de Távora. A educação pelo exemplo ocorria quando relatava sobre sua vida de dedicação aos menos favorecidos e às coisas assistenciais, como no caso da fundação das Casas de Recolhimento. Deste modo, além de incentivar a continuidade da obra, a ação ia além, por ter um objetivo de formação para aquelas que ingressassem nas casas, ou seja, uma formação religiosa, catequética.

No escrito sobre o terremoto de 1755, publicado no ano de 1756, o padre Gabriel Malagrida fez uma crítica ao comportamento da sociedade lisboeta e às reformas do ministro josefino. Sua intenção era que a sociedade tivesse uma ação de acordo com os preceitos religiosos e o projeto educativo da Companhia de Jesus. Para tanto, priorizava um projeto educativo e se esforçava por manter a estrutura da sua Ordem no controle da educação, já que, nos seus escritos, ainda

que de forma indireta, havia a crítica ao novo modelo de sociedade que estava sendo instituída.

Já com o texto sobre a **Vida e Império do Anticristo**, embora estivesse em um estado, apontado por alguns autores, de alteração mental e/ou de loucura, apesar de entendermos que a condição em que foi mantido no cárcere contribuiu para a debilitação de sua saúde física e mental, o texto pode ser analisado como de finalidade educativa para a formação de uma sociedade que seguisse os preceitos religiosos da Companhia de Jesus. No texto, relatou sobre a vida do Anticristo, responsabilizando-o pela diminuição de seguidores ou o fim da crença cristã. Desta forma, o Anticristo pode ser comparado ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, que, por meio de suas reformas, acabou com os jesuítas.

Ainda que por curtos períodos, entre os anos de 1724 a 1727 e 1730 a 1735, o padre atuou como professor de Humanidades e Teologia, em colégios da Ordem na América Portuguesa, uma ação diretamente educativa, mas que não agradava a ele, porque sua prioridade eram as missões e as fundações de obras assistenciais.

Ao analisar o contexto do século XVIII, devemos levar em consideração a História, para posteriormente analisá-lo sob a ótica da História da Educação. De um lado, o padre Gabriel Malagrida, jesuíta na maior e melhor expressão de ser, tinha como objetivo de vida se dedicar à vida religiosa e, no contexto das reformas do reinado de D. José I, manter a estrutura e poder de ação da Companhia de Jesus, porque somente com sua manutenção seria possível a continuidade do projeto educativo vigente há duzentos anos. De outro lado, o reinado de D. José I, tinha como figura de poder o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo com objetivos de reformar a sociedade portuguesa, com a constituição de um Estado fortalecido na e centralizado na figura do rei, para que o desenvolvimento e a representatividade no cenário europeu e mundial de Portugal fossem resgatados. Para tanto, defendia a centralização do poder nas mãos do rei, um novo método de ensino e que a Igreja fosse subjugada ao poder monárquico, mas o fato era que, para o ministro, toda a instituição que demonstrasse mais poder do que a figura do rei deveria ser eliminada, ação que atingiu a Companhia de Jesus, sendo substituída pelos Oratorianos no controle educacional.

O fato é que havia dois polos de poder na questão educativa, o tradicional, representado pela Companhia de Jesus, e o que era considerado moderno, pautado nas reformas do ministro, mas que se caracterizou com a particularidade de um Iluminismo católico português. Em decorrência desta peculiaridade, a inovação mais marcante no setor educativo foi a substituição de uma Ordem religiosa por outra.

O ministro perseguiu a Companhia de Jesus por ser ela uma Ordem poderosa, e tudo que representasse poder ou objeção frente às suas ações ele eliminava, basta lembrar o caso dos Távoras. Como o padre Gabriel Malagrida também tinha poder e influências na América Portuguesa e em Portugal e como era contrário às ações do ministro, tornou-se um alvo a ser exterminado. Assim como o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o padre Gabriel Malagrida teve seguidores e contrários, a diferença é que o ministro tinha a máquina do Estado sob seu controle, e agiu de modo planejado para que a memória do padre jesuíta fosse esquecida, ou literalmente queimada como seu corpo, o ministro realizou uma intensa propaganda para isto.

Nesse embate entre a Companhia de Jesus, seus membros e o padre Gabriel Malagrida contra D. José I e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, cada qual defendeu um projeto de sociedade. De um lado, a Companhia de Jesus, com um legado de mais de duzentos anos de atuação na educação, que, mesmo sendo considerada atrasada em seus métodos de ensino, formou indivíduos capacitados que atuaram em diversos segmentos da sociedade portuguesa. De outro lado, o governo josefino com claros objetivos reformadores para Portugal baseados no Iluminismo, com características particulares, que não incluía a participação da Companhia de Jesus, já que no projeto das reformas não havia espaço para uma Ordem tão representativa como a Companhia de Jesus, com um sólido projeto educativo. O ponto principal das reformas era estabelecer um Estado despótico e esclarecido, ou seja, a centralização do poder na figura do monarca.

Desta forma, o Estado, na figura de D. José I e seu ministro implantou um projeto de sociedade por meio de reformas modernizadoras, por intermédio do controle sobre a criação e execução das leis, das nomeações de cargos políticos e administrativos e todos os recursos necessários para realizar as reformas. Os

jesuítas não tinham o mesmo poder, suas ações eram de acordo com o projeto da Ordem, como agia o padre Gabriel Malagrida com seus sermões e escritos. E, nesse embate, o projeto de sociedade que se concretizou foi o baseado nas reformas modernizadoras e no despotismo esclarecido.

A Companhia de Jesus foi extinta e seu legado educacional foi entregue ao controle dos Oratorianos. O padre Gabriel Malagrida foi executado como um símbolo da capacidade de poder de D. José I e seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo. Após sua execução, o ministro determinou que seu corpo fosse atirado ao rio e seus escritos queimados para que não restassem vestígios de sua ação.

Apesar de toda a ação do ministro, inclusive após a execução do padre Gabriel Malagrida em um Auto-de-Fé, no dia 21 de setembro de 1761, condenado por crime de heresia, a memória sobre sua vida e ações tem se perpetuado tanto no resgate de suas obras como em diferentes estudos. Em sua grande parte, é apresentado como um representativo e importante jesuíta do século XVIII, que atuou de acordo com os preceitos da Ordem em seus aspectos religiosos e educativos.

Sua representatividade extrapolou o contexto histórico, existe uma representatividade no imaginário popular no Brasil e em Portugal. No Brasil, destacamos sua presença na literatura de cordel e sua associação com o espírito fundador da Umbanda. Já em Portugal, sua história figura em literaturas de ficção. Ambas têm embasamento e aspectos teóricos em sua redação.

Esta representatividade só ocorreu e ocorre devido ao modo como a padre atuou. Ainda que não seja possível abordar sua vida e obra sem uma relação com o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, podemos afirmar que, de acordo com a literatura analisada, o padre ocupa um lugar de destaque na História portuguesa e brasileira, em especial no Norte e Nordeste.

Além disso, sua importância vai além da História ou História das Religiões, ele se inseriu na História da Educação brasileira devido à sua atuação formativa, por meio de seus escritos, seus sermões, pelas instituições que criou, por suas ações pertinentes e obedientes a um ideário educacional, executado de acordo com o método estabelecido pela Companhia de Jesus.

6. REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

BIBLIOTECA DA TORRE DO TOMBO. **Processo do Padre Gabriel Malagrida**. Disponível em: <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=2308165>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MALAGRIDA, G. (S.J.). **Cartas e escritos**. Tradução e organização Pe. Ilário Govoni (S.J.). Belém: Paka-Tatu, 2012.

MALAGRIDA, G. (S.J.). **Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755**. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1756.

MALAGRIDA, G. (S.J.). **Vida e império do Anticristo**. Tradução, organização e comentários do texto inédito pelo Padre Ilário Govoni, (S.J.). Recife: FASA, 2013.

Fontes Secundárias

ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES. Lisboa. **Assembleia I/Conclave I**. 1758. p. 1-8.

ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES. Lisboa. **Conferência II - III**. Oficina Ignácio Nogueira Xisto, 1760. p. 9-23.

ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES. Lisboa, **Index das cousas mais notáveis de que tratão os seis tomos das Academias dos Humildes, e Ignorantes**. Oficina de Ignácio Nogueira Xisto, 1764.

ARCHIVIUM ROMANUM SOCIETATIS IESU – ARSI. **Catálogo de Breves da Vice Província Maranhense**. ARSI – Bras-27, 1732. f. 60.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Alvará Régio**. 1751a. F3330, f. 240v-241.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Capitão General do Estado do Pará e Maranhão**. 1751b. Cota F 4829 cod-11259_5.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Petição**. 1751c. F1631, f. 166-168.

CARBONE, J. B. (S.J.). **Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo**. In: LOPES, A., S.J. (Org.) **O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1743 a 1751)**. Cascais: Principia, 1999a. p. 56

CARBONE, J. B. (S.J.). **Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo**. In: LOPES, A., S.J. (Org.) **O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1743 a 1751)**. Cascais: Principia, 1999b. p. 208-209.

GAZETA DE LISBOA. Lisboa, 1750-1759.

GAZETA DE LISBOA. Lisboa, 1761.

LOPES, A., (S.J.) (Org.). **O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1743 a 1751)**. Cascais: Principia, 1999.

MELO, S. J. C. **Carta ao padre João Baptista Carbone**. In: LOPES, A., S.J. (Org.) **O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1743 a 1751)**. Cascais: Principia, 1999a. p. 82.

MELO, S. J. C. **Carta ao Padre João Baptista Carbone**. In: LOPES, A., S.J. (Org.) **O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – correspondência inédita ao longo de 115 cartas (de 1743 a 1751)**. Cascais: Principia, 1999b. p. 109-112.

PACHECO, D. P. C. D. V. **Autorização de impressão**. In: MALAGRIDA, G. (S.J.). **Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755**. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1756. p. 36.

SYLVA, J. S. **Dedução chronológica, e analytica**. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767a. Parte primeira.

SYLVA, J. S. **Dedução chronológica, e analytica**. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767b. Parte segunda.

SYLVA, J. S. **Colleção das provas que forão citadas na parte primeira e, segunda da Dedução chronológica, e analytica e nas duas petições de recurso**. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1768.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. C. C. De. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI – XVIII**. 2003. 319 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

AMARAL, D. **Quando Lisboa tremeu**. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

BRANDÃO, R. P. A Companhia, Gusmão e Pombal: do Tratado de Madri à expulsão do Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 443, p. 21-56, abr./jun. 2009.

BUTIÑA, F. **Vida del P. Gabriel Malagrida de la Compañia de Jesús, quemado como hereje por el Marqués de Pombal**. Barcelona: Francisco Rosal, 1886.

CARRATO, J. F. **O Iluminismo em Portugal e as Reformas Pombalinas do ensino**. São Paulo: EDUSP, 1980.

CARVALHO, R. de. **História do ensino em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CARVALHO, A. **O peregrino de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHÂTELLIER, L. **A religião dos pobres: as fontes do cristianismo moderno séc. XVI – XIX**. Lisboa: Estampa, 1995.

CONSTITUIÇÕES de 1549 da Companhia de Jesus e **NORMAS COMPLEMENTARES**. São Paulo: Loyola, 2004.

CUNHA, A. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)**. Lisboa: Ottosgráfica, 1941.

DANIEL-ROPS, H. **História da Igreja de Cristo – A Igreja do renascimento da reforma**. Tradução Manuel V. Figueiredo, (S.J.). Porto: Tavares Martins, 1969. Tomo IV – v. 2. Uma era de renovação: a reforma católica.

DE ASSUNÇÃO, P. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP. 2004.

DIAS, J. A. **Maníacos de qualidade – portugueses célebres na consulta com uma psicóloga**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

ECKART, A. (S.J.). **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Franciscana, 1987.

FALCON, F. J. C. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, J. E. **O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX): das origens ao Marquês de Pombal**. Lisboa: Gradiva, 2006. Vol. I.

FRANCO, J. E. Prefácio. In: VOGEL, C. **Guerra aos jesuítas: a propaganda antijesuítica de Marquês de Pombal em Portugal e na Europa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. p. XIII-XVII.

FRANCO, J. E.; FIOLEAIS, C. **Jesuítas construtores da globalização**. Lisboa: CTT – Correios de Portugal, 2016.

FURLAN, V. **Educação e catequese no teatro anchietano**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

GARCÍA-VILLOSLADA, R. (S.J.). **Santo Inácio de Loyola**. Trad. Pe. Maurício Ruffier. São Paulo: Loyola, 1991.

GOVONI, I. (S.J.). **Malagrida no Grão-Pará** – estudo crítico da atuação do Pe. Gabriel Malagrida S.J. no Pará do séc. XVIII com base na biografia inédita de Matias Rodrigues da Companhia de Jesus, comparada com outros documentos inéditos da mesma época, elaborado pelo Pe. Ilário Govoni, da mesma Companhia. Belém: Gráfica Amazônia, 2009.

GOVONI, I. (S.J.). Padre Malagrida – O missionário popular do Nordeste (1689-1761). **Coleções Heróis da Fé**. V. 4. Porto Alegre: Padre Reus, 1992.

GOVONI, I. (S.J.). **Anchieta**: um santo desconhecido. Belém: Marques, 2014a.

GOVONI, I. (S.J.). Malagrida e o triunvirato pombalino. In: GALDEANO, C.; Artoni, L. M.; AZEVEDO, S. M. (Orgs.). **Bicentenário da Companhia de Jesus (1814-2014)**. São Paulo: Loyola, 2014b. p. 375-383.

GOVONI, I. (S.J.). Introdução. In: MALAGRIDA, G. S. J. **Vida e Império do Anticristo**. Tradução, organização e comentários do texto inédito pelo Padre Ilário Govoni, S.J. Recife: FASA, 2013. p. 7-14.

GRÁCIO, R. História da Educação em Portugal: 1945-1978. In: GOMES, J. *et al.* **História da Educação em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 19-66.

HESPANHA, A. M. O poder eclesiástico – aspectos institucionais. In: MATTOSO, J. (direção). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, IV volume, 1992. p. 287-301.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I – Século XVI: O Estabelecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LEONARDI, V. Apresentação: Malagrida e o século XVIII em Portugal e no Brasil. In: RODRIGUES, M., S.J. **Vida do padre Gabriel Malagrida**. Tradução e comentário de Pe. Ilário Govoni, (S.J.). Belém: Centro de Cultura e Formação Cristã, 2010. p. 17-27.

MALAGRIDA. Direção de Renato Barbieri. Roteiro de Victor Leonardi. Videografia, 2000, 1DVD (73 min.). son., color.

MASSIMI, M. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Loyola, 2005.

MIRANDA, M. M. L. **Código pedagógico dos jesuítas – *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus (1599)**. Regime escolar e curriculum de estudos. Edição bilíngüe latim-português. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

MIRANDA, S. M.; MIRANDA, T. C. P. dos R. **A rainha arquiduquesa Maria Ana de Áustria**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2014.

MONDONI, D. (S.J.). **Os expulsos voltaram**: os jesuítas novamente no Brasil (1842-1874). São Paulo: Loyola, 2014.

MONTEIRO, N. G. **D. José – na sombra de Pombal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MONTEIRO, N. G. F. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688-1750). In: MATTOSO, J. *et al.* José Tengarrinha (Org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 129-150.

MURY, P. **História de Gabriel Malagrida**. Tradução de Camilo Castelo Branco. São Paulo: Loyola, 1992.

O'MALLEY, J. W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

O'NEILL, C. E.; DOMÍNGUEZ, J. M. **Diccionario histórico de la Compañía de Jesús**: biográfico-temático. Vol. I. Madrid: Publicaciones de la Universidad Pontificia Comillas, 2001a. p. 672-675.

O'NEILL, C. E.; DOMÍNGUEZ, J. M. **Diccionario histórico de la Compañía de Jesús**: biográfico-temático. Vol. III. Madrid: Publicaciones de la Universidad Pontificia Comillas, 2001b. p. 2481-2482.

PADRES SOMASCOS. Disponível em: <<https://pvsomascos.jimdo.com/padres-somascos/>>. Acesso em 23 jan. 2018.

PERIOTTO, M. R. **A “Espiral do Progresso” e a felicidade da nação**: a instrução do povo para o advento do trabalho livre no Brasil de 1840 a 1850. 2001. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2001.

PEREIRA, C. R. D. **O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo no contexto as reformas modernizadoras do ensino em Portugal na segunda metade do século XVIII**. 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PIRES, D. **Padre Gabriel Malagrida**: o último condenado ao fogo da inquisição. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos, 2012.

RODRIGUES, L. F. M. A recuperação econômica da Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 443, p. 193-248, abr./jun. 2009.

RODRIGUES, M. (S. J.). **Vida do padre Gabriel Malagrida**. Tradução e comentário de Pe. Ilário Govoni, (S.J.). Belém: Centro de Cultura e Formação Cristã, 2010.

RUCKSTADTER, F. M. M. **Análise da construção histórica da figura “heroica” do Padre José de Anchieta**. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. ampliada. Campinas: Autores Associados, 2008.

SERRÃO, J. V. **A historiografia portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1974. III Volume.

SERRÃO, J. V. O quadro económico – Configurações estruturais e tendências de evolução. In: MATTOSO, J. (direção). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, IV volume, 1992. p. 71-117.

SHRADY, N. **O dia do fim** – ira, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755. Alfragide: Texto Editores, 2014.

SILVA, I. G. Pombal e Malagrida: duas visões sobre o Terremoto de 1755 e o embate entre a modernidade e tradição. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28. Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434417647_ARQUIVO_popombalemalagri-ANPUH.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SILVA, M. B. N. **D. João V**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

TAVARES, C. C. da S. **Entre a cruz e a espada**: Jesuítas e a América portuguesa. 1995. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Ideias) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

TAVARES, C. **A vida e a obra do Padre Malagrida**, o Santo Andarilho do Nordeste. Natal: Edição do Autor, 2005.

TAVARES, R. **O pequeno livro do grande terremoto**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2017.

TENGARRINHA, J. **Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

TRINDADE, D. F. **História da Umbanda no Brasil**. Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2014.

VIANNA, J. M. R. **Gabriel Malagrida ou A Conjuração dos Tavoras** – Chronica do século 18. Bahia: Typ. Poggetti – de Tourinho, Dias & C.^a, 1864.

VIEIRA, P. A. **Assim se pariu o Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

VIEIRA, P. A. **O profeta do castigo divino** – a venturosa vida de Gabriel Malagrida, o jesuíta que tentou salvar Lisboa do terremoto de 1755. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

VOGEL, C. **Guerra aos jesuítas**: a propaganda antijesuítica de Marquês de Pombal em Portugal e na Europa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.